

Faculdade de Letras

**O ESTADO NOVO BRASILEIRO (1937-1945)
E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1933-1974):
BREVE ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DESSES
PERÍODOS, NOS LIVROS DIDÁTICOS
DO BRASIL E DE PORTUGAL**

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	O ESTADO NOVO BRASILEIRO (1937-1945) E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1933-1974): BREVE ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DESSES PERÍODOS, NOS LIVROS DIDÁTICOS DO BRASIL E DE PORTUGAL
Autor/a	Fernando José Vieira de Oliveira
Orientador/a	Doutor João Paulo Avelãs Nunes
Coorientador/a	Doutor Jean Carlos Moreno
Júri	Presidente: Doutora Maria Alegria Fernandes Marques Vogais: 1. Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro 2º Ciclo em História História História Contemporânea
Identificação do Curso	12-07-2018
Área científica	16 valores
Especialidade/Ramo	
Data da defesa	
Classificação	



RESUMO

Os regimes ditatoriais foram parte importante na história do Brasil e de Portugal, para o caso brasileiro foram duas ditaduras no século XX, a primeira comandada com Getúlio Vargas, que entre todo seu processo durou quinze anos (1930-1945), posteriormente em 1964, depois de um curto regime democrático o Brasil volta a ter uma ditadura, porém, desta vez uma Ditadura Militar que duraria até 1985. Para Portugal com a queda do regime demoliberal com vetores de autoritarismo em 1926, o golpe militar e a entrada de Antônio Oliveira Salazar no poder só voltariam a retomá-la apenas em 1974. Um item que não pode negar nestes respectivos períodos são os mecanismos de controle do Estado ligados a censura, repressão e tortura, agindo como ferramenta de coerção pública. Além de que tanto a história Estado Novo brasileiro, quanto Estado Novo português tem uma grande importância histórica para formação contemporânea dos dois países, essa importância é refletida nos materiais didáticos de história de agora e também nos materiais antigos. Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar brevemente os livros didáticos do Brasil e os manuais didáticos de Portugal, em dois períodos, para perceber como é a representação histórica do Estado Novo e sua memória ligada a tortura, repressão e censura, assim como as impressões existentes destes governos nos tempos atuais. Dessa forma, o trabalho divide-se em três partes: a primeira e a segunda parte foi feita uma cuidadosa pesquisa bibliográfica, em bibliotecas e em sites acadêmicos e revistas científicas, utilizando-se de livros, artigos, teses, entre outros materiais, para trabalhar com variados autores, e tentar criar o melhor enquadramento histórico sobre o tema do trabalho. A terceira parte consiste na preparação das análises e delimitação de um panorama teórico dos livros didáticos, criando um contexto para cada grupo de livro analisado, sendo eles um livro didático brasileiro de 1968 e um manual português de 1970, um grupo de livros didático brasileiro de 2016/2017 e outro grupo de manuais didáticos portugueses de 2016/2017. Ao analisar os manuais didáticos os principais resultados que foram: na primeira análise dos livros da década de 70, eles refletem as pressões do Estado sobre as políticas educacionais, deste modo, censurando qualquer informação que contrariava o Governo. Nos manuais da segunda análise dos tempos atuais, os resultados demonstram uma ampla interpretação do período, em várias perspectivas, porém, no que tange ao caso brasileiro existe uma falta na abordagem dos conceitos de tortura, repressão e censura, diferentemente do caso português. Enfim, conclui-se que as quatro abordagens geraram panoramas únicos sobre seus períodos, mas quando ligados formam uma visão ampla de cada país, criando assim uma perspectiva que pode ser analisada e comparada, mostrando assim as marcas que atores da história deixou e deixa nos livros/manuais didáticos.

Palavras-chave: Estado Novo português, Estado Novo brasileiro, Memória histórica, Historiografia, Didática da História.

ABSTRACT

The dictatorial regimes were an important part of the history of Brazil and Portugal. In the Brazilian case, there were two dictatorships in the twentieth century, the first one commanded by Getúlio Vargas, who during all his life lasted fifteen years (1930-1945), later in 1964, after a short democratic regime Brazil regained a dictatorship, but this time a Military Dictatorship that would last until 1985. For Portugal with the demoliberal regime falling with vectors of authoritarianism in 1926, the military coup and the entrance of António Oliveira Salazar in power would only resume it in 1974. An item that can not be denied in these respective periods are the state control mechanisms linked to censorship, repression and torture, acting as a tool of public coercion. In addition to the fact that both the Brazilian New State history and the Portuguese New State have a great historical importance for the contemporary formation of the two countries, this importance is reflected in the didactic materials of history of now and also in the old materials. Thus, the general objective of this work is to briefly analyze the textbooks of Brazil and the textbooks of Portugal, in two periods, to understand how the historical representation of the Estado Novo and its memory linked to torture, repression and censorship, as well as the existing impressions of these governments. In this way, the work is divided into three parts: the first and second part was a careful bibliographical research, in libraries and in academic sites and scientific journals, using books, articles, theses, among other materials, to work with various authors, and try to create the best historical framework on the subject of work. The third part consists of the preparation of the analyzes and delimitation of a theoretical panorama of the didactic books, creating a context for each analyzed book group, being a Brazilian didactic book of 1968 and a Portuguese manual of 1970, a Brazilian textbook group of 2016/2017 and another group of Portuguese textbooks of 2016/2017. In analyzing the textbooks the main results were: in the first analysis of the books of the 1970s, they reflect the pressures of the State on educational policies, thus censoring any information that contradicted the Government. In the manuals of the second analysis of the present times, the results demonstrate a broad interpretation of the period, in several perspectives, however, regarding the Brazilian case there is a lack of approach to the concepts of torture, repression and censorship, unlike the Portuguese case. Finally, it can be concluded that the four approaches generated unique perspectives on their periods, but when linked they form a broad view of each country, thus creating a perspective that can be analyzed and compared, thus showing the marks that actors of history left and leave us books / textbooks.

Keywords: Portuguese New State, Brazilian New State, Historical memory, Historiography, Didactics of History.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Departamento de História, por todo ensinamento, experiência e profissionalismo transmitido ao longo do Mestrado, assim como sua disposição para ajudar sobre as questões recorrente ao mestrado.

Ao Prof. Doutor, Jean Carlos Moreno, pela disponibilidade e prontidão no auxílio da resolução das questões ao longo do projeto, assim como sua paciência e sabedoria.

Ao Prof. Doutor, João Paulo Avelãs Nunes, pela sua disponibilidade e retidão, sempre me inspirou a fazer perguntas certas, da mesma forma foi um grande guia durante todo caminho do Mestrado, desde o primeiro dia de aula até a conclusão da Tese, um grande amigo e sempre muito justo e sincero. Foi um grande prazer poder ser seu orientando.

Aos meus amigos, que apesar da distância sempre apoiaram e torciam pelas conquistas alcançadas durante todo o período de estudo.

À minha família, que sempre torceu, acreditou e sofreu junto comigo nos percalços do caminho para conclusão desta etapa na minha vida, principalmente ao meus pais, que me deram essa oportunidade de vir estudar na Universidade de Coimbra e todo incentivo para buscar meus sonhos, sempre me apoiando em todos meus projetos, além, de todo amor que foi me dado, hoje se sou uma pessoa boa tenho que agradecer a todo amor que me deram, assim como toda a família da Juliani que sempre estiveram nos apoiando e mandado todo seu carinho e amor.

À minha companheira Juliani, que sempre esteve do meu lado, dando apoio, carinho e amor durante toda a jornada, nunca me deixou sair do caminho ou perder o foco, uma luz que sempre me guiou pelas noites mais sombrias. Além de me ajudar com tudo que foi preciso.

À Deus e Nossa Senhora por me dar força, paciência, sabedoria e discernimento para poder concluir este trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
PARTE I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO DITATORIAL: O ESTADO NOVO E A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O ESTADO NOVO EM PORTUGAL E UM LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS E DOS DADOS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DO REGIME DITATORIAL NESTES PAÍSES.	12
1. OS REGIMES DITATORIAIS DO SÉCULO XX: O ESTADO NOVO BRASILEIRO, A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS.....	13
1.1. ESTADO NOVO BRASILEIRO – A ERA VARGAS (1930-1945).....	13
1.1.1. ANTECEDENTES AO ESTADO NOVO	13
1.1.2. A REVOLUÇÃO DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO	15
1.1.3. ESTADO NOVO BRASILEIRO (1937-1945)	17
1.2. A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	20
1.3. O ESTADO NOVO EM PORTUGAL.....	28
2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DADOS DA EDUCAÇÃO NOS REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS NO BRASIL E EM PORTUGAL	38
2.1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL, NO PERÍODO DO REGIME MILITAR	38
2.2. DADOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PERÍODO DO REGIME MILITAR	40
2.3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PORTUGAL, NO PERÍODO DO ESTADO NOVO	45
2.4. DADOS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL, NO PERÍODO DO ESTADO NOVO....	47
3. SÍNTESE	53
PARTE II: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL E UM LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS E DOS DADOS EDUCACIONAIS NESTE PERÍODO.	56
1. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E EM PORTUGAL	57
1.1. A TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA POLÍTICA NO BRASIL.....	57

1.2. TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA POLÍTICA EM PORTUGAL	62
2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DADOS DA EDUCAÇÃO APÓS O PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E EM PORTUGAL	66
2.1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO.....	66
2.2. DADOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO	69
2.3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PORTUGAL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO	73
2.4. DADOS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO	76
3. SÍNTESE	78
PARTE III: BREVE ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DO BRASIL E DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE PORTUGAL, RELACIONADOS AO PERÍODO DO ESTADO NOVO NESTES PAÍSES	80
1. METODOLOGIA.....	81
2. OS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES: ALGUNS ASPECTOS SOB ANÁLISE NA DÉCADA DE 1970.....	83
2.1. A CARACTERÍSTICA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	83
2.2. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO BRASILEIRO, ATRAVÉS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR	84
2.3. A CARACTERÍSTICA DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS	88
2.4. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS, NO MANUAL DIDÁTICO DE HISTÓRIA DE 1970	89
3. OS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES: ALGUNS ASPECTOS SOB ANÁLISE ATUAL	93
3.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL ATUAL.....	93
3.2. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO BRASILEIRO, NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PERÍODO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO	94
3.3. PANORAMA DOS MANUAIS DIDÁTICOS EM PORTUGAL.....	124

3.4. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS, NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PERÍODO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO	126
4. SÍNTESE	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	141
ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

O século XX foi um período marcado por regimes ditatoriais, nomeadamente o Brasil e Portugal também tiveram sua cota de governos autoritários. O Brasil dos anos de 1889 a 1930 tem uma a República democrática, porém, a partir 1930 até 1945 passa por período conhecido como Era Vargas, dividido tradicionalmente em Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Para Fausto (1994) o governo posterior a 1930, caracterizava-se pela centralização e pelo maior grau de autonomia, como também pela atuação econômica, voltada para o crescimento gradativo das indústrias. A no campo social tendente a dar algum tipo de proteção ao trabalhador urbano e busca um papel central a Forças Armadas, como suporte da criação de uma indústria de base e sobre tudo como fator de garantia da ordem interna.

Com a retomada da democracia em 1945, o Brasil passa por um período democrático até 1964, mas com golpe militar emergindo, o país entra em mais uma Ditadura Militar, que foi comandada por quatro generais durando até 1985 e através de tensões internas e externas fazem uma transição para governo democrático. Neste contexto, o Golpe Militar e Civil é constituído por agentes internos e externos com várias de camadas de envolvimento e múltiplas organizações envolvidas. As motivações do golpe deixam claro que acima de tudo que as relações entre os dois lados da política brasileira encontravam extremadas, onde a busca por uma resolução que seria contraria a democracia, mostrando assim que os dois lados estavam inclinados a fazer revoluções (REIS, 2000).

No caso de Portugal, a ditadura tradicionalmente está dividida com um golpe militar que derruba a República em 1926 e com a entrada da figura de Antônio de Oliveira de Salazar, toma o controle do Estado em 1933, que toma-se o contorno e corpo do regime ditatorial, o Estado Novo durará sobre seu comando de 1933-1968 e posterior a Salazar, quem comanda o regime é Marcelo Caetano até 1974, quando foi retomado a democracia para Portugal. Para Torgal (2000) o Estado Novo é indubitavelmente, um regime de terceira via que se pretende alternativa tanto ao liberalismo como ao comunismo. Os argumentos de Salazar contra a democracia liberal seriam mesmo muito próximos aos utilizados por Mussolini já que ambos a consideravam ultrapassada. O corporativismo, era o argumento primeiro e último destas vertentes presente na própria constituição.

Um ponto em comum dos três regimes ditatoriais foi o sistema de repressão, tortura, censura e propaganda, de modo a controlar a opinião pública e meios de comunicação, além de criar uma identidade única e nacional através da propaganda, presente em todas as facetas dos

governos inclusive o sistema de educação, também através da tortura e repressão, onde o objetivo era silenciar qualquer expressão contrária aos governos. Para Schwarcz e Starling (2015) sistema de repressão do Estado Novo inicia-se e se define primeiramente pela Lei de Segurança Nacional em 1935, onde os crimes a ordem política e social e o Tribunal de Segurança Nacional instalado em 1936, onde julgaria sumariamente os atos. Como certificação que as sentenças fossem executadas é criado anteriormente ainda 1933 a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desp) da mesma forma define a tortura do período igual a cometida nos campos de concentração alemães. Para o caso português, o autor Ramos (2009) diz que a repressão foi assumida pelo regime como uma necessidade de manutenção de ordem pública. Comparada com a I República, quanto ao número de vítimas e técnicas, o Estado Novo muito semelhante ou inferior, já para Pimentel (2011) o processo da repressão exercida pela PIDE/DGS foi seletivo, e não maciça a prisões políticas combinavam três fatores: a lógica de afirmação autoridade; a lógica de caráter corretivo e, finalmente, uma terceira lógica, de neutralização.

Após esses períodos de ditadura, a abertura política brasileira para democracia só foi possível depois de uma série de fatores e de pressões sociais, econômicas e política tanto internamente quanto externa, um personagem importante para o processo de abertura foi a crescente evolução dos movimentos sociais em 1970. No âmbito político a transição para a democracia foi intitulada uma distensão lenta, segura e gradual, desta forma uma abertura política que pudesse ser controlada pela ditadura e pelos seus agentes efetivando-se a partir do governo de Geisel e finalizada por Figueiredo (FARIAS, 2009).

Em relação a Portugal, o governo de Caetano em linhas gerais tenta implementar mudanças e inovações em uma estrutura de um Estado velho, mas seus projetos acabam findando em um isolamento político, todavia, o governo marcelista recuou nas suas políticas de abertura, pressionado por greves e, sobretudo, movimentos estudantis inspirados no maio francês, o governo tomou uma série de medidas de caráter reacionário. O processo de transição pensado de maneira endógeno internas à política portuguesa do final da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte ao conjecturar sobre as interpretações da Revolução dos cravos. Apresenta duas perspectivas quanto o processo de transição análise da gestão de Marcelo Caetano e os limites e potenciais da modernização por ele implementada nos cinco anos, neste sentido as tensões sobre a correlação de forças do marcelismo e o peso dos conservadores e dos reformistas, o segundo modelo faz uma análise da historiografia da

transição, do peso maior ou menor da Revolução e de suas consequências para o processo constitucional (FREIRE e MARTINHO, 2012).

A escolha do corpo teórico para as questões levantadas acaba por dar um maior enfoque para a questão da gestão de Marcello Caetano, deste modo constrói os meandros de seu governo e da revolução para compor a grelha de análise dos manuais didáticos.

Todo esse contexto histórico do século XX é assunto para aulas de história nesses países atualmente, assim, e os livros didáticos têm a função de transmitir esse conteúdo, para interpretar os principais acontecimentos ocorridos do período. Os mesmos também são influenciados pela política, economia e sociedade, além da cultura e da língua, deste modo, o livro didático torna-se um sujeito complexo com múltiplas camadas de análise.

Dessa forma, surgiu o interesse em saber: qual a visão do Estado Novo brasileiro e português e como a memória da censura, repressão e tortura é passado nos livros e manuais didáticos no Brasil e em Portugal?

Neste contexto o objetivo geral é analisar brevemente os livros didáticos do Brasil e os manuais didáticos de Portugal, em dois períodos, para perceber como é a representação histórica do Estado Novo e sua memória ligada a tortura, repressão e censura, assim como as impressões existentes destes governos ditatoriais nos tempos atuais.

Assim, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar historicamente o período do Estado Novo brasileiro e português, além da Ditadura Militar no Brasil;
- Identificar as políticas e os dados educacionais do período da Ditadura Militar no Brasil e na fase final do Estado Novo português;
- Contextualizar historicamente os períodos de redemocratização do Brasil e de Portugal;
- Identificar as políticas e os dados educacionais do período pós redemocratização no Brasil e Portugal;
- Analisar um livro didático de História do período da Ditadura Militar no Brasil, para perceber a representação do Estado Novo;
- Perceber a representação do Estado Novo português, em um livro de História de 1970, período final do governo ditatorial;
- Analisar os livros didáticos de História do Ensino Médio brasileiro atual, identificando a representação histórica do Estado Novo;

- Perceber a representação do Estado Novo português nos manuais didáticos de História do Ensino Secundário português atual, identificando a representação histórica do Estado Novo;
- Refletir em cada análise dos livros didáticos brasileiros e nos manuais didáticos portugueses, a memória ligada a censura, tortura e repressão ocorrida no período desses Estado Novo.

Para a discussão dessas ideias, este estudo encontra-se dividido em três partes. A primeira e a segunda parte apresentam-se como enquadramento teórico e está dividida em dois capítulos cada.

O primeiro capítulo da Parte I, enfatizará a contextualização histórica de três momentos: o Estado Novo brasileiro, a Ditadura Militar brasileira e Estado Novo português, onde é trabalhado os aspectos políticos, econômicos e sociais. Além de um enquadramento sobre os aspectos da tortura, repressão e censura, assim criando um panorama geral do contexto que será utilizado para analisar os livros didático.

O segundo capítulo da Parte I, abrangerá as políticas educacionais e dados sobre a educação do Brasil no governo militar e no final do Estado Novo de Portugal. Fazendo assim um levantamento das políticas educacionais, além de analisar indicadores demográficos, econômicos, taxa de alfabetização, além das estruturas do sistema educacional e taxas de matrículas.

No primeiro capítulo da Parte II, fará uma contextualização histórica do Brasil e Portugal, dos seus processos de redemocratização, desse modo, a contextualização foca os aspectos políticos, econômicos e sociais.

O segundo capítulo da Parte II, abrangerá as políticas educacionais e dados sobre a educação no Brasil, no período pós redemocratização. Para Portugal, segue esse mesmo critério, analisando as políticas educacionais e o mesmo ocorre para levantamento de dados educacionais, criando uma base de análise e de evolução das políticas educacionais.

A terceira parte do trabalho representa o enquadramento prático das análises dos materiais didáticos e está dividida em dois capítulos.

O primeiro capítulo, dá um enfoque para a característica dos livros didáticos de História no período da Ditadura Militar brasileira, contextualizando e criando uma historicidade do material para o enquadramento prático. E a análise do livro didático de História do Brasil, de 1968, a análise foca em três conceitos: análise dos conteúdos, análise com foco na censura, tortura e repressão e um panorama das atividades. O capítulo aborda também a característica

dos livros didáticos de História no período final do Estado Novo português, contextualizando o material e os atores, assim criando um panorama para o enquadramento prático. E a análise do livro didático de História de Portugal, de 1970, a análise foca em três conceitos: análise dos conteúdos, análise com foco na censura, tortura e repressão e um panorama das atividades.

O segundo capítulo, dá um enfoque para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático e sua evolução no século XXI. Assim como analisa 11 livros didáticos do Ensino Médio público brasileiro, de 2017. A análise foca em três conceitos: análise dos conteúdos, análise com foco na censura, tortura e repressão e um panorama das atividades. E por fim o capítulo enfoca as perspectivas sobre os manuais didáticos portugueses, além de algumas comparações com outros países da União Europeia e analisa 3 livros didáticos portugueses usado no Ensino Secundário, de 2017. A análise foca em três conceitos: análise dos conteúdos, análise com foco na censura, tortura e repressão e um panorama das atividades.

PARTE I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO DITATORIAL: O ESTADO NOVO E A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O ESTADO NOVO EM PORTUGAL E UM LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS E DOS DADOS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DO REGIME DITATORIAL NESTES PAÍSES.

1. OS REGIMES DITATORIAIS DO SÉCULO XX: O ESTADO NOVO BRASILEIRO, A DITADURA MILITAR NO BRASIL E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS

1.1. ESTADO NOVO BRASILEIRO – A ERA VARGAS (1930-1945)

1.1.1. ANTECEDENTES AO ESTADO NOVO

Ao pensar a historiografia do período Era Vargas o mesmo é visto como um processo de ruptura em relação à República Velha caracterizado por um forte regionalismo e pelo predomínio político das oligarquias cafeicultoras. Nesse sentido, tomando-se a Revolução de 30 como um momento privilegiado do processo, constrói a partir dos anos 60 uma interpretação dualista da sociedade brasileira com raízes no interior do pensamento de esquerda, opondo basicamente os setores agrário e capitalista urbano (ABREU, 2005).

O processo de formação do Estado Novo brasileiro está ligado diretamente com as primeiras décadas do século XX, em um processo conturbado, onde arrasta todas as tensões do período anterior para 1930 nas eleições presidenciais entre Júlio Prestes, como candidato indicado do então presidente Washington Luís e Getúlio Vargas como membro da Aliança Liberal de oposição.

No âmbito internacional para D' Araujo (2000) os anos 30 do século XX, foi a proliferação de rígidas crenças ideológicas dando ao mundo novas concepções sobre o que deveria ser o “homem novo”, o papel do Estado e a boa sociedade. A I Guerra mostrava a fragilidade da ordem internacional e a revolução soviética de 1917 criava uma nova ordem política que daria o golpe de misericórdia na sociedade liberal em crise, em reação ao liberalismo e ao comunismo emergente cresciam as doutrinas totalitárias de direita. Esse contexto internacional somava as pressões internas brasileiras.

A indicação de Júlio Prestes¹ para o cargo de presidente quebra a famosa política do café com leite², que vinha sendo seguida pelo presidente atual na época, essa quebra ainda é muito teorizada pelos historiadores atuais, entre eles Schwarcz e Starling (2015), onde sugere

¹ Júlio Prestes era filho de pai Coronel. Formado em Direito, inicia sua carreira política em 1909, elegendose deputado estadual de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Reelege-se em vários mandatos até 1923 quando participa do pleito para Deputado Federal. Elege-se em 1924 para o cargo Federal assumindo a liderança da bancada paulista na Câmara. Em 1927 volta a São Paulo, agora eleito como Presidente de Estado. Segue seu mandato até 1929 quando o Presidente do Brasil Washington Luís o indica para o próximo pleito (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2018).

² A política do café com leite os políticos paulistas e mineiros alternavam-se na cadeira de Presidente da República, por isso o nome do acordo. As economias paulista e mineira eram o café e o leite respectivamente, mantinha-se assim a ordem política e econômica favoráveis à esses Estados mas principalmente aos oligarcas locais (FAUSTO, 1994).

que Washington Luís³ acreditava que vários cenários, e uma aposta nesta ruptura com Minas Gerais.

No primeiro cenário Júlio Prestes daria continuidade no seu plano de estabilização econômica, este plano previa duas medidas importantes: estabilizar o câmbio em relação à libra esterlina; e acabar de uma vez por todas com os frequentes solavancos monetários sofridos pelo setor cafeeiro paulista, responsável pelo item mais relevante da pauta de exportações do Brasil. O segundo cenário São Paulo torna-se o estado com maior relevância da Federação e assim era seu dever governar o país. Para Washington Luís, a confiança no dinamismo econômico dos produtores de café paulista e no controle deles sobre as forças políticas estaduais. No terceiro cenário o receio da possível divergência entre os produtores de café de São Paulo e Minas Gerais sobre a política de valorização do produto (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Com essa quebra na estrutura uma reação do estado Minas Gerais é imediata, assim unindo forças internas e alianças externas com outros estados, como a Paraíba e Rio Grande do Sul, formando então a Aliança Liberal. Que lança como candidato para presidente Getúlio Vargas⁴ o mesmo natural do Rio Grande do sul. A Aliança Nacional propunha a disputar essa eleição em campo aberto assim com sua militância jovem e sua caravana que passa por grande parte do Brasil conquistando afinidade, com sua pauta que tinha como objetivos anistia aos tenentes e militares rebelados entre 1922 e 1927, concessão de direitos sociais aos trabalhadores, introdução do voto secreto, diversificação econômica, e obras para combater a seca no Nordeste (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Na eleição de 1930 não foi diferente das demais eleições anteriores, votos comprados fraudes eleitorais dos dois lados e muita tensão até seu resultado, sendo a vitória de Júlio Prestes. Com a derrota a Aliança Liberal não teria muito mais que fazer no campo político a não ser resmungar contra as fraudes eleitorais. As tensões geradas pela perda nas eleições criam

³Washington Luís Pereira de Sousa filho do tenente-coronel Joaquim Luís Pereira de Sousa e de Florinda Sá Pinto Pereira de Sousa. Pertencia a uma família de grande prestígio político durante o Império, da qual faziam parte Pedro Luís Pereira de Sousa, deputado-geral, ministro dos Negócios Estrangeiros no primeiro gabinete Saraiva (1880-1881) e governador da Bahia em 1882, e Francisco Belisário Soares de Sousa, deputado, senador, presidente do Banco do Brasil e ministro da Fazenda no gabinete Cotegipe (1885). Foi presidente do Brasil de 1926 a 1930 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2018).

⁴Vargas vinha de uma família de criadores de gado da cidade de São Borja, no extremo oeste do estado, formou suas ideias políticas na tradição da ditadura republicana dos positivistas gaúcho e subiu depressa na vida pública: foi deputado estadual, federal, líder da bancada de seu estado no Congresso e ministro da Fazenda de Washington Luís entre 1926 e 1927. (Schwarcz e Starling, 2015 p. 359)

um cenário de revanchismo principalmente pela alta adesão dos tenentistas⁵ um grupo remanescente das intervenções militares dos anos de 1920. Assim, forma um cenário de instabilidade política que tem como estopim para o início da Revolução de 1930 a morte de João Pessoa, governador da Paraíba no dia 26 de julho de 1930, iniciando todo o processo de revolta, amplamente explorada politicamente criando uma comoção nacional (FAUSTO, 1994).

1.1.2. A REVOLUÇÃO DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO E O GOVERNO CONSTITUCIONAL

A caracterização do processo político aponta para uma crise orgânica da aliança oligárquica vigente na Primeira República, ocorrida em paralelo com a ascensão de setores das elites, notadamente o setor industrial. Essas mudanças teriam resultado um processo de tensão ou incapacidade do exercício da hegemonia, por uma determinada classe ou fração de classe, o que teria concorrido para consolidação de uma forma política particular denominada Estado de Compromisso, assumindo o papel de mediador de interesses, com certa autonomia frente aos grupos em conflitos⁶ (LIMA 2014).

Para Fausto (1994) o grupo vitorioso de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político, acaba formando-se por conta de um adversário comum, esse grupo era formado pelos velhos oligarcas onde seus desejos eram maior atendimento à suas áreas e maior soma de pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens que inclinavam-se a reformular o sistema político; o movimento tenentista que defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático que pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal.

Assim o novo Governo após 1930 distinguiu-se do Estado oligárquico anterior não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também pela atuação econômica, voltada para o crescimento gradativo das indústrias, a atuação social tendente a dar algum tipo de proteção ao trabalhador urbano e um papel central a Forças Armadas como

⁵Possuíam experiência militar, eram idealistas, politicamente inquietos, gozavam de admiração da tropa e de simpatia entre setores médios da população e a massa de trabalhadores urbanos. Schwarcz e Starling (2015, p. 360)

⁶ Para Revolução de 1930 ver: FAUSTO, B. A Revolução de 1930. Historiografia e história. Companhia: São Paulo, 1997.

suporte da criação de uma indústria de base e sobre tudo como fator de garantia da ordem interna (FAUSTO, 1994).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a instauração do governo provisório, dedica sua atenção em dois pontos: o primeiro as políticas trabalhistas com a série de leis de proteção ao trabalhador; como jornada de oito horas; regulação do trabalho da mulher e do menor; lei de férias; instituição da carteira de trabalho e direito a pensões e aposentadoria. O segundo ponto é a repressão a qualquer tentativa de organização dos trabalhadores fora do controle do estado, sufocando com violência, a atuação comunista e liquidou o sindicalismo autônomo, colocou os sindicatos em controle do Estado e exclui o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios da legislação protetora do trabalho. Em compensação na esfera democrática e política ao governo provisório não fala sobre convocação de uma Assembleia Constituinte e a data para uma nova eleição presidencial, mesmo com brasileiro não podendo votar em esfera política nenhuma o novo código da Justiça Eleitoral adotava o voto secreto em gabinete indevassável e com essa medida inviabiliza uma série de fraudes característico do sistema representativo da Primeira República, assim o voto secreto protegia o eleitor das pressões das elites (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Apesar do período ser conhecido como governo provisório, a postura e a criação dos mecanismos do Estado autoritário de Getúlio Vargas podem ser vista principalmente como a criação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi criado em 1924, numa época de agitações políticas e crise social, para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado que vai ser extinto em 1938.

Entre os movimentos sociais que emergem neste período no Brasil estão a AIB Ação Integralista Brasileira, Partido Comunista, Aliança Nacional. Vargas vê a possibilidade usar o movimento AIB de forma estratégica o caráter fascista e a vertente paramilitar, a sua utilização como instrumento para combater o Partido Comunista e a Aliança Nacional que neste período demonstra uma ameaça para seu governo. A tensão no período do Governo Provisório irrompe com a Revolução Constitucionalista de 1932, segundo Fausto (1994) o levante do Estado de

São Paulo contra o Governo⁷, e explode em 1935 com os levantes comunistas⁸ em Natal, Pernambuco e Rio de Janeiro.

“Com a ANL fechada e os comunistas na cadeia, Vargas liquidou as forças de oposição situadas à esquerda do seu governo; cioso do poder, a ele só faltava se livrar do curto experimento democrático, inaugurado com a constituição de 1934. Em 1937, às vésperas das eleições que deveriam escolher o novo presidente da República, empurrou o Brasil para mais oito anos de ditadura e quase não enfrentou reações. Para que isso acontecesse, foi indispensável muito cálculo político, uma boa dose de sangue-frio e uma notável capacidade de, com frequência, recuar um passo para avançar dois. Ele manobrou os parlamentares e enquadrou presidentes estaduais – em especial, Flores da Cunha, presidente do Rio Grande do Sul, seu ex-aliado, a essas alturas no exílio”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 378)

O Estado Novo foi formalmente intuído por um golpe de Estado ocorrido no dia 10 de novembro de 1937. Um golpe anunciado, sem reação, silencioso. A ausência de reação não quer dizer, contudo que não houvesse opositores a Vargas e a seus planos ditatoriais; havia, mas já estavam devidamente impossibilitados de qualquer tipo reação (D'ARAUJO, 2000).

1.1.3. ESTADO NOVO BRASILEIRO (1937-1945)

O centro da formação da política do Estado Novo era pautado na figura de Vargas um civil comandando de uma ditadura, garantida pela Forças Armadas em uma política de massas. Segundo Schwarcz e Starling (2015) o novo regime fazia uso de uma leitura de pensadores conservadores, como Alberto Torres, que defendia a ideia que o Estado deveria organizar a sociedade, dar um propósito a nação e implantar as mudanças que o país necessitava, compartilhando os traços e tonalidades dos fascismos europeus, tendo suas principais características personificação em uma liderança única, representação de interesse de grupos e classes sociais num arranjo corporativo, uma política de colaboração entre patrões e empregados tutelados pelo Estado.

Em uma definição do Estado Novo de maneira contrária à ideia formada de um Estado fascista de características europeias, as autoras definem que não se tratava de um regime fascista menos ainda a reprodução de um modelo fascista europeu-português, italiano ou espanhol, mas sim definindo sua natureza como autoritária, modernizante e pragmática. Em uma definição

⁷ Para revolução de 1932 ver, FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). tomo 3, vol.4. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995. (Col. História da Civilização Brasileira).

⁸ Para levantes comunistas de 1935 ver, COSTA, H. DE O. A Insurreição Comunista de 1935. EDUFRN ed. Natal, 2015.

sarcástica o autor Graciliano Ramos em sua obra *Memória do Cárcere* mostra que o Estado novo é no máximo nosso pequenino fascismo tupinambá. (SCHWARCZ E STARLING, 2015)

A caracterização de um espectro que define o corpo formador do governo de Getúlio Vargas inicia-se ao identificar os aspectos socioeconômicos do Estado Novo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo o objetivo era promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. Assim a burocracia civil defendia a industrialização pois acreditava que a mesma era o caminho para a verdadeira independência do país; a crença dos militares sobre a indústria de base fortaleceria a economia, sendo um componente importante da segurança nacional, os industriais porque acabaram convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado (Fausto, 1994).

Segundo Fausto (1994) no setor da educação o Estado Novo coloca-se em uma postura autoritária e não-fascista, assim o Estado trata de organizar a educação de cima para baixo, porém, sem envolver uma grande mobilização da sociedade, sem promover uma formação escolar totalitária, neste caso a educação tem uma mistura de valores hierárquicos, conservadorismo pela influência católica, mas sem tomar forma de uma doutrina fascista.

Dentro das escolas o uso de signos segundo Capelato (2010) eram difundidos com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão, esse uso de simbologias teria o intuito de formar um homem novo, uma sociedade nova e um país novo, a criação de um contraste entre antes e o depois identificando o antigo e anterior ao Estado Novo com um caráter negativo e o depois ou atual era a expressão do bem e bom, criando um mito que só a partir daquele sistema seria o ideal para nação.

Além do mecanismo da educação para ensinar as novas gerações sobre o Estado Novo o mecanismo de propaganda que tinha em sua frente Lourival Fontes, cuja lealdade estava com Vargas e o órgão de propaganda DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) era uma máquina bem planejada com seis seções propaganda, radio fusão, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares com objetivo de projetar as bases de legitimidade do Estado Novo. Os funcionários do DIP foram especialmente hábeis em aproveitar o impacto tecnológico operado pelos novos veículos de comunicação, como o rádio e cinema e propagandear as ações e iniciativas do governo (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A principal engrenagem do motor do Estado Novo, foi seu sistema de repressão que começa a ser criado anteriormente a formação do mesmo em 1937, porém em 1935 a chave mestra é colocada em prática para o sistema de repressão rodar sendo ela outorgada a Lei de

Segurança Nacional em 1935. Schwarcz e Starling (2015) definiam os crimes a ordem política e social, e o Tribunal de Segurança Nacional instalado em 1936, onde julgaria sumariamente os atos. Como certificação que as sentenças fossem executadas é criado anteriormente ainda 1933 a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desp) com objetivo de receber denúncias, investigar, deter e encarcerar qualquer pessoa cuja a atividade fosse considerada suspeitassem a necessidade de comprovar pratica efetivas de crime e no comando da sua polícia política estava o capitão Filinto Muller, era pró-nazista, que através de sua delegacia mantinha um intercâmbio com a Gestapo.

A polícia política de Filinto Muller não fica atrás da repressão e tortura comparada com os campos de concentração nazistas em descrição de Nasser (1966), onde compara as torturas excederam em alguns pontos as torturas infligidas pela Gestapo aos judeus, antinazistas e prisioneiros aliados, é difícil comparar a maldade com a maldade, a barbaria com a barbaria, o perverso com o perverso. Os nazistas alemães retiraram a pele tatuada dos condenados para fabricar abajures em contrapartida os policiais brasileiros esmagavam os testículos com uma espécie de alicate que era conhecido pelo nome *anjinho*, os nazistas matavam os presos e faziam sabão com os cadáveres, os policia brasileiros enfiavam arames nos ouvidos dos presos, os nazistas faziam experiências científicas com as vítimas dos campos de concentração, os policiais enfiavam arames na uretra dos presos e com um maçarico aqueciam esses arames até ficarem em brasa, os nazistas executavam os presos em câmara de gás, os policiais brasileiros apertavam o crânio dos presos até que eles morressem ou enlouquecessem⁹.

O fim do Estado Novo brasileiro está ligado com a II Guerra Mundial, as autoras Schwarcz e Starling (2015) entendem esse período é como divisor de águas, por um lado

⁹ De todas as vítimas da fúria sanguinária dos policiais a maior dele foi o ex-deputado alemão Harry Berger o relato de sua tortura consta em completo no livro *Falta alguém em Nuremberg*, a crueldade foi tanta como mostra no trecho a seguir: Preso juntamente com sua esposa levou mais de 20 surras espantosas, teve o corpo queimado centímetro por centímetro, enquanto a companheira chegava pontas de charutos ao bico dos seios, anus e partes genitais. A pobre mulher desfilava nua, entre as gargalhadas dos policiais, que estendiam a mão com os charutos em brasa e deixavam a marca na pele branca. O marido, amarrado assistia a tudo, impotente e silencioso, nenhuma palavra lhe arrancara. Emagreceu 54 quilos a custa de tanto espancamento. De uma feita, obrigaram-no a ficar de pé 72 horas, com uma máquina de escrever amarrada ao pescoço. Obedeceu em silêncio. Quando o sono o fazia cambalear, os charutos acesos e o ferro de gomar quentíssimo fazia permanecer de pé. Sua esposa completamente nua, pois dormia neste estado sobre a laje de cimento, era diariamente arrasta pelos cabelos e levada aos pontapés a presença do homem de gelo. Berger só respondia aos algozes que um verdadeiro comunista não se abre... (NASSER, 1966, p. 71)

garantia o protagonismo do projeto de modernização proposto pelo regime por outro lado revelou o esgotamento da sua natureza autoritária, a entrada do Brasil na guerra era tão improvável por conta das relações externas estarem ligadas comercialmente as duas frentes de lutas demonstrado pela famosa frase “O Brasil só entra na guerra quando a cobra fumar, e a cobra fumou e Brasil entrou na guerra em 1944” (p. 480).

Para D'Araujo (2000) não apenas os fatores externos explicam o processo de saída do poder de Vargas, mas internamente começava a surgir movimentos pouco ruidosos, mas eficaz no sentido de questionar as bases do regime, principalmente entre as elites econômicas e pensantes. O marco mais importante foi o Manifesto dos Mineiros em 1942, que pedia a liberalização do regime. O ponto mais contundente destes processos de questionamento do regime acontece em 1945 com movimento estudantil e manifestações na imprensa a favor da redemocratização.

1.2. A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Ao longo das décadas foi refletido sobre eventos traumáticos da história do Brasil um deles foi a ditadura militar de 1964, diversas foram as “memórias”, “obras sociológicas” e históricas” e “elaborações literárias” que elegeram como temática, configurando uma bibliografia já ampla e diversificada, que busca perscrutar interpretar e compreender, a partir de prismas plurais, as razões do golpe, as características do regime autoritário e a partir deste desdobramento para a democracia brasileira. Em 2014 este material vasto ganha novo impulso pelos 50 anos do golpe militar de 1964 (PERLATTO, 2017). Neste sentido as principais obras que serão usadas para construção das percepções da ditadura brasileira entram no enquadramento de obras sociológicas e históricas, buscando coalizar a história política e social e criar assim um *background* para as análises dos materiais didáticos. Dentro deste eixo historiográfico mais recente aproveitando a efeméride de 50 as obras que foram selecionadas por seu enquadramento teórico ajudaram a compor um panorama geral do período e aliado as perspectivas e propostas do questionamento levantado.

O movimento civil-militar¹⁰ que derrubou João Goulart em abril de 1964, encerra a experiência republicana iniciada com fim do Estado Novo em 1945, resultou de uma conjunção

¹⁰ Este movimento foi formado pela parte dos militares que apoiavam o golpe e a retirada de João Goulart do poder juntamente com uma parcela da população civil que era formada os grandes proprietários rurais, a burguesia industrial paulista, uma grande parte das classes médias urbanas (que na época girava em torno de 35% da população total do país) e o setor conservador e anticomunista da Igreja Católica (na época majoritário dentro da Igreja).

complexa de condições de ações e de processos. O primeiro processo desta complexa conjuntura é no âmbito internacional que se coloca entre as tensões geradas pela Guerra Fria e a construção de autonomia, ideia fortalecia com as brechas no poder durante os períodos anteriores que estão ligados com pós primeira Guerra Mundial e as convulsões dos críticos anos 20 e 30, a revolução russa, surgimento dos fascismos, crise geral das economias liberais que abriram espaço nos laços de dependência, permitindo estruturação de projetos autonomistas, assumindo, quase sempre, um caráter nacional estatista como Sun Yat-sen na China, a modernização da Turquia, liderada por Mustapha Kemal, o Partido do Congresso na Índia, o nacionalismo mexicano de Ernesto Cardenas, o Estado Novo varguista tinham esse sentido: explorar os espaços criados pelo enfraquecimento das potências. No transcurso da II Guerra Mundial as conjunturas obrigariam as grandes potências a se conciliarem com esses projetos, que tiveram então melhor momento para solicitar auxílios diversos, barganhar apoios e exercer margens de soberania (REIS, 2000).

Contudo com fim da II Guerra Mundial e o enfraquecimento das potências europeias e do Japão no caso oriental e a estruturação de poderosos movimentos de libertação nacional pareciam abrir um horizonte favorável, neste sentido o interesse das duas potências resultantes do conflito mundial de forma diversa estavam interessadas no fim dos velhos impérios coloniais porque tanto os EUA como a URSS cultivavam ambições universais e, na lógica da bipolaridade da Guerra Fria, pretendiam reduzir as margens de autonomia já conquistadas ou a conquistar. Mas as coisas não se passaram da mesma forma nas várias regiões do mundo (REIS, 2000).

Para Villa (2004) o fator principal para tomada do poder é a suposta figura instável de João Goulart, os fatores políticos para a deflagração do golpe devem ser aclarados que o Presidente na época do golpe João Goulart, era um nacionalista em suas perspectivas caberia ao Estado brasileiro ser o principal agente do desenvolvimento, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e político com base eleitoral entre as camadas mais pobres da população (FARIAS, 2009).

Para os mais conservadores era visto como tendente às ideias de esquerda, fator que quase inviabilizou a sua posse, depois da renúncia de Jânio Quadro em 1961, além de dificultar o apoio político necessário para exercício do seu mandato. (VILLA, 2004)

No ambiente político estava em questão voto do analfabeto, reforma agrária, nacionalismo econômico, legalização do Partido Comunista Brasileiro – não permitia grandes conchavos à brasileira para superar a crise, não porque os atores radicalizaram suas posições,

mas por serem inconciliáveis os valores e planos estratégicos que informavam as agendas políticas, à esquerda e à direita. (NAPOLITANO, 2014)

Assim Reis (2000) identifica a posicionamento da esquerda tinha evoluído, progressivamente, para uma linha ofensiva em que inclusive se contemplava o recurso à violência revolucionária. Sucedendo discursos exaltados, ameaças veladas, uma retórica grandiloquente, frequentemente sem correspondência com a força e a organização reais dos movimentos sociais em curso. Até mesmo os experientes e moderados dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, formalmente ilegal, mas, de fato, atuando às claras, deixaram-se contaminar. Começou a haver ali um desejo de ir às vias de fato, de procurar um desfecho. E, assim, quem estava em linhas de defesa passou ao ataque, imaginando ter chegado a sua hora.

As relações externas de interesses dos EUA para a garantia de uma ditadura de direita e expurgar o comunismo da América, já que Cuba teria saído dos seus planos seria inadmissível aceitar uma intenção comunista em um país do tamanho do Brasil e não mediria esforços para impedir tal ato. A preocupação de Washington é demonstrada pelo autor Napolitano (2014) que a suposta influência do PCB e da esquerda no governo brasileiro foi expressa pela posição brasileira em relação a crise dos mísseis em Cuba. A relativa independência da política externa brasileira desafiava a tese do alinhamento automático com os interesses ocidentais no combate ao comunismo internacional.

Assim o Brasil além de defender a autonomia de Cuba na conferência de Punta del Este de 1962, o Brasil foi contra a invasão da ilha no contexto da crise dos mísseis, em outubro, embora tenha apoiado o bloqueio naval à ilha governada por Fidel Castro. As evidências indicam que até o final de 1963 Washington trabalhava sistematicamente contra o presidente Jango, mas não tinha apoiado o golpe de forma incondicional golpe este posicionamento se modifica com assassinato de Kennedy, em 1964, o quadro seria outro, seja pela radicalização do quadro político brasileiro, seja pelo estilo mais direto e duro de Lyndon Johnson. “Os falcões da CIA e do Pentágono, dispostos a acabar com qual quer tom de vermelho na política internacional, passaram a agir de maneira mais direta, apoiados pela Embaixada norte-americana no Brasil”. (NAPOLITANO, 2014, p. 58)

Neste contexto o golpe militar e civil é constituído por agentes internos e externos com várias de camadas de envolvimento e múltiplas organizações envolvidas. As motivações do golpe deixam claro que acima de tudo que as relações entre os dois lados da política brasileira encontravam extremadas, onde a busca por uma resolução que seria contrária a democracia, mostrando assim que os dois lados estavam inclinados a fazer revoluções. A tomada do poder

pelos militares em 1964 com apoio da população civil em caminha o Brasil para um novo contexto político que em sua primeira parte da ditadura ficou conhecida como a fase que a ditadura foi mais branda que neste período de consolidação das estruturas supostamente a censura se colocava com uma proposta reativa as questões da oposição. No caso os primeiros anos da ditadura no âmbito econômico coloca-se em negociações abertas com Estado Unidos. (REIS, 2000)

Neste período o autor Reis (2000) intende que as pretensões do novo governo com o internacionalismo rompem com autonomistas do nacional - estatismo e enveredava por uma proposta de alinhamento com os EUA. Que traduzia em uma política econômica afinada com as propostas do Fundo Monetário Internacional para debelar a crise econômica brasileira, cujo os aspectos inflacionistas (80% em 1963) e recessivos (1,6% de crescimento em 1963) em uma tentativa de combater essa crise aderira a padrões monetarista ortodoxos: corte dos gastos públicos, contenção do crédito, arrocho dos salários, em outras palavras, e no jargão usual, saneamento financeiro¹¹. Desta forma atuando em três diferentes, quais sejam: equacionamento das restrições do balanço de pagamento, redução da inflação e criação de condições institucionais favoráveis à retomada do crescimento econômico após a queda da inflação (CARDOSO, 2013)

Ainda as relações com a repressão do início do fica bem claro que o objetivo era a blindagem da sua imagem. Essa repressão teria alguns objetivos como demonstra Napolitano (2014), que seria destruir uma elite política e intelectual reformista cada mais encastelada no Estado, cassações e os inquéritos policiais -militares (IPM) os principais alvos destes inquéritos eram lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados segundo objetivo era cortar os laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular como movimentos operário e camponês. Outro objetivo seria blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e na despolitização dos setores populares (operários e camponeses), e impedindo de forma concisa a manifestações da opinião pública e silenciar as manifestações culturais de esquerda.

¹¹ Para saneamento financeiro ver: REIS, D. A. Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000. p. 20

Depois deste primeiro momento com toda a tensão formada envolta do novo governo de Castelo Branco é imposta mais quatro atos institucionais¹², segundo Fausto (1994, p. 474) o AI-2 estabelece em definitivo as eleições para presidente e vice-presidente seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal. O AI-3 nomeadamente também estabelece o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados através das respectivas Assembleias estaduais. O AI-4 esse sendo o último ato imposto pelo governo de Castelo Branco, segundo Napolitano (2014) dá passos em direção a institucionalização do regime, é criado o Conselho de Segurança Nacional amparado por nova Lei de Segurança Nacional que substitui a Lei de 1953, tornando virtualmente todo o cidadão um vigilante e um suspeito, neste processo também impondo uma nova constituição sancionada pelo Congresso às pressas. E em uma das suas últimas sanções a Lei de Imprensa completa a obra jurídica autoritária do primeiro presidente general, que apesar de passar a história como presidente liberal foi que mais cassou os direitos políticos e os mandatos parlamentares, além de estruturar as bases jurídicas do regime autoritário com vistas a uma ação política institucional e de longo prazo.

A segunda fase do governo civil-militar coloca-se a partir da entrada do presidente Costa e Silva e inicia-se a fase de maior repressão do regime. Segundo Fausto (1994 p. 474) desde AI-2 os tribunais militares vinham julgando civis de acusações da prática de crimes contra a segurança nacional, com o AI-5 o núcleo militar concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos do governo.

“O AI-5 não estipulava o prazo de sua vigência. Seu conteúdo era extremamente discricionário a ponto de institucionalizar, informalmente, a tortura a presos políticos. Entre outras prerrogativas que atribuía ao Executivo estavam o poder de fechar o Congresso Nacional, de suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro, de demitir, pôr em disponibilidade, transferir e aposentar servidores públicos civis e militares, inclusive membros do Poder Judiciário. O habeas corpus também foi suspenso para os detidos por suspeita de atentarem contra a ordem pública”. (DELGADO apud FIGUEIREDO 2013, p. 140)

¹²Os atos também foram usados para ampliar progressivamente os poderes do Executivo para praticar desapropriações, confiscos, banimento do território nacional e envio para a reserva de militares acusados de atentar contra às Forças Armadas.

Neste período ainda a agitação estudantil os protestos contra a ditadura já vinha sendo motivo de preocupações desde o governo de Castelo Branco, com a maior pressão com o AI-5 os movimentos de luta armada também cresciam – através de assaltos a bancos e ações de guerrilha rural – e as manifestações dos trabalhadores contra o arrocho salarial tomaram grandes proporções, como as Greves de Contagem e de Osasco¹³. Mesmo com toda essa agitação externas dos movimentos sociais que eclodem pelo mundo neste período principalmente o movimento de contracultura, no Brasil passa a cercear ainda mais os direitos civis e políticos.

Com a entrada de Costa e Silva ainda que em um período curto por conta da doença, obriga a uma nova escolha de presidente o método usado para escolha foi uma inédita votação entre os oficiais -gerais, porém a legitimação do novo presidente o general Garrastazu Médici pela volta do congresso fechado em 1968 não foi o suficiente para encobrir a verdade unção tinha sido feita pelo alto-comando das Forças Armadas. Ele já estava escolhido, antes de ser eleito o prejuízo para além das revoltas internas se formaram na esfera internacional, que cada vez mais numerosas e consistentes denúncias do emprego da tortura como política de Estado. O Governo tentava desmentir as denúncias, porém as evidências não se faziam eficaz e o pequeno grupo de exilados estava de fato fazendo a diferença dentro do cenário internacional. (NAPOLITANO, 2014)

Os índices anuais de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) era doce música para todos os que se beneficiavam: 9,5% (1970), 11,3% (1971), 10,4% (1972), 11,4% (1973). Na ponta, a indústria, registrando taxas de 14% anuais. Em outro plano o êxito econômico não conseguia disfarçar as desigualdades sociais que começaram nos anos 70 a serem denunciadas por insuspeitos organismos internacionais. Por mais que o governo afirma que a economia ia bem o povo por outro lado em sua grande maioria ia mal. Além dos programas sócias criados pelo Estado que não funcionavam como O Programa de Integração Nacional (PIN)¹⁴, Mobral que cuja meta era alfabetizar 8 milhões de adultos entre 1971 e 1974, no fim do seu programa se constava que os adultos não sabiam ler nem escrever ou assinar seu próprio nome. Assim a

¹³ A Igreja Católica, apesar de ala favorável ao governo militar, possuía integrantes que progressivamente passaram a reprovar os métodos dos agentes que feriam os direitos humanos (BUENO, 2012).

¹⁴ O plano tinha como meta a instalação de centenas de milhares de camponeses sem-terra nordestinos em agrovilas, acabou transformado em mais um plano de atração de grandes empresas para investimentos agropecuários. Em 1974, quando o programa foi definitivamente cancelado, em vez da promessa inicial de um milhão de famílias, havia apenas cerca de 6 mil instaladas. Reis (2000, p. 36)

ditadura vai colecionando uma série de fracassos dentro do âmbito dos programas sociais. (REIS, 2000)

“Portanto, do general Ernesto Geisel, que perdurou de 1974 até 1979, fizeram-se presentes dois elementos dicotômicos, a saber: crescimento econômico e endividamento externo”. (CARDOSO, 2013, p. 187). “O Brasil cresceu, mas não dividiu o “bolo”, como defendia Delfim Netto, o que lhe rendeu um aumento da sua dívida externa”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008, *online*)

Em verdade o milagre econômico embora gerou desigualdades de todo os tipos sociais e regionais os principais beneficiários desta época foi um estrato das classes médias, por exemplo, com acesso ao crédito farto e fácil, puderam adquirir, em massa, a casa própria e o primeiro automóvel. Os funcionários públicos, principalmente os das estatais, viveram também um período bastante favorável, apoiados em toda uma série de planos assistenciais, como se para eles não tivessem desaparecido as tradições e as benesses típicas da tradição nacional-estatista. Do mesmo modo é claro uma enorme sombra na paisagem, que os holofotes da publicidade da ditadura militar não conseguiriam esconder, os pequenos posseiros e proprietários de terra que perderam suas terras no processo da concentração fundiária:

“os trabalhadores sem qualificação adaptada à sede de lucro dos capitais, que ficavam à margem, desabrigados e desprotegidos no ambiente cada vez mais esgarçado de um tecido social cujas redes de proteção (saúde e educação públicas) se deterioravam cada vez mais”. (REIS, 2000, p. 37)

Outro golpe importante para transição da última fase da ditadura militar é o afastamento do apoio americano as ditaduras e sua nova postura quanto ao apoio aos direitos humanos com a posse de Jimmy Carter esta postura de afastamento das relações com as Ditaduras Militares fica mais clara no campo das relações internacionais entre Brasil e EUA. (GASPARI, 2004)

Neste processo de afastamento das relações do EUA com o Brasil, é usado todo seu poder político para delatar de forma contundente as quebras dos direitos humanos ocorrida pelas ditaduras principalmente a brasileira e chilena. Gaspari (2004) define que Carter elege para ser representante dos interesses americanos nas Nações Unidas Andrew Young intercede ao órgão pedindo que impusesse sanções comerciais às ditaduras do Brasil e do Chile, em 1970 ele fora um dos signatários da carta aberta que servia de introdução ao dossiê *Terror in Brazil*, organizado pelo professor Ralph Della Cava.

Assim com a falta de apoio de um dos seus principais aliados internacionais e uma das forças que auxiliavam manter o poder, os anos setenta tiveram as seguintes características no balanço geral; com um crescimento econômico duvidoso e um decréscimo nos direitos

sociais e políticos, o seu fim vem com a terceira fase da ditadura militar e a abertura política que já foi pensada e estruturada de forma lenta e progressiva assim era a missão do último presidente militar brasileiro João Figueiredo. Com o fim do AI-5 em 1978 pelo governo de Geisel começa a se dar os primeiros passos antes do processo de transição da ditadura para democracia que seria gerido pelo pragmático João Figueiredo que em uma entrevista manda um recado curto e grosso para a população brasileira “Quero que me esqueçam”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 488-490)

A crise econômica que vinha embarcar junto com a última fase da ditadura brasileira no comando de João Batista Figueiredo, combina dois traços que muitos consideram convivência impossível a ampliação da abertura política e aprofundamento da crise econômica, pensava-se que as dificuldades econômicas estimulariam conflitos e reivindicações sócias desta forma levando a novos controles autoritários por parte dos militares, porém o equívoco desse raciocínio estava em fazer da política uma simples decorrência da economia, os raros momentos de folga na área econômica facilitavam o processo de abertura, mas como toda a abertura seguiu o curso no meio econômico desfavorável, mostra-se que o desgastes dos meios autoritários mesmo ainda sobrando alguns bolsões radicais. (FAUSTO, 1994)

O autor Napolitano (2014) demonstra-se a primeira fragilidade do regime na tutela do sistema político e da sociedade civil foi acompanhada por uma hegemonia liberal moderada que se estabeleceu após 1981/1982 e apontou um horizonte curto para negociar a transição política. Isso permitiu vislumbrar que os grandes interesses capitalistas não seriam contrariados, fazendo com que o poder econômico aceitasse e até ajudasse a construir a transição política, permitindo vislumbrar que os grandes interesses capitalistas não seriam contrariados, fazendo com que o poder econômico aceitasse até ajudasse a construir a transição em uma situação de crise e incerteza, o desafio nessa área era controlar a inflação sem grandes mudanças no modelo socioeconômico, neste processo os empresários estavam cada vez mais críticos à intervenção do Estado na economia e apostavam em uma agenda neoliberal.

Porém esse processo de abertura da democracia no país não se mostra de forma tranquila ou pacífica principalmente pela parte militar que se opõem a transição para democracia, no período de 1976 a 1981 os setores intramilitar envolvidos com a burocracia da violência saem da sombra e em uma escala de terrorista iniciam uma série de atentados a bomba em jornais, universidades e instituições identificadas com a oposição além do mais sequestros e espancamentos de opositores (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A relação do ministro da Casa civil Golbery do Couto e Silva que tinha sido nomeado ministro de Geisel, mas mantido no cargo por Figueiredo, defendia a ideia de terminar com o bipartidarismo estabelecido em 1965. O mesmo temia que o voto “a favor” ou “contra” pudesse prejudicar a posição governista no Colégio Eleitoral o que escolheria supostamente em 1985 o primeiro Presidente civil, esta medida foi criticada pela bancada do MDB, que temia a fragmentação dos seus votos. Aprovada em novembro de 1979, a Lei Orgânica dos Partidos previa a extinção das organizações existentes em 18 meses e a criação dos novos partidos dentro do mesmo prazo (MOTTA, 2007 apud ALMEIDA, 2013).

Assim o general cumpria sua principal meta política e realizara eleições livres em 1982, durante a campanha, o governo renegara o coração da manobra do reordenamento partidário de Golbery, o general tirara uma costela do MDB, permitindo o surgimento do Partido Popular, liderado por Tancredo Neves. Em um truque eleitoral a mudança da legislação pelo planalto vinculando os votos de alto a baixo, ou seja, se votasse num candidato a governador deveria votar na chapa do mesmo partido para senador, deputado federal e deputado estadual desta forma pensava que os candidatos mais próximos das bases eleitorais atrairiam as preferências para as escolhas majoritárias. Em alguns estados isso funcionou, em outros teve efeito contrário. (GASPARI, 2016)

Para finalizar Gaspari (2016) afirma que a transição lenta as *Diretas Já* tomam conta do Brasil mesmo com sua comoção nacional a transição contínua sendo feita de forma lenta e progressiva e as eleições indiretas¹⁵ continuam nos planos do Estado. Em 1984 a emenda Dante de Oliveira é rejeitada e em 1985 por eleições indiretas assume o primeiro presidente civil depois de 1964, e as eleições diretas iram voltar apenas 1989 retomando os eixos da democracia brasileira após um hiato ditatorial.

1.3. O ESTADO NOVO EM PORTUGAL

Doravante ao Estado Novo português a afirmação de Manuel de Lucena “Ainda não houve nenhum regime tão parecido com o italiano como o nosso” em seu clássico estudo sobre o Estado Novo, afirma a natureza fascistas do regime autoritário a partir do golpe de 1926, este

¹⁵Os militares temiam uma eleição direta até mesmo porque a ditadura argentina, humilhada por uma derrota imposta pelas tropas inglesas nas ilhas Malvinas, realizara uma eleição, entregara o poder ao moderado Raúl Alfonsín e já haviam sido presos três generais, três almirantes e dois brigadeiros. Entre eles, dois ex-presidentes. Gaspari (2016, p. 284)

estudo não foi primeiro, mas balizou a maior parte das análises seguintes sobre o corporativismo português. (MARTINHO, 2013)

Os primeiros trabalhos de natureza acadêmica a respeito do Estado Novo foram produzidos por Hermínio Martins entre 1968 e 1971, para Bonifácio (2007) apresenta-se “uma pista de inquérito inteiramente distinta por sua originalidade e sofisticação. Esta originalidade está na busca de compreender a sociedade portuguesa a partir de uma série ampla de indicadores sendo eles geográfico, sociológicos e culturais, por tanto Martins procurava entender o que nessa mesma sociedade a talhava ou predispunha. Nomeadamente posterior a este primeiro momento da construção da historiografia vão surgir nomes como: António Costa Pinto, Michael Mann, Rui Ramos, Fernando Rosa, José Mattoso, Luís Reis Torgal. Que criam um corpo teórico metodológico sobre o Estado Novo e serão apresentados durante a contextualização do período.

As transições para autoritarismo que advieram durante os anos 20 e 30 do século XX não existe uma correlação estrita entre as rupturas abruptas e violentas como a democracia em Portugal e Espanha e a ascensão do poder na Alemanha e na Itália. No caso de Portugal Salazar chega ao poder depois de um golpe de Estado, e na Espanha Franco por sua vez foi por um a guerra civil, ambos tiveram muito espaço de manobra do que Mussolini ou Hitler, que assumiram o poder por vias legais e com apoio de uma direita conservadora menos inclinada para aventuras radicais (Berg-Schlosser e Mitchell 2000; Linz 2000 apud Pinto 2012).

A Constituição de 1933, que transformava o Estado português em uma “República unitária e corporativa”, fora a peça central do regime que pusera fim à ditadura militar e instaurara o Estado Novo. Aprovada por meio de um plebiscito, em 19 de março, sua promulgação aconteceu em 11 de abril, depois de uma intensa campanha propagandística do governo. Esta Constituição implantava a ditadura do Presidente do Conselho de Ministros.

O entendimento do Estado Novo em Portugal tem suas raízes na Primeira República portuguesa e suas constantes conjunturas, no processo de estabelecer e manter uma democracia parlamentar. Para Wheeler (1978) apesar das boas intenções e dos ideais generosos e do entusiasmo inicial, o governo republicano foi incapaz de criar um sistema estável e plenamente progressista, a República foi prejudicada pela frequente violência pública, pela instabilidade política assim como pela falta de continuidade administrativa e pela impotência governamental dentre outros problemas estruturais, desta forma, com a fragmentação e o enfraquecimento do poder político através da democracia.

Em termos de periodização da história contemporânea de Portugal, para Reis (1990) o marco separador entre o regime republicano e o regime autoritário seria 1930, quando se forma

o governo do general Domingos de Oliveira em substituição do general Ivens Ferraz e Salazar emerge finalmente como mentor político e ideológico do governo da Ditadura Militar.

Para Meneses (2001) o passo de Ministro das Finanças para Presidente do Conselho foi uma jogada estratégica que consistia na apresentação dos sucessivos orçamentos equilibrados, nos elogios internacionais à sua atuação e na criação de conflitos dentro da ditadura militar, por um lado começou a formular sua visão para futuro de Portugal, quanto por outro gerou confrontos atrás de confrontos entre facções militares até só ele ficar de pé. Deste modo assumindo o controle de uma ditadura.

“A Constituição de 1933, que transformava o Estado português em uma “República unitária e corporativa”, fora a peça central do regime que pusera fim à ditadura militar e instaurara o Estado Novo. Aprovada por meio de um plebiscito, em 19 de março, sua promulgação aconteceu em 11 de abril, depois de uma intensa campanha propagandística do governo. Esta Constituição implantava a ditadura do Presidente do Conselho de Ministros”. (Rampinelli, 2014)

Em um aspecto geral Rosas (2012) define que a Ditadura Militar que sucederia teria um caráter proibicionista e repressivo que decorria dos organismos totalitários das direitas antiliberais, desta forma, a cada insucesso e reviralhismo do Governo republicano alimentava a Ditadura Militar, sua base de sustentação era argumentado pelos elitistas conservadores e contrarrevolucionário que era a mistura das direitas autoritárias e corporativas. Levando estas sendo a base para salazarismo reunia a verdade essência da política nacional era a despolitização e a desmobilização política. A caracterização do fascismo português, no terreno social e político de uma oligarquia criada pelo Estado e solidamente entrincheirada nos seus privilégios sob a proteção das Forças Armadas e da Igreja católica, nunca deixaria de ser ciosamente elitista, assim Salazar ostentará sempre uma postura paternalista, essa figura do pai da nação era usada com cara de infantilizador relativo a inconstância e fica marcado pela inconstância e volatilidade das massas, que providenciará a si uma missão de pastorear o rumo à salvação e redenção coletiva, Assim o povo que o aclama agora não poderá ser aquele que se revolta amanhã levantado por outras paixões.

Dentro do processo de transição da ditadura militar para estado novo, a tática de Salazar delineada desde fins de 1931, se demonstra com eficiência abatendo e afastando do poder o republicanismo militar, e procurando o apoio do centro em uma tentativa de aproximação com a direita republicana ao projeto unitário conservador da União Nacional, assim a manobra abarca para seu lado a elite da União Liberal Republicana do Partido Nacionalista, políticos independentes e outros dirigentes do Partido Republicano Português,

tanto em nível nacional como nível local, onde eles vão ser engolidos pela União Nacional e outras instituições do regime (ROSAS, 1998).

A consolidação do Estado Novo emerge da Ditadura Militar que permeia o embate com forças opositoras como reviralhismo¹⁶ e destes embates cada insucesso deixa um rastro de desordem mortos feridos e destruição assim legitimando a razão pela qual o apoio das elites econômicas e político-militar e mesmo largos setores das classes médias urbanas, à ideia de que a solução para paz não estaria em uma mudança de governação liberal republicana, mas sim um regime novo que acabasse de vez com a instabilidade, associada à partidocracia e ao sistema parlamentar, esse processo de conflito ainda se arrastando por oito anos (1926-1934) e esse movimento se traduziu na verdadeira resistência à ditadura em uma guerra civil que teve como palco Lisboa, Porto e a ilha da Madeira, envolvendo largo contingente de tropas. Junto com reviralhismo os movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda também fazem parte do embate com a ditadura, em 1933 com a dura repressão por conta das greves e a ilegalização dos sindicatos livres (ROSAS, 1998).

A demarcação das originalidades do Estado Novo parte de afirmações insistentes do próprio Salazar, manifestadas no princípio do seu consulado e que se prolongam durante o a sua governação. Logo na entrevista dada a Antônio Ferro, em 1932, afirmou, falando da ditadura militar portuguesa: “A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu caráter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos”.

Efetivamente apenas o partido Comunista Português em 1934 continua no campo da oposição, como sua estrutura partidária relativamente mais capaz de se adaptar à luta na clandestinidade. As principais armas contra esses movimentos eram prisões arbitrárias, torturas e deportações¹⁷. Esse processo de instabilidade política social e econômica reflete da formação do Estado Novo através da busca por uma entidade que fosse capaz de equalizar todas as problemáticas, desta maneira a busca por uma ação definitiva, não apenas a busca, mas a

¹⁶É a ação revolucionária levada a cabo por vários setores republicano radical para derrubar as forças armadas da Ditadura Militar e a tentativa de reconduzir o país à normalidade constitucional, restaurar a república. Rosas, Brito (1996, p. 832)

¹⁷Ao todo no período de 1926-1934 foram deportados político de Portugal 1511 segundo Rosas (1998, p. 208) ver quadro I.

divergência de relações que permeia todo esse período demonstrando assim que chegada se Salazar ao poder não é simples muito menos rápida mais sim um processo que longo que remexe com as bases conjunturas de Portugal (ROSAS, 1998).

Assim que Salazar chega ao poder em definitivo em 1933 e dá início ao Estado Novo, depois de todas as disputas de poder com movimento reviralista, movimento operário, militares, republicanos e posteriormente fazendo um acordo de união entre os militares e as direitas para apoio da sua ditadura. Com caminho livre para governar os primeiros passos no cenário da economia que já tinham sido iniciados em 1928 com Salazar no ministério das finanças, a busca pela estabilidade financeira garantia a legitimação do Estado Novo onde foi conseguida através da solidez da moeda e do aumento brutal dos impostos, para captação de recursos fiscais, junto com a imposição de uma política de controle de importações com intuito de equilibrar o déficit na balança comercial. Quanto modelo assumido para agricultura foi de autossuficiência postergando assim uma reforma que incentivava a volta para campo através da Junta de Colonização Interna, irrigação dos solos, do aumento da produção agrária em culturas como cortiça, batata ou azeite esse formato conhecido na Itália como *battaglia del grano* que por sua vez foi imitado por Portugal, ainda no início de seu governo a campanha do trigo faz frente no sentido de aumentar a produção interna deste modo diminuiria a importação do cereal. Apesar do relativo sucesso desta política a agricultura portuguesa manteve baixos índices de produção, quando comparada com o restante da Europa. (FERREIRA e DIAS, 2016)

O Estado Novo demarca sua originalidade parte pro afirmações do próprio Salazar, manifestadas no princípio do seu governo. Doravante à 1932, conjecturando que a ditadura aproximava-se, evidentemente da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu caráter acentuadamente nacionalista, e em suas preocupações de ordem social, mas afastar-se-ia dos processos de renovação, a ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos. (TORGAL, 2000)

O mecanismo econômico era apenas uma das formas de controle além dele vinha o principal mecanismo de cercear as liberdades individuais para Rosa (2012) define a violência do Estado Novo em duas vertentes a violência preventiva e violência punitiva, a intenção de moldar as massas reprimir os prevaricadores e resistentes a novo regime. A violência preventiva atuava de forma onipresente, silenciosa e invisível com intuito de contenção vigilância e intimidação dos comportamentos dentro do meio social, dentro deste espectro a igreja católica

fazia frente de forma a legitimar a ideologia do regime. A sustentação desta violência dentro do Estado Novo era feita por diversos órgãos – a censura prévia aos órgãos de informação e espetáculo, as escutas telefônicas e interceptações de correspondência por parte da polícia política, e a delação de informantes, a mensagem subliminar passada pelos órgãos era clara “porta-se bem, alguém está a vigiar o teu comportamento” (p. 202).

Nesta temática sobre a repressão:

“A repressão foi assumida pelo regime, como uma necessidade de manutenção de ordem pública. Comparada com a I República, quanto ao número de vítimas e técnicas, o autor considerou o Estado Novo muito semelhante ou inferior. Apresentou, entre 1910-1926 (I República) cerca de 98 mortes provocadas por rebeliões e entre 1933-1974 (Estado Novo), faz referência apenas a 41 casos de morte. Acrescenta que, comparando, o Estado Novo com os regimes democráticos contemporâneos, na Europa, as médias eram semelhantes ou mais elevadas”. (RAMOS, 2009, p. 651-652)

Ainda para Pimentel (2011) o processo da repressão exercida pela PIDE/DGS foi seletivo, e não maciça, assim verificando que entre 1945 e 1974 em um panorama de 15 mil presos políticos, houve cerca de quatrocentas detenções anuais de caráter político, em Portugal continental, além de picos de maiores detenções entre 1946 e 1954, nos anos de 1958 e 1959, e entre 1961 e 1964. As prisões políticas combinavam três fatores: a lógica de afirmação da autoridade; a lógica de caráter corretivo e, finalmente, uma terceira lógica, de neutralização. O primeiro fator teria como característica a dissuasão, prevenção e intimidação, utilizada na população em geral, desta forma as detenções e julgamentos eram noticiados oficialmente na imprensa, porem se por outro lado a PIDE não divulgava seus métodos de ação propriamente a utilização da tortura, do mesmo modo que mantinham do sigilo a ação detentiva. O segundo fator era destinado a quem teria momentaneamente se desviado da ordem social, assim através do “susto” da prisão preventiva, ficariam vacinados para nunca mais atuar contra o regime. O terceiro fator é a neutralização, com objetivo de retirar do espaço público os dirigentes e funcionários dos partidos subversivos, principalmente os comunistas e elementos da extrema-esquerda e de luta armada, por meio da prisão maior e das medidas de segurança.

A violência punitiva¹⁸ se definia como segundo círculo de defesa do estado ou seja aqueles que ultrapassavam o primeiro círculo de defesa estava sujeito a implicações punitivas como torturas e prisões este limite estava no apoio a organizações clandestinas de luta contra o regime, conspirando ou participando em atividades revolucionárias, alguns atos mais simples também estavam além desta linha como aderir a uma greve, firmar uma abaixo-assinado de protesto, comparecer a uma manifestação, solidarizar-se com presos político, frequentar

¹⁸ Ibidem p. 202-210

atividades culturais ou recreativas proibidas. Neste domínio atuava o sistema de justiça política do regime cujo centro crucial era a polícia política, servida pela PSP, pela GNR e pela milícia da Legião Portuguesa (LP). Os meios repressivos mostram ser capazes de tudo o que fosse necessário para atingir os fins do regime dentro do escopo deles cabiam assassinatos pela tortura nas cadeias ou por liquidação física dos resistentes em emboscadas ou operações policiais de rua, mas os métodos extremos eram apenas usados em casos de combater a oposição em Portugal.

Além das questões econômicas, políticas e sociais que aproximam o Estado Novo de outras ditaduras a origem da cultura da ditadura salazarista aproxima daquelas ditaduras onde o catolicismo e o maurrasianismo dominaram, como o caso do franquismo na Espanha, de Vichy na França e do regime de Dolfus na Áustria. Aumentando o espectro de análise para o autoritarismo e os agentes envolvidos: a queda do liberalismo e a ditadura militar, de iniciativa militar com o apoio dos partidos autoritários de direita, pode considerar Horthy na Hungria (1919), Pilsudski na Polónia, a Grécia e a Lituânia (1926). (PINTO, 2011)

Outro ponto de suma importância para caracterização do Estado Novo português é a sua política colonial, em 1930 com a pasta das Colónias sendo assumida por Salazar então posterga a publicação do Ato Colonial – o Decreto n.º 18.570, de 8 de julho posteriormente incorporado no texto da Constituição de 1933 no decreto-lei n.º 22.465 de 11 de Abril de 1933 e modificado pela lei n.º 1900 de 21 de maio de 1935, esse ato se torna a lei-padrão da colonização portuguesa até anos 50, de forma resumida, nela vem proclamar por uma função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos, aos domínios de Portugal se passa a chamar o Império Colonial e fixando um regime político, administrativo e económico¹⁹. Desta forma define o quadro jurídico-institucional em uma nova política para territórios sob dominação portuguesa. A postura de Portugal quanto suas colónias iniciam uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, fruto de uma conjuntura externa e interna, traduzida de um colonialismo para seu projeto imperial de administração colonial (ROSA, 1998).

Portugal durante a II Guerra Mundial, declara sua neutralidade perante ao conflito. Com o término da guerra, Portugal se vê em uma posição de retomada lenta e gradual do processo de industrialização, que anteriormente esteve quase estagnado, desta forma, são implantados os três planos de fomento de 1953-1958; 1959-1964; 1958-197. E no início da

¹⁹ Ver princípios do acto colonial em: http://www.arqnet.pt/portugal/documentos/acto_colonial.html acesso em: 17/12/2017

década de 1960 que a aposta de fato na indústria de base, e juntamente com a integração na EFTA (European Free Trade Association)²⁰. Apesar da II Guerra representar a derrota dos fascismos, o contexto internacional da Guerra Fria foi um dos principais fatores exógenos que influenciaram a duração do Salazarismo durante boa parte da década de 50, nesta conjuntura o combate ao comunismo era bem mais importante que um pequeno Estado ditatorial, as dificuldades do regime se dão início com que ficou conhecido como *Annus Horribilis* de 1961. Dentro deste ano mostrava que o regime possuía opositores internos, o início da Guerra Colonial com ataques das forças independentistas em Angola, a contextualização dos movimentos independentistas está ligada a revogação do Ato Colonial em 1951, passando de colônias para províncias ultramarinas sendo uma espécie de extensão territorial de Portugal, essa medida foi com intuito de diminuir as pressões sofridas por Portugal pela ONU²¹. (FERREIRA, DIAS, 2016)

Os primeiros embriões de intelectuais africanos, segundo Fraga (2014), que procuram refletir sobre a problemática que a Carta das Nações Unidas levantava nasce em três polos em Lisboa: o Centro de Estudos Africanos, que funcionou aos domingos na residência da Família Espírito Santo, de São Tomé, na rua Ator Vale, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada pelo próprio Estado Novo, em 1944 e o Clube Marítimo, situado no bairro da Graça onde reuniam os marinheiros africanos que trabalhavam nas companhias de navegação, com esse

²⁰ Portugal foi membro fundador da EFTA (Diário da República, I Série, de 25.4.1960, depósito dos instrumentos de ratificação da Convenção a 25.6.1960 – Diário da República nº 146, I Série), juntamente com a Áustria, a Dinamarca, a Noruega, o Reino Unido, a Suécia e a Suíça. A EFTA constituiu-se como um projeto alternativo à Comunidade Económica Europeia, liderado em larga medida pelo Reino Unido. Apresentava-se como um espaço de livre comércio e não tanto como um processo de integração económica e social, como era o caso da CEE. Documento retirado do instituto diplomático ministério dos negócios estrangeiros <https://idi.mne.pt/pt/relacoes-diplomaticas-de-portugal/341-relacoes-diplomaticas-de-portugal-associacao-europeia-do-comercio-livre-efta.html> Acesso:17/12/2017

²¹ Em sua carta a ONU coloca mostra sua posição contrária ao colonialismo colocando em cheque os países que faziam parte da organização assim em uma série de reivindicações: a) assegurar (...) o seu desenvolvimento político, económico, social e educativo, (...); b) desenvolver o seu próprio governo, a ter em devida conta as aspirações políticas dos povos e a ajudá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as especificidades de cada território, dos seus povos e dos seus diferentes graus de evolução; c) promover a paz e a segurança internacionais; e) transmitir regularmente ao Secretário-Geral, a título informativo e dentro dos limites que a segurança e considerações de ordem constitucional impõem, a informação estatística e de qualquer outra natureza técnica que se relacione com as condições económicas, sociais e educativas dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis (FRAGA, 2007, p. 9).

embrião nascido na metrópole irá crescer e voltar para África e uma onda de lutas pela liberdade colonial na década de 50 estão eclodindo. O papel dos intelectuais africanos, formados em Portugal e com ligações aos movimentos anticoloniais existentes nas suas terras de origem, foram fundamentais para garantir o entendimento básico que a luta política e armada que posteriormente tivesse uma articulação mínima em todas as colónias portuguesas, o seu resultado foi em abril de 1961 o surgimento da conferência das Organizações das Colónias Portuguesas.

A posição do Estado Novo português procurava, pois, afirmar-se e manter-se numa situação *sui generis*, só aceitando pactuar o mínimo indispensável com os “ventos da História”. É que Salazar continuava a afirmar, agora em razão da “vitória das democracias” e do avançar do perigo comunista, que a Europa e o Mundo estavam em crise moral acelerada – “O Mundo está cheio de idéias falsas e palavras vãs”, proclamava ele, de que era necessário salvar o país. Portugal esteve na Sociedade das Nações (SDN), propunha-se entrar na ONU, mas isso não alteraria substancialmente a sua linha de rumo. E a linha da sua política externa seria de tipo atlântico

No mesmo ano em Angola se iniciava as primeiras manifestações com caráter de revolta contra a presença colonial portuguesa, no aspecto militar já verificando que as lutas na Malásia, no Quênia e na Argélia se lutava pela independência dos respectivos territórios, usando a guerrilha como meio de oposição ao poder colonial. As ações do início da guerra Colonial foram desenvolvidas em duas frentes A primeira compreendeu as zonas e povoações de Buela, Luvaca, Cuimba, Mandimba e Canda; a segunda, já no interior do território, afetou Bessa Monteiro, Quibala, Cambamba, Quitexe, Zalala e Nova Caipemba, à intervenção militar portuguesa de fato vem a responder ainda em 1961 com envio de tropas para Angola com intuito de silenciar as revoltas (FERREIRA e DIAS 2016).

O processo de múltiplos movimentos de independência eclode em Angola com a UPA depois se tornando FNLA e mais os grupos da MPLA e UNITA, em Guiné o movimento PAIGC e o movimento em Moçambique FRELIMO, estes conflitos duram 13 anos, mobilizando milhares de soldados portugueses e provocando uma série de mortos e mutilados, além do custo orçamental elevado para o Estado (FERREIRA, DIAS 2016).

O Estado Novo sobrevive a crise de 1958 – 1962, não por conta de sua capacidade de recomposição por parte dos salazaristas, mas por incapacidade dos seus adversários internos de assumir o poder, gerando três pontos de ruptura. Em primeiro lugar significou a abstenção dos reformistas em termos de novas tentativas para retomar o comando da situação, em segundo

lugar ainda que sobrevivendo, o regime não revive, não conquista, como no passado um novo sustento, fruto do estabelecimento da unidade no seu alargamento dos apoios, e o terceiro ponto a permanência de Salazar no poder será a de uma redefinição geral para a esquerda das oposições ao regime, analisando também no quadro das grandes mudanças internacionais²² (ROSAS, 1998).

Com a saída de Salazar em 1968 e a entrada de Marcelo Caetano, neste sentido o regime marcelista retoma o projeto modernizador mesmo que tardiamente nos campos políticos econômicos, sociais e coloniais. Porém era um projeto liberalização e modernização em um período de guerra esta guerra colonial Caetano sabia que teria que manter por conta de preções da direita política e militar e dos integralistas ameaçando com golpe de estado e guerra civil (ROSAS, 1998).

A tensão criada desde 1968 até a queda do regime em 1974, mostra os malabarismos de Marcelo Caetano para manter a estabilidade o a tentativa de estabilizar o regime, de forma que esse processo acaba criando um isolamento político onde nenhum dos lados apoiam mais o regime, e em sua fase final o regime cai sem que praticamente ninguém corresse em sua defesa²³(ROSAS, 1998).

²² Para crise de 1958 e suas consequências ver: ROSAS, F, "Portugal depois da Guerra: Estado velho mundo novo (1950-1974)", in José Mattoso (dir.), História de Portugal, vol. VII: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, págs. 284 a 285.

²³ Para Regime Marcelista ver: ROSAS, F. - História de Portugal. Lisboa: Editora Estampa, 1994. (José Mattoso ed., Vol. VII)

2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DADOS DA EDUCAÇÃO NOS REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS NO BRASIL E EM PORTUGAL

2.1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL, NO PERÍODO DO REGIME MILITAR

Em princípio o contexto político no caso a ditadura militar, transforma como a educação era vista, de modo que a educação que passou a ser constituída na preparação do indivíduo para a “modernização” do Estado, fazendo parte do ideal da nação com apelo cívico, junto com as propagandas governamentais e meio de comunicação de massa, para Moreno (2014, p. 117-118 apud Brasil, 1974, p. 58) eram feitas a partir do estímulo de certo triunfalismo ufanista assim como o *slogan* “Este é um país que vai pra frente”, ainda caberia a reatualização de um discurso cujo a matriz remonta ao século XIX e é atualizado pela propaganda midiática. Perceber esse objetivo através do documento intitulado “Metas e Bases para a Ação do Governo, no Período 1970-1974:”

“Nenhuma nação em desenvolvimento poderá chegar a sociedade das nações desenvolvidas se não capacitar adequadamente a mão-de-obra, visando à produtividade e ao pleno emprego;

O jovem precisa de educação formal como meio de valorização pessoal; à Nação cabe velar para que sua valorização se faça em proveito das necessidades da comunidade, ou seja, como fator de produção e não como excedente profissional, marginalizado do processo produtivo;

É indiscutível a integração entre educação, recursos, segurança e desenvolvimento, pois enquanto este último exige recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente, a segurança exige uma conscientização de valores perfeitamente definidos e estratificados. Somente a educação pode atender às necessidades de ambos;

Todo processo educativo redundará em mudança de estado, elevação e melhoramento; a escola deve ser, pois, um meio para alcançar determinados fins. No caso brasileiro requer-se educação para desenvolvimento, o que implica colocar o complexo aluno-

mestre-escola dentro de uma sistemática a serviço de princípio e sob o conceito de despesas de investimento e não de despesas de consumos”.

Essa proposta educacional liga-se as questões de segurança nacional e desenvolvimento econômico, iniciando assim o processo de tecnização da formação escolar, indo de forma contrária a lei Capanema²⁴ colocando a lei como livresca e elitista, que não preparava o aluno para a vida (ABUD, 2003).

Para Romanelli (1991) o objetivo da Ditadura pensava erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, que não conseguiu atingir seu objetivo e foi extinto.

Com a nova LDB (Lei 5692) de 1971, Martins (2000) define que a reforma educacional da ditadura militar não pode ser vista como uma reforma total dos sistemas educacionais, sendo que manteve funcionando os órgãos públicos destes setores, anterior a esta reforma e aproveitando de prerrogativas legais e jurídicas para tal setor. Mantendo a centralidade do Conselho Federal de Educação²⁵, pela nova lei foi ampliada a obrigatoriedade escolar para oito anos criando assim o primeiro grau que integraria os níveis primário e ginásio, já o segundo grau teria a duração de três anos com formação profissionalizante (MORENO, 2014).

Dentro das políticas públicas ainda cabe realçar a relação do Estado com a produção de livros didáticos que ganha uma nova perspectiva através do decreto-Lei de 21 de fevereiro de 1964, que autorizava o governo a editar livros para distribuição gratuita, no entanto a medida foi revogada em abril do mesmo ano. Posterior a esta primeira tentativa de produção, nos anos de 1966 – 1971 a COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) foi o órgão responsável pela administração dos livros didáticos e parti de 1967 é compartilhado com a FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar), em um primeiro momento o projeto teve como objetivo fornecer livros para equipar as bibliotecas das escolas públicas. A distribuição

²⁴ A lei Capanema ou Lei orgânica do ensino secundário foi o decreto de 1942 (Nº 4.244) que tinha objetivo de definir os parâmetros escolares. Em seu primeiro artigo definia que o ensino secundário tem as seguintes finalidades; formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes; acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942).

²⁵ O (CFE) era um órgão normativo e deliberativo que tinha o poder de definir o núcleo comum das matérias escolares que iriam fazer parte do currículo estadual (MORENO, 2014, p. 119)

de livros didáticos gratuitos e o oferecimento de cursos para os professores teve a parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a (USAID) (Agencia Norte-americana para Desenvolvimento Internacional) que em 1967 contou com a participação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros. (MORENO, 2014)

A influência do EUA na área da educação no Brasil vinha desde 1950 dentro do contexto da Guerra-fria, com a mudança do governo brasileiro em 1964 acentua-se essas relações a ponte do empréstimo da USAID e a flexibilidade no desembolso de verba para gastos da educação brasileira (ARAPIRACA, 1979 apud MORENO, 2014).

Porém, em 1971 a COLTED foi extinta por acusações de irregularidades²⁶ quem assume sua função é Instituto Nacional do Livro Didático (INL) órgão este criado no Estado Novo, com o final do financiamento da USAID, existe uma mudança de sistema de administração dos livros didáticos passando a funcionar em um sistema de coedição com as editoras privadas através de um novo programa o PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental) portanto o estado entraria contrapartida com 12% dos custos das compras realizadas, sobre forma de contribuição para o Fundo do Livro Didático. Por problemas administrativos em 1976 a administração do PLIDEF foi transferida para à FENAME (MORENO, 2014).

Esse é o panorama básico educacional dos projetos de educação do governo militar brasileiro, que apesar de se colocar como um caráter reformador e tecnicistas ainda aproveitou de muitas estruturas do Estado Novo e de investimentos internacionais para poder criar as reformas propostas, com uma série de tentativa de encabeçar um projeto que conseguisse atender a todo projeto proposto.

2.2. DADOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PERÍODO DO REGIME MILITAR

O processo de estabelecimento de um Plano Nacional de Educação surge em 1934, com intenção de coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis, assim deste modo foi regulamentado as formas de financiado do ensino oficial em cotas fixas para a Federação, os Estado e os Municípios, além de fixar as competências dos respectivos níveis administrativos. Implantou-se a gratuidade OEI e obrigatoriedade do ensino primário, e o ensino religioso tornou-se optativo. Estas bases foram absorvidas pela constituição de 1937 no

²⁶ Para Extinção da COLTED ver: OLIVEIRA, J. B. A. e; GUIMARÃES, S. D. P; BOMÉNY, H. M. B. A Política do Livro didático. São Paulo: Summus; Campinas: Ed da Universidade ESTADUAL DE Campinas, 1984.

qual dois novos parâmetros estiveram presentes: o ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem, na sua área de especialidade, para os filhos de seus funcionários ou sindicalizados, ainda neste período foi declarada a obrigatoriedade da educação moral e política nos currículos, neste sentido solidifica a importância da educação para consolidar as mudanças econômicas e políticas que estavam sendo empreendidas (Organizações de estudos ibero-americanos (OEI). Ministério da educação de Brasil (MEC), 2003).

No Brasil do início até meados do século XX grande parcela dos brasileiros ainda eram analfabetos, a população brasileira em 1900 era de 17.438.434, sendo que 65,3% daqueles que tinham quinze anos ou mais não sabiam ler e escrever. Em comparação em 1950 a população havia crescido para 51.944.397 habitantes, um aumento de 298% desde 1900, e a metade dos que tinham, no mínimo, quinze anos, era analfabeta, conclui-se que a intensificação do processo de urbanização e o crescimento demográfico em conjunto com o crescimento da renda per capita, foram acompanhados pela diminuição da taxa de analfabetismo, deste modo a urbanização e a industrialização foram fatores que influenciaram a escolarização da população, pois, entre os anos de 1920 e 1940, com taxa de urbanização dobrando e taxa de analfabetismo sentido uma sensível queda, esse processo de queda do analfabetismo continua e se intensifica ano após ano, é possível analisar esses processos pela Tabela 01 (OEI. MEC, 2003, p. 22).

Tabela 1 - Indicadores demográficos e econômicos e taxa de alfabetização, no Brasil, em 1900/1950

Indicadores	1900	1920	1940	1950
População total	17438434	30635605	41236315	51944397
Densidade demográfica	2,06	3,62	4,88	6,14
Renda per capita em dólares	55	90	180	-
% população urbana	10	16	31	36
% de analfabetos (15 anos e mais)	65,3	69,9	56,2	50

Fonte: (OEI. MEC, 2003, p. 22 apud LOURENÇO, 1970)

A expansão da oferta e da demanda por escolarização vinha se mostrando em um crescente como afirma a tabela acima, deste modo, o início do ano de 1970, as estatísticas oficiais anunciavam o aumento de 2 milhões e quatrocentos mil, em 1966 para 4 milhões e 200 mil matriculados no ensino secundário em 1970 (BRASIL, 1972 apud MORENO, 2014).

Para o autor Másculo (2002) na cidade de São Paulo esses números no mesmo período em 1966 eram de trezentos e sessenta mil já em 1971 saltou para 977 mil alunos matriculados nas quatro séries do antigo ginásio. O problema identifica quanto a evasão escolar que teria números alarmantes, em 1968 a cada 1000 alunos matriculados na 1º série 411 passavam para a 2º série e apenas 10% dos alunos matriculados alcançavam a 1º série ginásial (MORENO, 2014).

Tabela 2 - Indicadores Demográficos, Econômicos e Taxa de Alfabetização no Brasil, em 1950/1970

Indicadores	1950	1960	1970
População total	51944397	70119071	94501554
Densidade demográfica	6	8	11
Renda per capita em dólares	-	236	-
% população urbana	36	46	56
% de analfabetos (15 anos e mais)	50	40	33

Fonte: (OEI. MEC, p. 24 apud LOURENÇO, 1970)

Um dos fatores que deve ser levado em conta para entender o processo de maior escolarização está ligado também com instauração do ensino supletivo na maior parte dos municípios, neste processo incentivou a matrícula em cursos profissionais ou pré-profissionais de nível primário. Esse número se reflete na Tabela 02, pelo motivo que o supletivo foi frequentado por mais 400 mil alunos em cada ano durante treze anos. Deste modo o supletivo era composto por duas séries escolares, entre 1947 a 1959. Este é um dos fatores das taxas de analfabetos que em 1950 era 50% atingiu 33,2% em 1970, no meio do processo de alfabetização deve levar em conta o aumento da população para quase 100 milhões e o crescimento da população urbana, assim houve uma modificação no perfil populacional. (OEI. MEC, 2003)

Quanto os currículos de ensino de História, no final dos anos de 1960 e começo dos 1970 existes grandes mudanças nas legislação educacional no Brasil, deste modo, refere aos currículos propostos para as escolas de 1º e 2º grau e para ensino superior, criando a disciplina de Estudos Sociais para 1º grau, lecionada por professores polivalente na 1ª a 4ª séries e por profissionais oriundo da História ou de cursos de Estudos Sociais entre a 5ª e a 8ª séries existia a possibilidade da disciplina de história continuar como autônoma, entretanto foi suprimida pela legislação federal em 1971, através da Reforma do Ensino feita pela Ditadura Militar, que

efetiva o Estudos Sociais para o currículo nacional da escola de 1º grau, fomentando a criação dos cursos superiores de Estudo Sociais assim para suprir a demanda por essa nova disciplina (MARTINS, 2000).

Estas ações são vistas de forma como cerceadora de ações e do pensamento através da história e das ciências humanas assim os militares buscam um patriotismo que para mesmo está esquecido.

“Introduzir as disciplinas sobre civismo significa impor a ideologia da ditadura, reforçada pela extinção da Filosofia e diminuição da carga horária de História e Geografia, que exerce a mesma função de diminuir o senso crítico e consciência política da situação”. (VEDANA, 1997, p.54)

Para Moreno (2014) na década de 1970 o modelo que estava em voga quanto teorias pedagógicas no Brasil se baseava no método norte-americano conhecido como *estudo dirigido*, sustentado na teoria operatória de Piaget, propondo a estruturar o conhecimento em etapas sucessivas de dificuldade, no caso caberia ao livro instruções, para que o aluno desenvolvesse um método de estudo, incluindo a organização do tempo, a sistematização dos dados e o desenvolvimentos de algumas operações mentais próprias de cada disciplina. Para professor o livro torna-se um instrumento de gerenciamento uma forma de controlar e tornar mais eficiente a aprendizagem.

As mudanças da educação, com a reforma de 1971, e a estrutura do sistema educacional com a Lei n.º 5.692/71, a escola primária e ginásio foram fundidos e denominados de 1º grau, o antigo colégio ou *High School*, ver Quadro 01, passou a se chamar ensino de 2º grau, passando o ensino obrigatório para oito anos. A divisão dos professores dentro da nova estrutura fica com um único professor nas primeiras 4ª séries, como era no sistema anterior, este mesmo não era exigido nível superior, mas apenas formação para magistério em nível médio. As quatro séries finais do 1º grau e o 2º grau permaneceram divididas em disciplinas ministradas por diferentes docentes, dos quais se exigia, ao menos formalmente, educação superior, ver Quadro 02 para as diferenças antes e depois da reforma (BRASIL, 2003).

Quadro 1 - Estrutura do sistema educacional brasileiro, anterior à reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa Etária
Pré-escola	3 anos	de 4 a 6 anos
Escola primária	4 anos	de 7 a 10 anos
Ginásio (Lower High School)	4 anos	de 11 a 14 anos

Colégio (High School)	3 anos	de 15 a 17 anos
Ensino superior	Variável	Após 18 anos

Fonte: Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Quadro 2 - Estrutura do sistema educacional brasileiro, após a reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa Etária
Pré-escola	3 anos	de 4 a 6 anos
1º grau obrigatório	8 anos	de 7 a 14 anos
2º grau	3 anos	de 15 a 17 anos
Ensino superior	Variável	após 17 anos

Fonte: Lei n.º 5.692/71, de 11 de agosto de 1971.

Como já foi afirmado anteriormente a relação de evasão escolar era um dos principais problemas perante ao sistema de ensino, o Quadro 03 demonstra a evolução do processo de evasão escolar do período de 1961- 1972.

Quadro 3 - Rendimento do sistema educacional brasileiro, 1961-1972

Ano	Nível de ensino	Série	Número de alunos
1961	Ensino primário	1ª série	1000
1962		2ª série	446
1963		3ª série	328
1964		4ª série	239
1965	Ensino médio 1º ciclo - Ginásial	1ª série	152
1966		2ª série	124
1967		3ª série	106
1968		4ª série	91
1969	Ensino médio 2º ciclo - Ginásial	1ª série	92
1970		2ª série	74
1971		3ª série	64
1972		Ingresso no superior	1ª série

Fonte: MEC, Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971.

Mesmo com grandes avanços no campo da escolarização de massas, ainda era um problema que até nos dias atuais existem regiões do país com índices de analfabetismos elevados, e continua em pauta até hoje nas agendas governamentais.

2.3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PORTUGAL, NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

A história, a memória e a Nação circulam no campo das ideias segundo Nora (1993), de forma complementar a identidade nacional, construída pelo poder político, realçada a sua importância pelo passado da História de Portugal, assim o passado funciona como lugar de memória e constituem referências para ações presentes (JOÃO, 1998).

No caso do boletim *Escola Portuguesa*, o conceito de Nação unifica com o conceito de Pátria, este então ganha relevo nos textos publicados. Portanto a escola primária assume o papel de portadora das ideias nacionalistas e cristãs que são afirmadas através da ligação do presente ao passado nacional. (*Escola Portuguesa*, 11 de outubro de 1934, p. 2), segundo Pereira (2014) formula-se um discurso em que a Nação portuguesa aparecerá revestida de uma mística de eternidade, afirmando-se que os portugueses são herdeiros de uma tradição histórica, espiritual e moral, que deve ser preservada e expressa através dos valores tradicionalistas de Deus, Pátria, Família e Trabalho, neste dos quais o Estado Novo se assume como herdeiro legítimo e cuja defesa levará Portugal em um futuro próximo a ser uma grande nação.

Além destes conceitos, o Estado Novo altera a aplicação dos conceitos de obrigatoriedade e gratuidade em sentidos, a redução da obrigatoriedade ao ensino primário elementar de três anos, por outro abre mão da responsabilidade que até então vinha sendo feita pelo Estado, de providenciar pela sua satisfação (PIRES, 1991).

Neste caso específico é descrito no artigo 42º que refere que a educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares em cooperação com ela, enquanto que no artigo 43º, se estabelece que o ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais (MENDONÇA, 2009).

Em 1938, com a Lei nº 1:969, de 20 de maio contemplando as bases da reforma do ensino primário, que passou a compreender dois graus; o ensino elementar com três classes obrigatório para todos os portugueses com idades compreendidas entre os 7 aos 12 anos, e o ensino complementar composto por duas classes que se destinava aos jovens com idades

compreendidas entre os 10 aos 16 anos que pretendessem prosseguir os estudos. Essa reforma educacional foi intentada mediante sanções neste caso deliberou-se que o cumprimento da obrigação de adquirir o grau elementar será comprovado ao fim da 3ª classe por meio de exame (MEDEIROS, 1993).

No âmbito das instituições que geriram o sistema de educação do período de 1911 a 1974 o Ministério do Interior (até 1913), Ministério da Instrução Pública (1913-1936), Ministério da Educação Nacional (1936-1974). Apesar destas instituições só a partir de 1965 por iniciativa de Inocêncio Galvão Teles o Ministério da Educação Nacional passa a dispor de uma estrutura especializada na realização de estudo e na elaboração de projetos de planejamento o Gabinete de Estudos e Planejamentos (NUNES, 1995).

Com Decreto-Lei de 1964, é prolongado a escolaridade obrigatória para seis anos compreendendo assim o ensino básico gratuito nas escolas públicas, deixando a família de fazer parte da estrutura oficial para provir educação, a qual passa a ser legalmente expressa e assumida pela escola (PIRES, 1991).

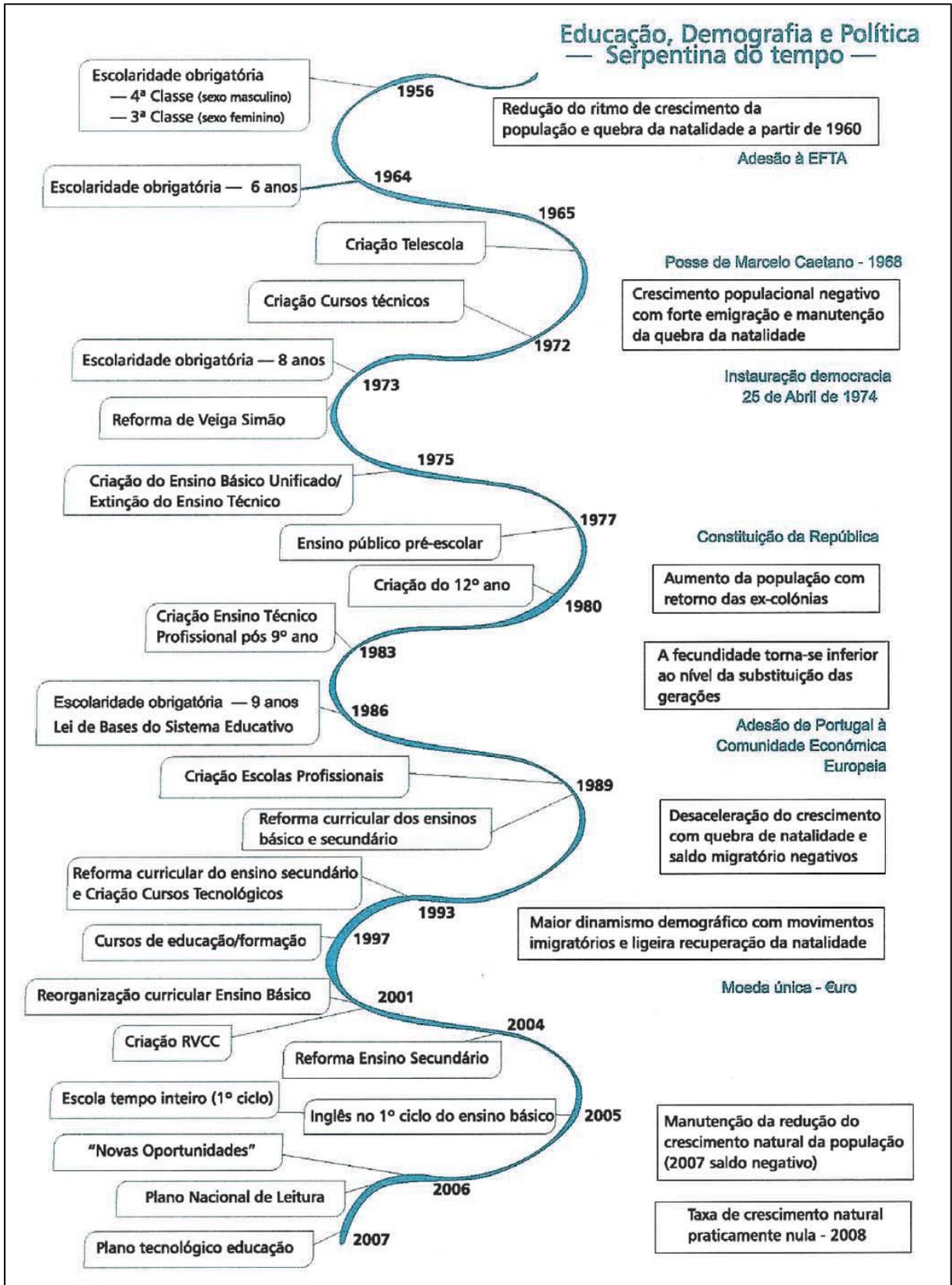
Além dos planos nacionais a expansão educacional foi influenciada pelo Plano Regional do Mediterrâneo (PRM), os países que participaram deste plano foi Portugal, Espanha, Iugoslávia, Grécia e Turquia, onde foi efetuado um planejamento no setor de educação face a necessidade do desenvolvimento econômico e social de cada país, tendo, deste modo, sido perspectivadas as necessidades de mão de obra qualificada até 1985, face as necessidades de desenvolvimento verificadas constatou-se que era fundamental escolarizar toda a população, pois só assim poderia contribuir no processo de desenvolvimento (MENDONÇA, 2009). Deste modo o desenvolvimento das políticas educacionais em Portugal, refletem em uma redução considerável das taxas de analfabetismo, porém, gerando uma desigualdade de gênero.

O processo de gerenciamento do sistema educacional em Portugal pode distinguir em três fases a partir da segunda metade do século XX, na primeira fase de 1950 – 1960, o processo de acomodação do sistema de ensino vigente desde a década de 30, e a realidade socioeconômica do pós-guerra. A segunda fase de 1960 – 1974, com uma maior abertura do sistema, a mudança no ensino mostra-se através de uma tomada de consciência do atraso educacional do país. E na terceira fase as mudanças de regime trazida pela Revolução de abril 1974-1997, muda o sistema de ensino que passa a reconhecer a importância das transformações qualitativas e quantitativas (MENDONÇA, 2009).

2.4. DADOS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL, NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

Observando a Figura 01, podemos perceber o processo de formação das políticas educacionais que forem tratadas anteriormente, e exemplifica o processo de mudança das políticas públicas educacionais junto com marcos demográficos.

Figura 1- Enquadramento social e as principais políticas de educação em Portugal

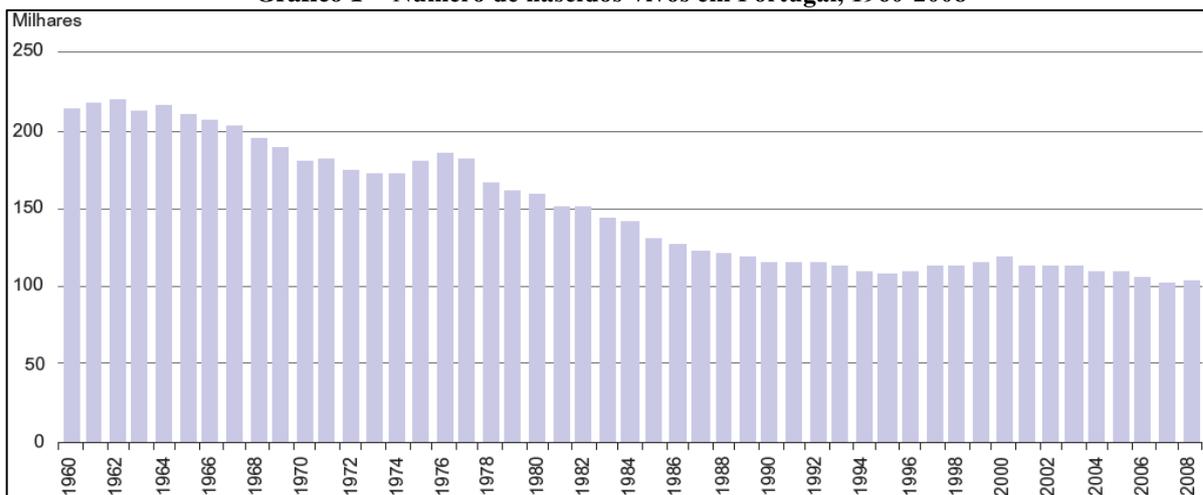


Fonte: Ministério da Educação. INE, 2009, p. 12

O sistema de educação é influenciado pela evolução demográfica da população mostrado no Gráfico 1. O comportamento demográfico decrescente na população em idade alvo

do sistema de educação que está ligado com a diminuição dos índices de fecundidade, envelhecimento demográfico e aumento de esperança de vida entre outros indicadores demográficos, impacta diretamente na expansão do sistema de ensino durante os anos. Um fator relevante dentro do Gráfico 1 é o período de 1974 á 1976 onde o aumento da populacional é consequência dos retornados da África, em 1980 a população retorna em processo de decrescimento (Ministério da Educação. INE, 2009).

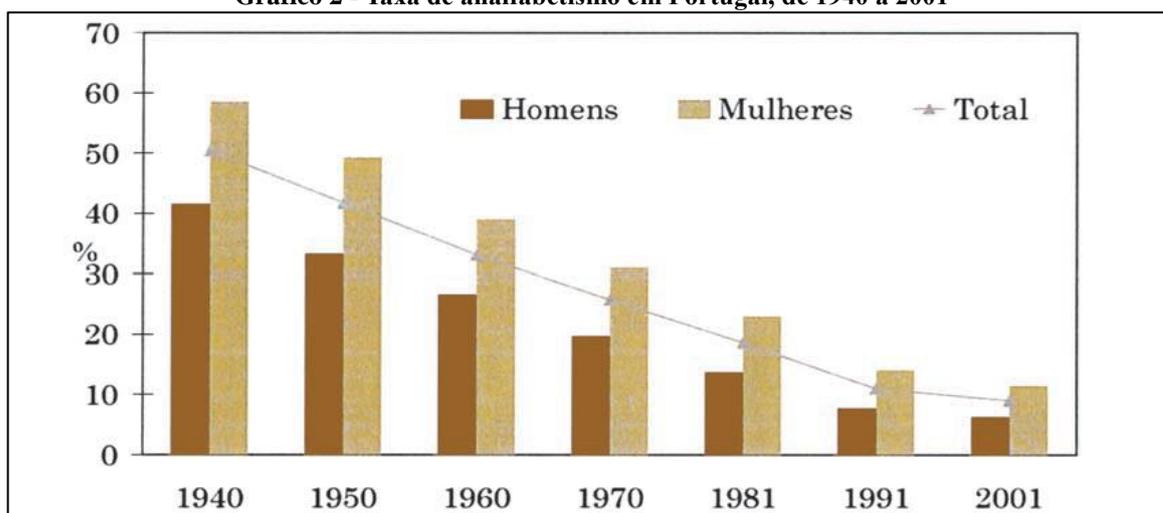
Gráfico 1 - Número de nascidos-vivos em Portugal, 1960-2008



Fonte: Ministério da Educação; INE (2009, p. 13)

Junto a estes dados pode-se analisar o processo decrescimento da taxa de analfabetos no Gráfico 02, que apresenta grande queda de 1940 a 2001, um dos indicadores que chama atenção é a diferença de analfabetos masculino e feminino.

Gráfico 2 - Taxa de analfabetismo em Portugal, de 1940 a 2001



Fonte: Ministério da Educação; INE (2009, p. 17)

Em uma análise no período de 1970, a taxa de analfabetismo feminino era de 32% enquanto que a taxa de analfabetismo masculina era de 19%. Deste modo, segundo Mendonça (2009), para além dos valores sociais, que continuavam a manter sexualmente distintos a procura e necessidade de escolarização, esta diferença pode ser explicada face a certificação escolar concedida durante o serviço militar, deste modo beneficiando apenas um sexo.

Os programas de ensino de História colocados em perspectiva segundo Basto (1998) vão se intensificando gradualmente principalmente a partir da reforma de Carneiro Pacheco em 1936, que ganha contornos nacionalistas, bem como o projeto de manifestação ideológica. No caso a reforma de 1947 representa esse propósito com uma certa “contenção no pendor nacionalista do ensino da história”, nesta reforma introduz ou traz novidades como um tratamento temático, preocupação com o perfil psicológico do aluno e o recurso a estratégias motivadoras, associadas aos objetos da pedagogia científica e da Educação Nova.

Entretanto para Bastos (1998) Essas novidades não são suficientes para alterar uma pedagogia da história tendencialmente “formativa, passiva, mnemónica, mecânica e abstrata, onde a confiança na autoridade do compêndio era total. Em suas conclusões sobre o conjunto da investigação em relação às concepções historiográficas subjacentes aos programas e manuais são as seguintes.

“Uma das mais interessantes ilações que nos foi dado colher neste estudo sobre o ensino da história não foi tanto a constatação da forte ideologização do sistema educativo durante o Estado Novo, mediante uma produção legislativa e um conjunto de realizações concretas na área educativa mas, sobretudo, a comprovação de que essa política educativa se estruturou em princípios historiográficos e filosóficos de feição científica, positivista e organicista que enformaram, profundamente – no nosso entender – o ensino da história nos liceus do Estado Novo”. (BASTOS, 1998, p. 222)

Outro ponto de vista que cabe ser visto é da autora Maria Manuela Carvalho que em sua obra dedica seu objetivo a compreender qual o contributo da disciplina de história para a integração social e cultural com base num determinado modelo de sociedade, no caso o idealizado pelo salazarismo. (PINTASSILGO, 2007). Suas conclusões sobre assunto que foram orientadas por Fernando Rosas, são as seguintes:

“O ensino da história reflecte um imaginário de sociedade e impõe, mais ou menos conscientemente, modelos positivos e negativos de composição e de relacionamento dos diferentes grupos sociais e de relações de poder, contribuindo para a incorporação de um determinado modelo de sociedade”. (CARVALHO, 2000, p. 9)

Para Rosas (1996) o Estado Novo concentrou sua maior atenção no ensino primário, pois as grandes taxas de analfabetismo era um problema que carecia de solução, em outro aspecto este grau de ensino representava a base propícia à formação dos valores da escola

nacionalista, o resultado deste fatores geraram uma política educativa minimalista onde o objetivo era levar a escola ao maior número possível de crianças, sem contudo, desencadear novas expectativas sócias e minimizando os efeitos de uma hipotética utilização do capital escolar como fator de mobilidade social, neste contexto deveria educar segundo o status sociais. Logo então a escola primaria serviria para vivificar o lugar que cada um ocupa na ordem social através de uma dimensão integradora e coesão moral com respeito as hierarquias vigentes.

Nas Tabelas 03 e 04, fala sobre a questão da alfabetização, vale a pena levantar nesta discussão, a porcentagem de alunos que concluem os primeiros 4 anos e sua divisão quanto a entrada ao liceu e técnico.

Tabela 3 - Alunos inscritos e conclusões da 4ª classe em Portugal, entre 1950/1963

Ano Letivo	Inscrições na 4ª série	Conclusão 4ª série	Taxa conclusão
1950/51	88210	61972	70,26%
1959/60	164571	122308	74,32%
1960/61	183027	132920	72,62%
1961/62	184781	134586	72,84%
1962/63	186406	137801	73,93%

Fonte: Estatística da Educação e Anuário Estatístico de 1960 e 1962, I. N. E., Lisboa (adaptado pelo autor, 2018)

Tabela 4- Candidatos à admissão e candidatos aprovados no Ensino Secundário em Portugal

Ano	Candidatos Admitidos					Candidatos Aprovados					Total* 27 %
	Tota l	Lice al	Técni co	Licea l %	Técni co %	Tota l	Lice al	Técni co	Lice al %	Técni co %	
1950/ 51	1911 7	1260 4	6513	65,93 %	34,07 %	1574 7	9928	5819	63%	37%	82%
1959/ 60	5275 5	2679 6	25959	50,79 %	49,21 %	4198 8	2054 6	21442	49%	51%	80%
1960/ 61	5799 6	2839 2	29604	48,96 %	51,04 %	4698 8	2163 1	25357	46%	54%	81%
1961/ 62	6217 8	2951 6	32662	47,47 %	52,53 %	5129 1	2410 7	27184	47%	53%	82%
1962/ 63	6632 7	3246 6	33861	48,95 %	51,05 %	5299 6	2482 3	28173	47%	53%	80%

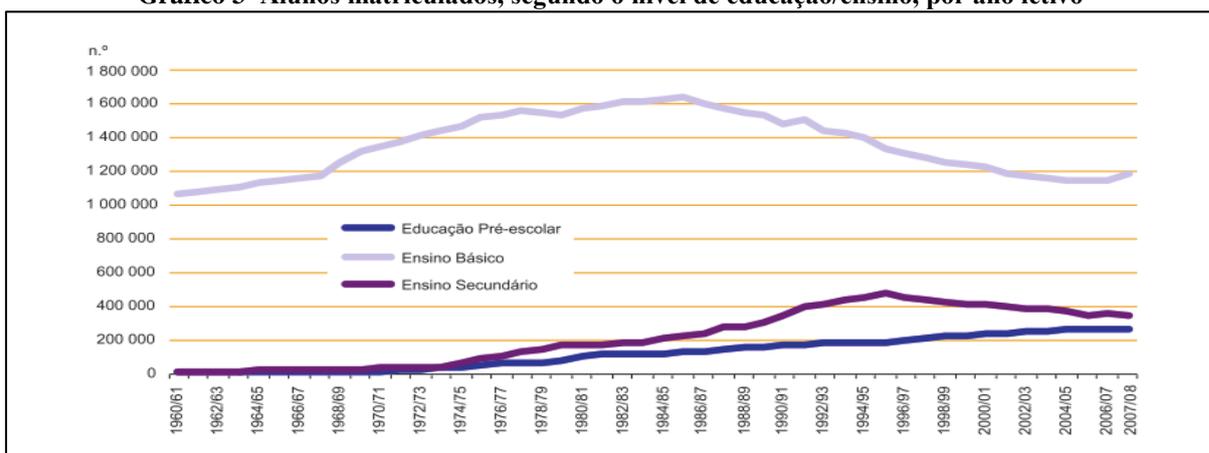
Fonte: Estatística da Educação e Anuário Estatístico de 1960 e 1962, I. N. E., Lisboa (adaptado pelo autor, 2018)

²⁷ * O total em porcentagem representa a diferença entre total de candidatos admitidos e candidatos aprovados.

Para Cândido (1964) os dados das Tabelas 03 e 04 sugerem em primeiro lugar devem considerar a existência de duplicações, entre os candidatos aos dois ensinos. Efetivamente, há alunos que, por precaução, se submetem a ambos os exames, e não raras vezes são aprovados nas duas provas, optando posteriormente, no momento da matrícula, por um dos ramos de ensino. Assim se explica, em grande parte, que tenha sido aprovado nos liceus no ano de 1963, 24.823 candidatos, e apenas 20.526 alunos se tenham matriculado; analogamente, no ensino técnico profissional, só se inscreveram 18.168 alunos, quando houve 28.173 aprovações no respectivo exame de admissão. Nesta conformidade, e considerando apenas as primeiras inscrições nestes dois ensinos, apuramos que só 20,8 % é os alunos inscritos na 4ª classe prosseguiram estudos secundários.

Estas Tabelas 03 e 04, representam o processo de transição do ensino primário para ensino secundário. Desse modo, que em 1950 para 1959 mostra um aumento de inscrição na 4ª série de 54%, do mesmo modo a taxa de conclusão continua com um média geral de 72%, associado a estes números, deve-se levar em conta as políticas educacionais já descritas anteriormente. Quanto o Tabela 4, consegue ver a mesma grande diferença dos anos de 1950 para 1959. Apesar destes valores serem pequenos perante a evolução posterior do sistema de educacional, principalmente no final dos anos 70 e início do 80 do século XX, de acordo com Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – GEPE, os índices na Gráfico 3 mostra o aumento da população escolar de 1960 a 2007.

Gráfico 3- Alunos matriculados, segundo o nível de educação/ensino, por ano letivo



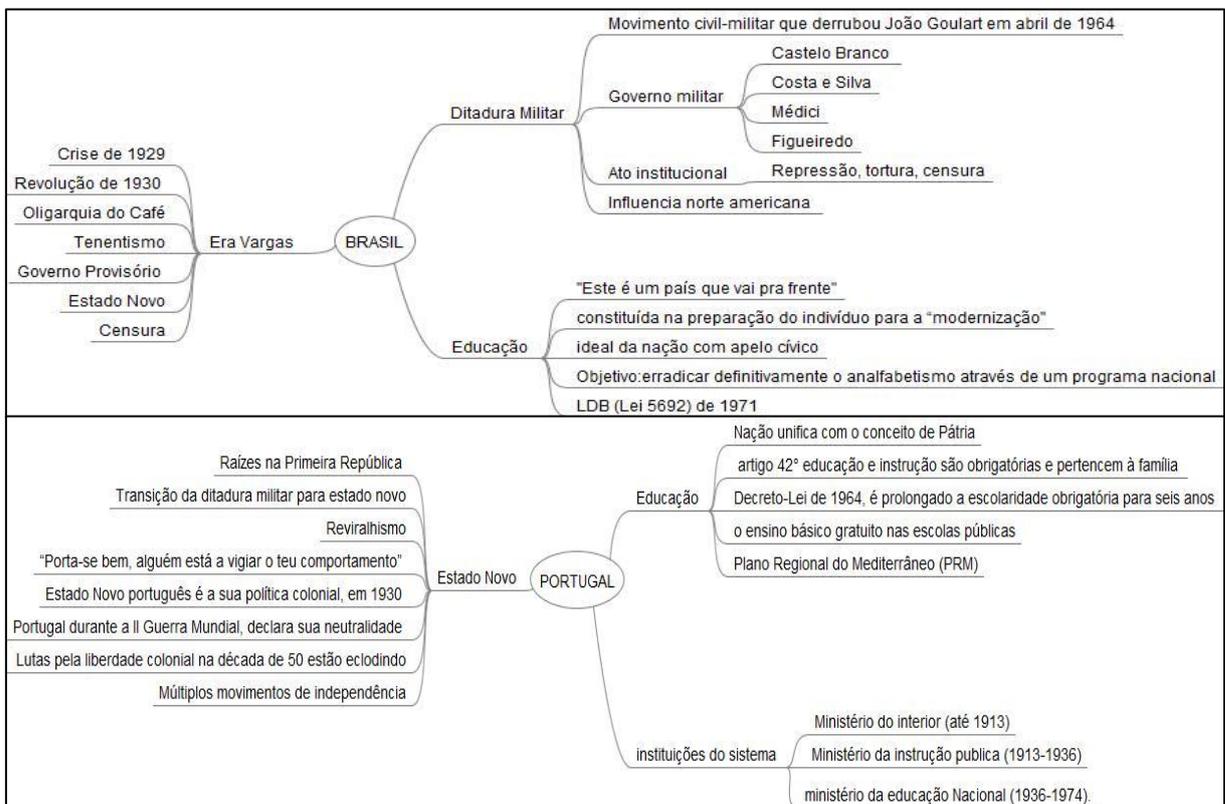
Fonte: Fonte: Ministério da Educação; INE (2009, p. 18)

Em relação ao Gráfico 03, os números apresentados em comparação com a Tabela 04 mostra que a evolução do sistema escolar alcançará um nível maior, de 200 mil estudantes

apenas em 1979, isto na educação secundária, mostrando que anteriormente a prioridade do governo sempre foi o ensino básico, onde em 1960 abrangia mais de 1 milhão de alunos.

Desta forma, a relação ao sistema de ensino em Portugal mostra mudanças drásticas a partir de alguns conceitos, no caso a influência na queda populacional na população em faixa etária escolar, junto com os avanços nas políticas públicas de ensino, que como foi descrito no capítulo anterior principalmente as mudanças posteriores a 1964, demonstrando que o principal foco educacional do Estado Novo português era o ensino básico, que estaria ligado de certo modo aos próprios conceitos político e sociais que o regime buscava para seus cidadãos.

3.SÍNTESE



Fonte: O autor (2018)

O Brasil na década de 30 do século XX, é transformado por diversas tensões internas e externas, dentre elas a crise de 1929, como um dos fatores econômicos que influenciaria a Revolução de 1930, em parte ajudada pelo Movimento Tenentista, que criaram o espaço para Getúlio Vargas assumir o governo provisório que em 1937, onde firma-se como Estado Novo criando os primeiros mecanismos de censura que mais tarde seria aproveitado pela Ditadura Militar em 1964.

A Ditadura Militar que tem seu início com um golpe civil-militar com a derruba João Goulart e a entrada de presidentes militares: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Dentre as medidas do governo militar os Atos Institucionais ficaram conhecidos, principalmente o AI-5, pela medida mais cruel, desta forma intensificando atos que já eram praticados como censura, repressão e tortura, a influência norte americana no governo militar se fez presente e apoio desde do início.

No campo da educação o governo militar visa construir um indivíduo preparado para modernização das décadas seguintes, assim aliado como questões de um ideal nacional ligado ao apelo cívico, dentre esse apelo encontra-se o jargão “Este é um país que vai para frente”. Dentre seus objetivos o ideal no campo da educação é de acabar de vez com o analfabetismo através de programas nacionais.

Para Portugal, o Estado Novo tem raízes que se ligam com a Primeira República que posteriormente dá lugar a uma ditadura transaciona para então Estado Novo, uma transição que reviralhista, movimento operário, militares, republicanos e posteriormente fazendo um acordo de união entre os militares e as direitas para apoio da sua ditadura. No campo da censura uma frase indica muito bem o que era esperado, “porta-se bem, alguém está a vigiar o teu comportamento”, desta forma, criando um senso de vigia em toda a população.

Na Segunda Guerra Mundial Portugal declara neutralidade, não participando do conflito de forma direta, no que tange as questões da política colonial, em 1930 com a pasta das Colônias sendo assumida por Salazar então posterga a publicação do Ato Colonial – o Decreto n.º 18.570, de 8 de julho, posteriormente incorporado no texto da Constituição de 1933 no decreto-lei n.º 22.465 de 11 de Abril de 1933 e modificado pela lei n.º 1900 de 21 de maio de 1935, esse ato se torna a lei-padrão da colonização portuguesa até anos 50. Porém, na segunda metade do Século XX a intensificação das lutas por independência colonial se aflora e as tensões e guerras vão até a década de 80.

No campo da Educação o boletim Escola Portuguesa, o conceito de Nação unifica com o conceito de Pátria, este então ganha relevo nos textos publicados. Portanto a escola primária assume o papel de portadora das ideias nacionalistas e cristãs que são afirmadas através da ligação do presente ao passado nacional, no artigo 42º que refere que a educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares em cooperação com ela, enquanto que no artigo 43º, se estabelece que o ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais.

Posteriormente a isso em 1964 é prolongando o ensino para seis anos e o ensino básico gratuito nas escolas públicas, além destas mudanças as relações internacionais como Plano Regional do Mediterrâneo (PRM) ajudaram a criar novas perspectivas para ensino.

No entanto, Brasil e Portugal passaram por processos políticos distintos, cada um deles com suas peculiaridades influenciando outras áreas, dentre elas, a da educação sempre foi um fator sensível que ao longo das mudanças políticas, econômicas e sociais, além de servir como indicador analítico de quais rumos estavam sendo tomados. Uma semelhança nas políticas educacionais dos dois países foi o combate ao analfabetismo, que de certo modo, serviria como propaganda dos regimes, deste modo, as mudanças e as permanências ao longo do período deixaram marcas que são refletidas ainda hoje.

PARTE II: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL E UM LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS E DOS DADOS EDUCACIONAIS NESTE PERÍODO.

1. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

1.1. A TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA POLÍTICA NO BRASIL

Em linhas gerais existe um ponto em comum cujo o estudo da transição política brasileira, mesmo que as conclusões não sejam necessariamente as mesmas. Primeiramente uma confluência de objetivos e de tratamento do objeto com uma literatura advinda da própria ciência política. Um rápido exame pode identificar duas vertentes sobre o processo de transição brasileiro, o primeiro explora as questões reconstrução da memória o esquecimento a metamorfose a permanência e continuidade da temática, já o segundo foca-se em analisar os processos políticos endógenos e através do posicionamento dos diferentes atores que atuaram no jogo político da transição, fossem eles militares ou civis (FREIRE e MARTINHO, 2012). Neste panorama das análises busca-se uma concepção da transição pelos diversos atores no jogo político que posteriormente estarão influenciando tanto a política atual como as políticas educacionais.

A abertura política brasileira para democracia só foi possível depois de uma série de fatores e de pressões sociais, econômicas e política tanto internamente quanto externa, um personagem importante para o processo de abertura foi a crescente evolução dos movimentos sociais em 1970, dentre eles destaca-se movimento do custo de vida, operários, professores e estudantes universitários. Vale ressaltar a importância da igreja católica, que estabelece um maior compromisso com as causas populares aproximando assim de uma vasta camada da população com as comissões pastorais operárias, da juventude, da terra, indígenas e as Comunidades Eclesiais de Base, unindo em uma postura de oposição ao regime. (MORENO, 2014)

Juntamente com estas tensões:

“a pressão externa e os condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva; os militares e seus condicionantes institucionais, compreendidos como a corporação e seus organismos e, por fim, a oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente”. (SILVA 2003, p. 249)

No campo econômico o último governo militar de João Baptista Figueiredo, entre 1979 a 1984 teve que enfrentar uma inflação que iniciou no patamar de 95,2% e chegou a alcançar 211%, além de uma queda histórica do PIB na ordem de 4,3%. (CARDOSO, 2013). Para Chehab (2015) nesse interregno, de acordo com os dados da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o número de pessoas pobres era de 52,6 milhões, ou seja 43%

da população brasileira, quanto que a taxa de desemprego e de subemprego era da ordem de, aproximadamente, 30%.

O balanço geral no campo econômico da Ditadura Militar brasileira pode-se afirmar que houve um crescimento econômico pontual no período do intitulado “milagre econômico”, entretanto, tal fenômeno não pode ser considerado como fator propulsor de desenvolvimento humano sustentável. Essa problemática é comprovada quando se analisa o legado ditatorial, notadamente, pelos altos índices inflacionários, que fez parte da realidade brasileira até a metade da década de noventa, esses problemas ocorreram pela falta de dinâmica da economia nacional, pelo agravamento dos baixos níveis educacionais e salariais dos trabalhadores e sobretudo pela elevação da concentração de renda e de oportunidade por região, que ainda persiste como um problema atual no Brasil (CHEHAB, 2015).

No âmbito político a transição para a democracia foi intitulada uma distensão lenta, segura e gradual, desta forma uma abertura política que pudesse ser controlada pela ditadura e pelos seus agentes efetivando-se a partir do governo de Geisel e finalizada por Figueiredo (FARIAS, 2009). Além de um processo lento de transição as medidas para faz cumprir essa transição foi Lei da Anistia, o pacote Abril e a recusa da ementa Dante de Oliveira. No caso o pacote Abril referenciava:

“A ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos, eleição indireta para governador, escolha indireta pelas Assembleias Legislativas dos estados de um terço do Senado (como a ARENA controlava tais assembleias, logicamente seriam do partido esses senadores, que ficaram conhecidos como biônicos, em alusão a um programa da época na tevê), elevação do número de deputados no Norte/Nordeste (onde a ARENA tinha mais votos e poderia, assim, eleger mais congressistas) e a diminuição do quórum necessário para fazer qualquer mudança na Constituição para 50% dos congressistas”. (FARIAS, 2009, p. 54)

No caso a Lei da Anistia aprovada em 28 de agosto de 1979, lei nº 6.683, concedeu a anistia a todos que cometeram crimes políticos ou eleitorais e àqueles que sofreram restrições em seus direitos políticos em virtude dos Atos Institucionais (AI) e complementares, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Excluído do benefício aqueles que foram condenados por crimes de terrorismo, atentado pessoal ou sequestro, mais inclui as esposas de militares que foram demitidos por AI. Além de permitir o retorno a vida político partidária dos anistiados desde que em partidos legalmente constituídos (BRASIL, 1979).

No neste caso para Del Porto (2009) há registro que comprovam que as reivindicações por anistia se constituíram em um processo progressivo de lutas e embates, iniciado mesmo que timidamente no ano que sucedeu o golpe de 1964, passa a ganhar um sustento em 1967 da Frente ampla no Congresso Nacional por redemocratização. O primeiro projeto de anistia,

anistiará todos os punidos em decorrência do envolvimento nas manifestações em razão da morte do estudante Edson Luís.

Essas reivindicações pela anistia percorrem todo período ditatorial até chegar em 1979, apensar da grande repercussão do movimento a favor da uma anistia ampla, geral e irrestrita, o então Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional, foi o projeto eminentemente restritivo:

“A anistia brasileira, datada de 1979, embora tenha surgido pela pressão de movimentos sociais que se opunham ao regime ditatorial e lutavam pela abertura política, foi conduzida e chancelada pelo próprio regime militar, o que impediu que processos mais incisivos de resgate da memória política pudessem acontecer, nos moldes do que se viu, por exemplo, tanto no Chile quanto na Argentina”. (MARTINS, 2010, p. 218)

Outro motivo para a Lei nº. 6.683/79 ser considerada restritiva foi pelo fato de ter limitado sua aplicação apenas aos que cometeram crimes que não fossem entendidos como “de sangue”, deste modo todos aqueles que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, conforme o §2º., art. 1º., da Lei nº.6.683/79, não foram beneficiados pela anistia política (CHEHAB, 2015). Como consequência permaneceram no cárcere quem teria sido acusado de crimes de sangue até que a reformulação da Lei de Segurança Nacional (LSN) atenuou suas penas, esses foram soltos em liberdade condicional, vivendo nessa condição durante anos (BIZ, 2004).

Outro fator que demonstra que a transição para democracia foi planejada executada e conduzida pelos próprios ditadores é a recusa da emenda Dante de Oliveira. Que consistia em:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1983

"Art. 74 - O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial."

"Art. 148 - O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer."[...] (BRASIL, 1983)

Perante a todos esses processos o regime militar não tinha nem recursos, nem projetos para a crise do seu projeto de abertura, e recolhia-se de forma acabrunhada, ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas, no caso para muitos inclusive os autores militares entre 1981 e 1983. Figueiredo foi atingido por uma série de questões das quais não soube reagir dentre elas, o atentado do Riocentro, a demissão de Golbery do Couto e Silva e seu próprio infarto, o seu retorno ao poder foi constrangedor diante das hipóteses de renúncia

em favor do atuante vice-presidente, Aureliano Chaves. Mesmo assim os planos mesmo abalados continuavam (SILVA, 2007).

E a emenda foi tramitada em quatro sessões da Câmara dos deputados e em 1984, foi rejeitada por não conseguir a quantidade mínima de votos para sua aprovação. Essa derrota gera uma comoção pública em torno do tema e a pressão da mídia acabaram provocando uma divisão na base governista, em consequência foi possível a eleição do candidato da oposição, Tancredo Neves (PMDB), que por problemas de saúde, não chegou a governar. Desta forma o primeiro presidente da Nova República foi José Sarney, vice-presidente eleito pelo partido da frente Liberal (PFL), partido originado da dissidência do Partido Democrático Social (PDS) (BUENO, 2012).

Para Carvalho (2002) apesar da tragédia da morte de Tancredo, a retomada da supremacia civil em 1985 se fez de maneira razoavelmente ordenada, “e até agora sem retrocessos”. No caso a constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, ganhando o nome de Constituição Cidadã. Já em 1989 teria a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Na medida do possível mais duas eleições presidenciais se seguiram em um clima de normalidade, com um processo de impedimento do primeiro presidente eleito²⁸. No entanto a estabilidade da democracia não pode ser considerada fora de perigo, mesmo ela não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e desemprego. Da mesma forma continuam os problemas nas áreas sócias, sobre tudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e um agravamento na situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.

No setor econômico, a democracia recebe um legado com um prospecto complexo, onde as conjunturas da balança comercial colocam o Brasil recém democrático em uma crise inflacionaria:

“Em 1986, o Brasil foi uma festa. Em 1987, chegou a conta. O ano começou com inflação em 16% ao mês. Em fevereiro houve uma pequena queda para 14%, o que deu à presença do ministro Dílson Funaro na Fazenda uma pequena sobrevida. Ele alegava que, com novos mecanismos e com os preços já “alinhados” depois do fim do congelamento e dos fortes aumentos de preços do Cruzado II, a casa seria posta em ordem. Um erro: os preços não estavam “alinhados”, a inflação tinha voltado, mais forte, vingativa”. (LEITÃO, 2011, p. 84)

²⁸ Para processo de impeachment de Collor ver, Luiz Gutemberg, Moises: Codinome Ulysses Guimarães – Uma Biografia e Mario Sergio Conti, Notícias do planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor.

Os 16% da inflação citada era apenas o começo do agravamento da crise financeira, para Leitão (2011) aqueles anos de 1987 a 1990 era o tempo que a economia enlouqueceu, a inflação estava indo dos 40% ao mês para 55% ao mês, no final de 1989. Em março de 1990 chegaria aos famosos 83%. Os economistas sustentavam que 50% ao mês era uma espécie de mar no chão, além daquilo estaríamos na hiperinflação, o que já estávamos havia muito tempo. Com a entrada de Fernando Affonso Collor de Mello na presidência em 1990 depois de uma eleição conturbada, e o Brasil em processo de agravamento da crise inflacionaria é tomado algumas medidas para tentar conter a crise inflacionaria que tomava conta do país. Neste caso Collor se reunia com sua equipe da área econômica e mandou a nova ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciar à imprensa um plano para enfrentar a voragem da inflação: o Plano Brasil Novo, que viria a ficar conhecido como Plano Collor. Apesar do plano se revelar frágil, tinha um forte componente voluntarista, e o pacote de reformas anunciadas pelo governo fiscal, bancária, patrimonial. A principal reformar era bloquear parte do dinheiro das contas-correntes, das aplicações financeiras e das cadernetas de poupança, que supostamente seria devolvida depois de dezoito meses mesmo em doze prestações, entre 1980 a 1993 o Brasil teve quatro tipos de moeda, cinco congelamentos de preços, nove planos de estabilização econômica e onze índices diferentes para medir a inflação. (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Com a Constituição de 1988 para Carvalho (2002) amplio mais do que qualquer de seus antecedentes, os direitos sociais. Entre seus direitos foi fixado um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões e ordenou o pagamento de pensão de um salário mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência. Introduziu ainda licença paternidade, que dá aos pais cinco dias de licença do trabalho por ocasião do nascimento dos filhos. Com essas mudanças os indicadores básicos de qualidade de vida passaram por lenta melhoria:

“Assim, por exemplo, a mortalidade infantil caiu de 73 por mil crianças nascidas vivas em 1980 para 39,4 em 1999. A esperança de vida ao nascer passou de 60 anos em 1980 para 67 em 1999. O progresso mais importante se deu na área da educação fundamental, que é fator decisivo para a cidadania. O analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 25,40/0 em 1980 para 14,7% em 1996. A escolarização da população de sete a 14 anos subiu de 80% em 1980 para 97% em 2000. O progresso se deu, no entanto, a partir de um piso muito baixo e refere-se sobretudo ao número de estudantes matriculados. O índice de repetência ainda são necessários mais de dez anos para se completarem os oito anos do ensino fundamental. Em 1997, 32% da população de 15 anos ou mais era ainda formada de analfabetos funcionais, isto é, que tinham menos de quatro anos de escolaridade”. (p. 207)

O processo de distensão criado pelas transformações da transição de regime é sentido até nos dias atuais, colocando em causa problemáticas e questionamentos, que por sua vez ainda

necessitem de fenecimento perante a sua própria história, desta forma, essa temática mante-se atual.

1.2. TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA POLÍTICA EM PORTUGAL

O processo de transição pensado de maneira endógena internas à política portuguesa do final da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte ao conjecturar sobre as interpretações da Revolução dos cravos. A grosso modo, aplica-se dois modelos de análise, o primeiro elenca a análise da gestão Marcello Caetano e dos limites e potenciais da modernização por ele implementada nos cinco anos, neste sentido as tensões sobre a correlação de forças do marcelismo e o peso dos conservadores e dos reformistas, bem como o comportamento de Caetano frente aos dois lados. O segundo modelo faz uma análise da historiografia da transição, do peso maior ou menor da Revolução e de suas consequências para o processo constitucional. (FREIRE e MARTINHO, 2012). A escolha do corpo teórico para as questões levantadas acaba por dar um maior enfoque para a questão da gestão de Marcello Caetano, deste modo constrói os meandros de seu governo e da revolução para compor a grelha de análise dos manuais didáticos.

Os últimos anos do regime corporativo apresentavam sinais de uma crise crescente; atenuação da taxa de crescimento e das exportações; esgotamento do modelo de industrialização assente numa política de substituição de importações, com o conseqüente incremento do déficit comercial; afrouxamento da taxa de crescimento do investimento na indústria; dificuldade crescente do Estado suportar as despesas com infraestruturas, devido ao peso das despesas de guerra. Por outro lado, a diminuição dos salários acelera de 1971 e 1973 a taxa de inflação, aumentando a desigualdade na repartição dos rendimentos, na qual vai contribuir para um agravamento dos conflitos sociais. (FERREIRA, 2001)

No caso ainda Ferreira (2001) afirma que a crise, por si só, não teria sido suficiente para pôr fim no governo de Marcelo Caetano, e ainda menos para derrubar o regime autoritário em vigor em Portugal já há 48 anos. Deste modo com a conjunção da crise com a guerra na África que por sua longa duração sem uma solução aparente. Somada ao cenário internacional que a necessidade de modernização e preparar o país para embate com a Comunidade Económica Europeia, anunciada desde a entrada do Reino Unido e do Acordo entre Portugal e a CEE em 1972, em busca das liberdades públicas contra a panóplia repressiva do regime ditatorial contra os resquícios do corporativismo e do condicionalismo industrial contra a proibição da greve e de sindicatos livres. A circunstancia detonadora da queda do regime

político, seria o cansaço da guerra por parte dos oficiais das Forças Armadas, a alteração das regras de acesso à carreira militar a criação do MFA, além do mal-estar provocado pelo regime com as demissões dos generais Costa Gomes e António de Spínola.

No campo político, a primeira grande dificuldade que o regime sofre é o processo de sucessão de Salazar, depois de seu acidente, para Cervelló (1993) o Presidente da República, Américo de Deus Rodrigues Thomaz, em um gesto que evidenciava a sua dependência do Presidente do Conselho, não nomeou sucessor enquanto todos os médicos não garantiram a incapacidade de Salazar, vendo-se assim obrigado pela primeira vez desde que fora eleito Presidente da República tomar uma decisão política, até então limitara-se a seguir com absoluta fidelidade, transformando assim num órgão exclusivamente protocolar e vazio de qualquer conteúdo político. Com esse vazio no poder sugeriram nomes como Alberti Franco Nogueira ministro dos Negócios Estrangeiros, João Antunes Varela ministro da Justiça e o reformista Adriano Moreira ministro Ultramar, além de Marcello Caetano que em primeira instancia era o nome mais cotado para cargo, era professor de Direito da Universidade de Lisboa uma personalidade brilhante, intelectual e ativista fervoroso do Estado Novo, onde desempenhou importantes serviços como a elaboração do Código administrativo, foi comissário Nacional da Mocidade Portuguesa ministro das Colónias presidente da comissão executiva da União Nacional entre outros cargos de prestígios.

Em princípio Caetano teria um papel de assumir o poder e com a intencionalidade de representação de Salazar até seu retorno:

“Em princípio a nomeação de Marcello Caetano, em setembro de 1968, era só para ocupar interinamente a Presidência do Conselho, dado que para os <<ultra>> Salazar era uma referência ainda vivíssima, não só pelo seu legado político, mas também pela sua presença física (faleceu a 27 de Julho de 1970), e portanto Caetano tinha de contar com a improvável hipótese de Salazar melhorar do seu estado de saúde e voltar a ocupar o cargo”. (CERVELLÓ, 1993, p. 17)

O governo de Caetano em linhas gerais tenta implementar mudanças e inovações em uma estrutura de um Estado velho, mas seus projetos acabam findando em um isolamento político, todavia, o governo marcelista recuou nas suas políticas de abertura, pressionado por greves e, sobretudo, movimentos estudantis inspirados no maio francês, o governo tomou uma série de medidas de caráter reacionário. Em primeiro lugar, manteve a Guerra na África, sob a justificativa de defender os interesses da população branca portuguesa, há muito tempo lá instalada. Cada vez mais soldados eram enviados para as áreas de conflito (ROSAS, 1998).

“Em Angola, por exemplo, no início da revolta, o contingente de militares portugueses era de nove mil homens. Em 1974 esse número havia aumentado para setenta mil. A

PIDE também enviou uma quantidade significativa de agentes para a África, a ponto de seu efetivo naquele continente superar o seu efetivo em Portugal”. (p. 706)

Entre 1972 e 1973 a crise social e política agravou-se, para Almeida (2014) indicando que o final de uma longa história de autoritarismo se aproximava. O prolongamento e indefinição da Guerra Colonial desprestigiava as Forças Armadas, milhares de soldados desertavam do Exército e buscavam uma vida no exílio, muitas vezes sob condições de pobreza, a crise econômica mundial também afetou o país causando inflação e mobilização política na oposição e uma parcela da população anteriormente neutra

“No início de 1974 a insatisfação dentro do Exército evidenciou-se através da publicação do livro do General Spínola, *Portugal e o Futuro*, onde eram tecidas duras críticas às políticas interna e externa do país, e nas entrelinhas, a ideia de um golpe militar era desenhada”. (MARQUES, 1996, p. 644)

Neste momento os movimentos sindicais sofrem com o endurecimento da repressão que provoca um momentâneo retrocesso em suas ações, mas não representou desaparecimento, muito menos a tranquilidade laboral buscada pelos mesmo, em 1973 até 25 de Abril de 1974, mais de cem mil trabalhadores urbanos e rurais participaram em movimentos grevistas. As causas das agitações se situam em dois níveis, o primeiro econômico a luta pelas melhorias das condições de vida e contra o encarecimento dos produtos devido a inflação e o segundo nível político exigindo a liberdade sindical, somado a um processo global de contestação ao regime (CERVELLÓ, 1993).

As Comissões de Trabalhadores (CTs) eram formas de organização tipo conselhistas, que surgiam nos locais de trabalho, eleitas em assembleias de trabalhadores como princípio da livre revogabilidade, assim sendo trabalhadores eleitos eram substituídos sempre que se achasse necessário (FERRARO, 2017).

“Não se pode ignorar este fato para compreender o alcance que teve o questionamento da propriedade privada neste canto da Europa. São estas, e não as direções sindicais, que vão estar na origem da maioria dos conflitos laborais no início da revolução portuguesa, protagonizando alguns dos mais importantes, e gerando por isso a oposição do PCP e da maioria das direções sindicais que consideravam as comissões de trabalhadores ‘formas selvagens de organização, instrumentos do patronato e do divisionismo’”. (VARELA, 2014, p. 214)

Para a direita radical, a PIDE e a Legião Portuguesa o 25 de abril as instituições permaneceram inertes, indicando o estado de desagregação em que o regime se encontrava Almeida (2014). Assim mostrando a desconexão entre o Estado em suas alianças. Como foi dito no Capítulo 1 da primeira parte o Estado caiu e ninguém correu para sua defesa.

No âmbito social Ferreira (2001) apresenta um panorama da sociedade portuguesa principalmente no período de 1974 a 1976 onde o aspecto social da revolução torna-se mais

factível, a gênese desse processo é a ocupação das casas vazias no Bairro Social de Chelas em 1974.

“Em 8 de Maio de 1974 opera-se uma manifestação de ocupantes do Bairro Social de Chelas, junto ao Palácio de Belém, para conseguirem a legalização daquela situação de facto. Terão os manifestantes alcançado os seus intentos, pois que a 11 de maio um comunicado da JSN informa que esta não permitiria que se realizassem mais ocupações abusivas de casas”. (FERREIRA, 2001, p. 86)

Essa ação refletiu nas próximas duas semanas onde foram ocupadas cerca de 2000 casas em todo país, em 11 de maio ainda teria sido eleita a primeira comissão de moradores em um dos bairros de lata de Lisboa, com a participação de duzentas e trinta famílias. A partir daí uma relação fica estabelecida entre o problema habitacional e a existência de comissões de moradores (FERREIRA, 2001).

A caracterização do processo de retomada da democracia em Portugal pelo autor Cervelló (1993) de modo a dividir o período de transição em três fases: de 25 abril a 30 de setembro de 1974 em que Spínola ocupou a presidência da República durante o qual a resolução da questão colonial provocou duros confrontos entre o MFA e o Presidente da República, que acabou por demitir-se depois de tentar inutilmente vencer os seus oponentes pela força. A segunda fase de 30 de setembro a 11 de março de 1975, caracteriza pela vitória do MFA e das suas teses descolonização, mas também pela indefinição do regime político que deveria implantar-se no país. A terceira fase de 11 de março até 25 de novembro de 1975 foi especialmente convulsa pela tensão entre as forças político-militares partidárias de alinhar Portugal com o ocidente e as que preferiam implantar um modelo de democracia popular. A incógnita resolveu-se a favor dos primeiros após um embate militar em fins de 1975. Desta forma as características essenciais da revolução portuguesa são: “A hegemonia militar e subalternidade civil, à margem dos modelos políticos que para o futuro do país projetavam uns e outros, foram comuns a todas as forças político-militares, em consonância com a história recente do país. (p. 185)”

2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DADOS DA EDUCAÇÃO APÓS O PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

2.1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

Nos anos noventa tanto para o Brasil, quanto na América Latina as reformas educacionais foram implementadas visando atender as demandas de uma economia globalizada, que passou a exigir uma maior flexibilidade, autonomia e formação abstrata da força de trabalho (SIMONSEN, 1974).

No governo Collor de Melo (1990-1992), inicia-se reajustes estruturais na nação em coerção com a nova ordem mundial, passando assim o mercado a regular as relações humanas e, deste modo, todos os direitos dos cidadãos dentre eles saúde, educação, cultural entre outros. Assim as políticas educacionais são marcadas por perspectivas clientelistas e privatizações (VELLOSO, 1992). De modo que era debatido a redemocratização e os novos paradigmas sobre a gestão educacional, o governo Collor era constituída por políticos conservadores inclusive no Ministério da Educação (MEC). Caracterizando esse período no campo das políticas educacionais por muitos discursos e pouca ação (ARELARO, 2000; FRANÇA, 2005).

Neste período ainda as intenções do setor educacional foi expressa nos seguintes documentos: O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990), O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991- 1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991). O MEC propõe para o PNAC a mobilização da sociedade em prol da alfabetização por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não governamentais com objetivo de reduzir 70% o número de analfabetos no país nos próximos 5 anos (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001; MACHADO, 2008).

Portanto, em 1993 o governo brasileiro levando em consideração às posições consensuais que foram sintetizadas na Declaração Mundial de Educação para Todos, no ano de 1990, é publicado Plano Decenal de Educação para o período 1993- 2003, os fundamentos afirmavam ser um compromisso do governo em garantir a satisfação das necessidades básicas de educação do seu povo, assim assegurando a crianças, jovens e adultos, conteúdo mínimos de aprendizagem que atendam às necessidades elementares da vida contemporânea. (BRASIL, 1993)

Deste modo o objetivo do plano coloca-se como:

“O Plano busca colocar uma dose de "racionalidade" e bom senso no setor educação, relegados a segundo plano desde que o imediatismo e a visão de curto prazo se instalaram como parâmetros na gestão do sistema educacional. Os problemas que o sistema educacional enfrenta, os problemas econômicos e sociais do país, as

diferenças regionais, as mudanças tecnológicas que ocorrem no mundo, a ineficiência de sua organização e gestão e a urgência em se prover ensino de qualidade como lastro para o desenvolvimento econômico e social do país, coloca como imprescindível e urgente a definição de objetivos a curto, médio e longo prazos, de estratégias e instrumentos operacionais compactuados entre todos os que têm responsabilidade pela educação, de forma a evitar desperdício de recursos financeiros e humanos”. (BRASIL, 1993, p.81)

Apesar da criação deste plano, o mesmo, de acordo com Saviani (1999), não chegou a sair do papel o plano foi formulado em conformidade com objetivo pragmático de atender a condições internacionais da obtenção de financiamento para educação, em especial aquele de algum modo ligado ao Banco Mundial. A partir de 1995 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, neste que os eixos da política educacional permearam o estabelecimento de um mecanismo objetivo e universalista de arrecadação e repasse de recursos mínimos para as escolas (FRANÇA, 2005).

O movimento reformista levado pelo governo de FHC para Ball (2002), a partir dos estudos de Carter e O’Neill, debate que tal tendência demonstra na literatura existente até anos 1990, aspectos que as mudanças nas relações entre as políticas, os governos e a educação em perspectiva intencional, assim caracterizava a nova ortodoxia em cinco elementos:

- “1. A melhoria da economia nacional por meio do fortalecimento dos vínculos entre escolaridade, emprego, produtividade e comércio.
2. A melhoria do desempenho dos estudantes nas habilidades e competências relacionadas ao emprego.
3. A obtenção de um controle mais direto sobre o currículo e a avaliação.
4. A redução dos custos da educação suportados pelos governos.
5. O aumento da participação da comunidade local a partir de um papel mais direto na tomada de decisões relacionadas com a escola e através da pressão popular por meio da livre-escolha de mercado”. (Ball, 2002, p. 110)

O documento “Mãos à obra Brasil” proposta desse governo, apresentava que a descentralização das decisões implicava uma revisão do papel das atribuições das esferas de governo, refletindo-se sobre as formulações da educação e suas novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade. Este documento propõe que cabeira ao poder executivo apenas coordenar e gerir as prioridades educacionais. Para, no entanto reduzir a responsabilidade do MEC como instância executora e a interferência direta da União nos Estados e Municípios. O governo apenas liberaria um projeto nacional capaz de estabelecer com clareza competências e mecanismos de repasse de recursos correspondentes, de modo a possibilitar a cada uma das instâncias de governo assumir tarefas na prestação dos serviços da educação. Seriam essenciais o fortalecimento do sistema federativo em base de cooperação, integração e articulação das ações políticas e dos recursos das diferentes esferas governamentais na área educacional. Logo assim, a discussão da descentralização ganhou ênfase, apontando que a Reforma do Estado

incorporou a tendência de reformulação do padrão de gestão no setor público, o da modernização e a questão da otimização na alocação de recursos para ser destacada, tendendo a deslocá-la para a escola, propiciando a discussão da participação da comunidade na gerência de recursos (OLIVEIRA, 2009).

Ainda para Oliveira (2009) neste documento foi considerado medidas necessárias à inovação:

“Alterações nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF/88), considerados obstáculos para uma gestão democrática do sistema educacional (EC nº 14/96, Lei 9.424/96 – criação e regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF); sanção de outra Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional que possibilitasse às instituições a criação de novos cursos, programas e modalidades (LDB promulgada setembro de 1996); estabelecimento de um Conselho Nacional de Educação menos burocrático; mudanças nas regulamentações de modo a garantir maior autonomia à escola; e ênfase na avaliação de resultados como forma de controle mais eficiente”. (SAEB, ENEM, ENC – Prova - e CAPES) (p.202)

Nos anos 2000, na preparação para a Cúpula, Mundial de Educação, em Dakar, dois documentos registram a trajetória percorrida pelo País – Educação para Todos: avaliação da década e EFA 2000 Educação para Todos: avaliação do ano 2000, informe nacional Brasil (MEC, 2014)

As conquistas obtidas com a Conferência Jomtien são:

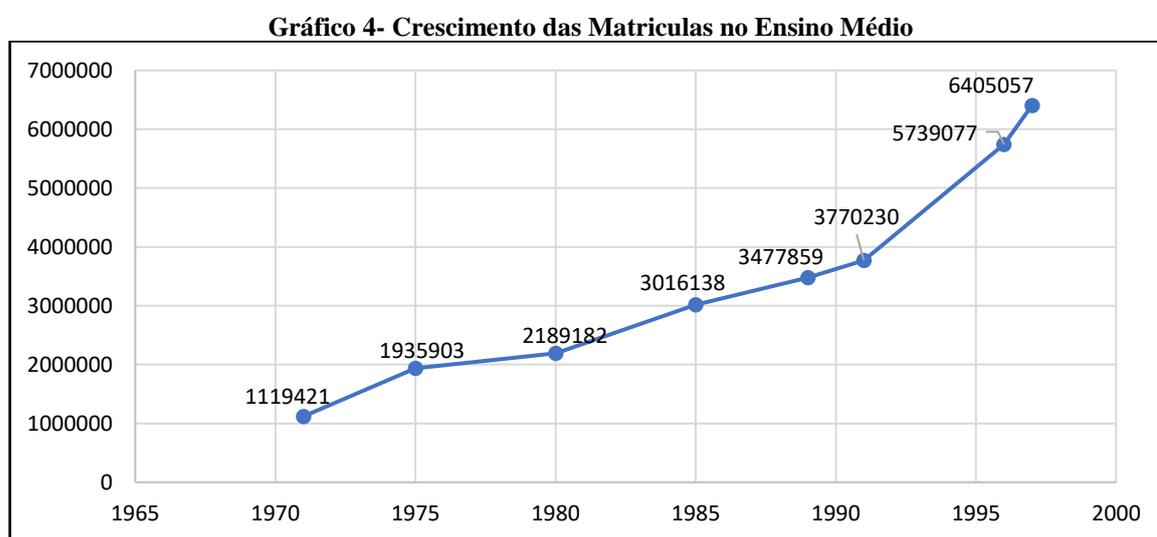
“O atendimento escolar por faixa etária ampliou-se consideravelmente atingindo 41,2% entre 4 e 6 anos, 95,8% de 7 a 14 anos e 81,1% de 15 a 17 anos. Em relação à população de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo chegou a 14,7%, em 1996. Ao lado de tais medidas, outros importantes passos foram dados no sentido de promover a qualidade da educação: o estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); a criação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de âmbito nacional; a melhoria da formação docente, dentre outras. Esses primeiros avanços refletem o esforço realizado pelo País para expandir o acesso e promover a qualidade, na expectativa de responder aos compromissos estabelecidos na Conferência Mundial de Educação para Todos”. (1990) (MEC, 2014 p. 9)

Com o estabelecimento dos 6 (seis) objetivos definidos no Marco de Ação de Dakar nos anos subsequentes à Cúpula Mundial de Educação (2000), tais conquistas foram fortalecidas e se tornaram mais expressivas. Em 2003, sob os auspícios de um novo governo, o Brasil pactuou com a sociedade o compromisso de ampliar o atendimento a segmentos da população excluídos do acesso a bens sociais e de consumo. No âmbito de um programa nacional de combate à fome (Programa Fome Zero) foram criadas iniciativas de transferência direta de renda às camadas da população abaixo da linha mínima de pobreza. Importante medida nesse sentido foi o Programa Bolsa Família (PBF) que adotou como uma de suas condicionalidades a frequência à escola de crianças das famílias beneficiadas. A educação tem sido para o governo Lula como um importante setor de distribuição de tais políticas: do Bolsa-

Família aos programas dirigidos à juventude, tais como o Projovem e o Primeiro Emprego, deste modo o setor da educação tem exercido um papel crucial na implementação de programas sociais dirigidos aos mais pobres. Através dos acordos firmados entre o governo federal, estados e municípios, tais programas têm sua execução descentralizada e repassada ao nível local (OLIVEIRA, 2009).

2.2. DADOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

Os dados em relação ao processo de crescimento do sistema educacional brasileiro podem ser primeiramente analisados pela escala de crescimento da matrículas nos setores fundamental, médio e superior.



Fonte: O autor (2018), com dados do MEC/INEP/SEEC

Esse Gráfico 04, demonstra o crescimento da taxa de matrícula bruta no ensino médio, neste caso, na década de noventa demonstra um crescimento acentuado principalmente nos primeiro cinco anos, com um aumento de 7% representando 1.968.847 novas matrículas e mantém este crescimento com a entrada do presidente Fernando Henrique Cardoso. A tabela 05, representa um panorama geral do crescimento do sistema de ensino público e particular, e indica a representatividade do ensino privado.

Tabela 5- Ensino Médio Matrícula Inicial Total e Porcentagem no Ensino Particular Brasil –1971-1997

Ensino médio	TOTAL GERAL		Particular		
	Ano	Nº	Taxa Crescimento em %	Nº	Taxa Crescimento em %
1971	1.119.421	4%	487.048	6%	43,5%
1975	1.935.903	7%	877.036	11%	45,3%
1980	2.189.182	8%	1.310.921	16%	59,9%
1985	3.016.138	11%	1.004.228	12%	33,3%
1989	3.477.859	13%	1.056.469	13%	30,4%
1991	3.770.230	14%	1.017.612	12%	27,0%
1996	5.739.077	21%	1.176.519	14%	20,5%
1997	6.405.057	23%	1.267.065	15%	19,8%
Total	27.652.867	100%	8.196.898	100%	29,6%

Fonte: O autor (2018), adaptado de MEC/INEP/SEEC

Essa representatividade demonstra que mesmo com as políticas liberais no campo educacional, ainda sim expõem um grande crescimento no investimento público. Para Durham (2010) a Tabela 5, compreende os dados quantitativos, tomando como referência a extensão das mudanças de 1992 anterior ao período Fernando Henrique, e utilizando como indicador não o número de matrículas, mas as taxas brutas e líquida de matrículas que permite avaliar o nível de inclusão do sistema. Neste caso sua análise mede três diferentes políticas educacionais; três anos do governo Itamar, oito anos do governo Fernando Henrique e seis anos do governo Lula. Desta forma para uma visão mais adequada é necessário calcular a média anual do crescimento das taxas de matrículas.

Tabela 6- Evolução das taxas bruta e líquida de inclusão no Ensino Fundamental, Médio e Superior — Brasil —1992 — 1995 — 2002 e 2008.

Níveis de ensino	Taxa	1992	1995	2002	2008
Fundamental	Bruta	103,60%	111%	124,90%	119,20%
	Líquida	81,40%	85,50%	93,90%	94,90%
Médio	Bruta	41,90%	48,90%	83,20%	92,50%
	Líquida	18,30%	22,30%	40,40%	50,60%
Superior	Bruta	10,60%	13,00%	22,60%	35,40%
	Líquida	4,60%	6,10%	10,20%	14,50%

Fonte: DURHAM, 2010, p. 159

As taxas bruta e líquida são calculadas tomando como referência a faixa etária que, idealmente, estaria cursando aquele nível de ensino. taxa bruta indica a relação entre o total de alunos de qualquer idade e o tamanho da faixa etária, sendo frequentemente maior que 100%, em virtude da inclusão de alunos mais velhos ou (o que é raro), mais novos. A taxa líquida indica o percentual de crianças e jovens da faixa etária correspondente matriculados no nível de ensino teoricamente corretos (DURHAM, 2010, p. 158).

Em sua análise Durham (2010), quanto a Tabela 06, demonstra o crescimento do ensino fundamental durante o governo Itamar, mas com a matrícula concentrada nas séries iniciais, onde este crescimento perdurou no governo Fernando Henrique, especialmente nas séries finais. O aspecto mais importante deste crescimento é que ele ocorreu da 5ª a 8ª série, indicando que mais alunos estavam conseguindo se formar, o que ampliou a procura pelo ensino médio. Em contrapartida as taxas de crescimento anual das matrículas no ensino fundamental, olhando a Tabela 7 no governo Lula ocorre uma queda.

Tabela 7- Média anual de crescimento das taxas bruta e líquida de matrícula no Brasil — 1992-2008

Níveis de Ensino	Taxa	1992-1995 Itamar	1995- 2002 FHC	2003-2008 Lula
Fundamental	Bruta	2,46	1,73	-1,5
	Líquida	1,36	1,05	0,16
Médio	Bruta	2,33	4,28	1,55
	Líquida	1,33	2,35	1,17
Superior	Bruta	0,8	1,2	2,13
	Líquida	0,5	0,51	0,71

Fonte: DURHAM, 2010, p. 159

“Por outro lado, o índice de crescimento anual do ensino médio, muito pequeno até o governo Itamar, acelera substancialmente durante o governo Fernando Henrique e cresce muito pouco no governo Lula. O ensino superior, por sua vez, cujo crescimento estagnou entre 1985 e 1995, começa a crescer novamente no governo Fernando Henrique e continua seu movimento ascendente no governo Lula, especialmente no que diz respeito à taxa bruta. É preciso considerar, entretanto, que em todos os períodos de crescimento quanto mais perto se chega da universalização, mais difícil é manter o ritmo de crescimento, porque há menos crianças a serem incorporadas e as que estão fora do sistema se encontram nos rincões mais pobres, mais marginalizados e mais isolados e, portanto, mais difíceis de serem atendidos. Além disso, tem havido uma queda na natalidade, o que afeta a demanda para as séries iniciais”. (DURHAM, 2010, p. 160)

A respeito das taxas de analfabetismo neste período a Tabela 8 demonstra uma evolução na redução do número de analfabetos da população de 15 anos ou mais, em perspectiva do século XX até os anos 2000.

Tabela 8– Taxa de analfabetismo no Brasil (1900 – 2000)

Ano	População de 15 anos ou mais			
	Total de Estudantes*	Total %	Analfabetos*	Taxa Analfabetismo
1900	9.728	2%	6.348	65,3%
1920	17.564	4%	11.409	65,0%
1940	23.648	5%	13.269	56,1%
1950	30.188	7%	15.272	50,6%
1960	40.233	9%	15.964	39,7%
1970	53.633	12%	18.100	33,7%
1980	74.600	16%	19.356	25,9%
1991	94.891	20%	18.682	19,7%
2000	119.533	26%	16.295	13,6%

Fonte: INEP, Ministério da Educação apud IBGE, Censo Demográfico.

*Em milhares

Dentro do panorama de análise das políticas educacionais dos governos pós anos noventa a dois mil, a queda na taxa de analfabetismo é de 6,1 % representando um total de 2.387 mil analfabetos a menos, levando em conta o crescimento da população de 15 anos ou mais, que no mesmo período tem um crescimento de 6% representando um aumento no sistema de 24.642 mil, o governo não apenas diminui a taxa de analfabetismo como também pode atender uma gama maior de alunos.

No século XXI de acordo com tabela 9 o processo de queda na taxa de analfabetismo tende a reduzir a queda, mas é percebido o aumento das inscrições nos programas de alfabetização.

Tabela 9 - Brasil: Analfabetismo e escolaridade da população com 15 anos ou mais (2001-2008)

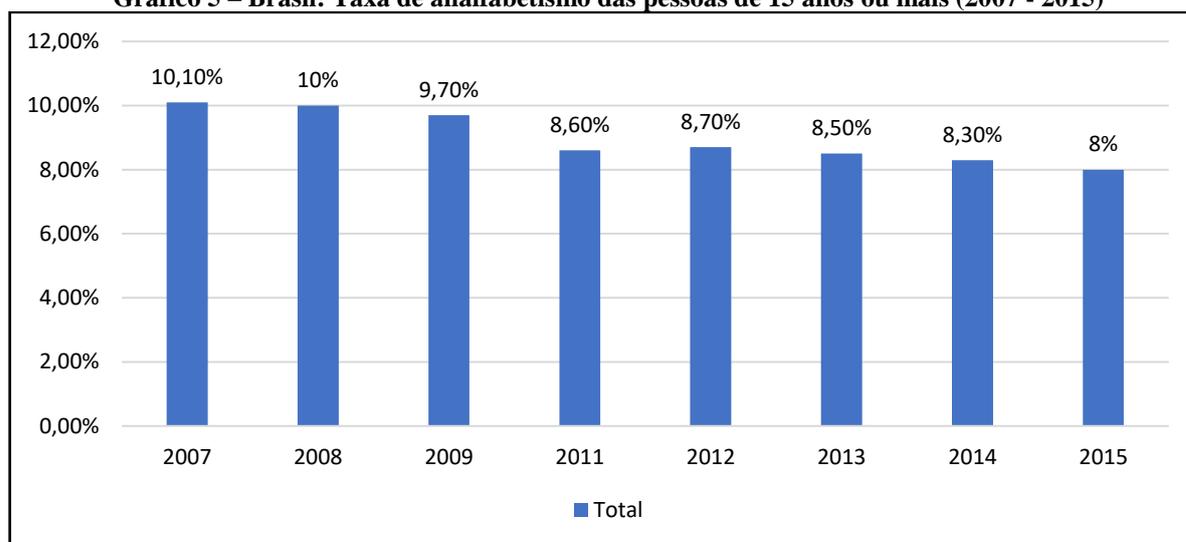
Indicador/Ano	2001	2005	2006	2007	2008
Taxa de analfabetismo	12,40%	11,10%	10,40%	10,10%	10%
Número de analfabetos	15.072.313	14.979.160	14.391.064	14.135.122	14.247.495
Inscritos em programas de alfabetização	930 mil	1,8 milhão	1,6 milhão	1,3 milhão	1,4 milhão
média de anos de estudos	6,4	7	7,2	7,3	7,4

Fonte: Di Pierro, 2010, p. 947

De acordo com Di Pierro (2010) as estatísticas populacionais registrem um crescimento no número de pessoas que participam de programa de alfabetização, repercutindo

o engajamento de estado e municípios nas campanhas lideradas pelo governo federal no período, as taxas de analfabetismo mantiveram a tendência histórica de recuo bastante lento. Nesse ritmo, o Brasil também não cumprirá, em 2015, o compromisso da iniciativa de Educação para Todos de reduzir pela metade o índice de analfabetismo de 13,6% registrado em 2000. Porém neste caso segundo os dados do IBGE, esses números continuam a cair até 8% em 2015.

Gráfico 5 – Brasil: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (2007 - 2015)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

2.3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PORTUGAL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

As décadas de 80 e 90 para Portugal e suas políticas educacionais foram marcadas por valores economicistas, deste modo a redefinição das relações entre formação e trabalho,

“não é, pois, de se estranhar ser o discurso da modernização aquele que se afirma como sendo um fator de convergência ideológica de interesses sociais conflituais que se exprimem no campo educativo e que tende a hegemonizar o discurso (...) dos textos produzidos pelo Ministério da Educação, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, pelo Ministério da Indústria e ainda por alguns dos “técnicos” em educação organizados em torno da Comissão de Reforma do Sistema Educativo”. (MENDONÇA, 2009, p. 26)

Ao nível da estrutura curricular, assistiu um aprofundamento das áreas da Ciência e da Tecnologia e uma transformação dos pressupostos que as legitimavam, quer pela sua eficácia social na criação de oportunidades de emprego quer pela retomada do crescimento económico. Assim explicitamente o contexto económico interferir e determinar as prioridades do conhecimento veiculada pelas escolas passando está a ser consideradas com um instrumento imprescindível para aumento da competitividade nacional nos mercados internacionais. Neste sentido as Reformas Educativas das duas últimas décadas do século XX, foram caracterizadas

por uma reorganização do campo educativo, no qual o mundo empresarial passou a desempenhar um papel importante, nomeadamente ao permitir a efetivação do cumprimento da escolaridade obrigatória, aos alunos que manifestavam dificuldades escolares no ensino tradicional, mediante formações profissionalizantes “próximas” dos contextos de trabalho. O regime de formação denominado aprendizagem teve início em 1984 e consistia num esquema de formação profissional, simultâneo com uma componente de formação geral que fornecia ao aprendiz conhecimento teórico, culturais e científicos ministrados em escolas, dentro ou fora do horário de trabalho. O objetivo era um certificado de aptidão que permitia a obtenção da carteira profissional (MENDONÇA, 2009).

O Ensino artístico é remodelado ainda em 1983 e reestruturado o ensino da música, da dança, do teatro e do cinema nas modalidades gerais do ensino básico, secundário e superior. Em 1999 e 2000 constata-se que a oferta se alarga, no ensino secundário delineando-se quer nos cursos gerais (agrupamento 2 – ARTES), quer nos cursos do Ensino Artístico Especializado, nos Cursos Tecnológicos, nos Cursos Profissionais e nos Cursos do Ensino Recorrente. O ensino em 1986 básico-universal, obrigatório e gratuito passa a ter a duração de nove anos compreendendo três ciclos:

“Assim, o 7º, 8º e 9º anos passam a constituir o terceiro ciclo deste ensino. O Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto, estabeleceu uma reforma curricular para o ensino básico e secundário a partir do ano lectivo de 1989/90. No ano lectivo de 1996/97, a experiência, entretanto adquirida, leva a projectar-se um projecto de reflexão participada dos currículos do ensino básico que irá produzir um documento orientador para uma Reorganização Curricular que se irá viabilizar a partir dos anos 2001-2002 para o 1º e 2º ciclos, e 2002-2003 para o 3º ciclo”. (OEI, 2003, p. 25)

A generalização do plano curricular fixado pelo Decreto-Lei n.º 286/89, no ano letivo de 1993/94, com a realização dos primeiros exames nacionais no ensino secundário em 1995/96, os professores, a administração e a sociedade em geral foram identificando um conjunto de problemas e insuficiências. Em consequência, o Ministério da Educação, por intermédio do Departamento do Ensino Secundário (DES), onde foi concretizada uma série de iniciativas designadas globalmente por Revisão Curricular Participada. Foram então estabelecidas as medidas de políticas educativas para o setor, através de um documento orientado com título “Desenvolver, Consolidar, Orientar” (OEI, 2003)

No século XXI as políticas educacionais de Portugal de acordo com o documento *Educação e Formação em Portugal* elaborado pelo Ministério da Educação em 2007, compreende e pondera que a educação e a formação como factores insubstituíveis de desenvolvimento económico e tecnológico, da coesão social, do desenvolvimento pessoal e do exercício pleno da cidadania (p.3).

Compreendendo que, um dos principais problemas no sistema educacional nas últimas duas décadas é nomeadamente os níveis de insucesso e abandono escolares e o défice de qualificações da população ativa. Deste modo a mudança no sistema escolar para nove anos e dividido em três ciclos assemelhando aos outros países da União europeia, além das mudanças no primeiro ciclo:

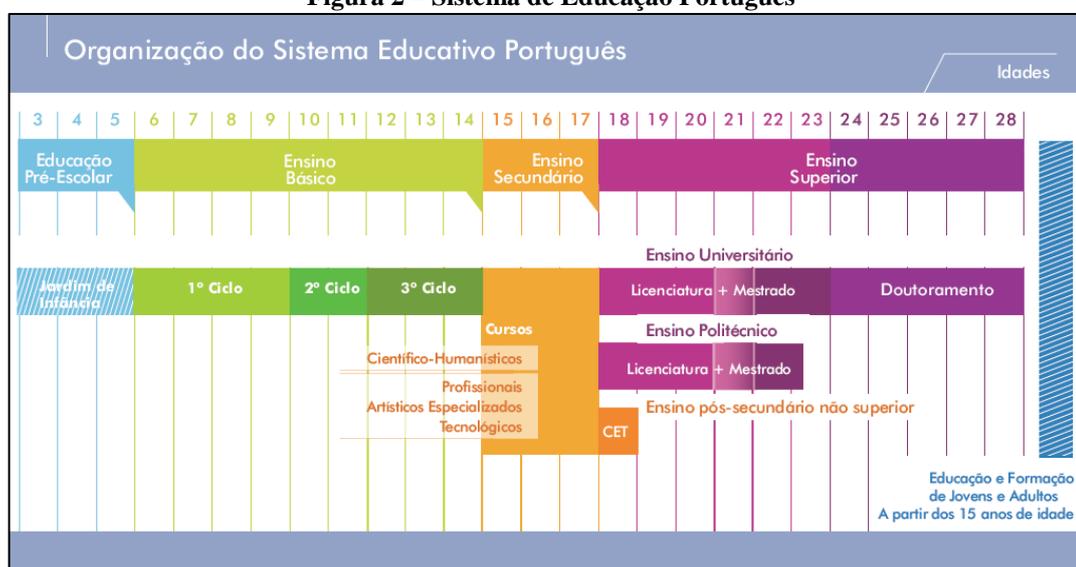
“Visando superar a situação de desinvestimento que historicamente se tem verificado neste ciclo de estudos e que conduziu a problemas de desajustamento face à dinâmica demográfica e a uma desigualdade de oportunidades de acesso a espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao sucesso educativo. Importa, assim, dar prioridade à reorganização e requalificação da rede de escolas do 1.º ciclo, identificando, num trabalho de proximidade com as autarquias, as necessidades de encerramento, manutenção, recuperação ou construção de estabelecimentos de ensino, e à generalização da escola a tempo inteiro, com o prolongamento do horário, permitindo a oferta a todos os alunos de actividades de enriquecimento curricular, incluindo obrigatoriamente o inglês, o apoio ao estudo e ainda outras actividades como o desporto ou a música, possibilitando um horário escolar compatível com as necessidades das famílias”. (Ministério da Educação, 2007, p.4)

Outro ponto de intervenção das políticas educacionais tem como objetivo generalizar o nível do ensino secundário (12 anos de escolaridade) enquanto referencial mínimo de qualificação.

“Este objectivo tem vindo a concretizar-se na expansão e diversificação da oferta formativa profissionalmente qualificante, nomeadamente através do aumento de vagas em cursos profissionais nas escolas das redes pública e privada, pretendendo-se que as vias profissionais de nível secundário atinjam metade do total de vagas neste ciclo de ensino. Importa também apostar na recuperação dos níveis de qualificação da população adulta através: da expansão da rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; do alargamento ao nível do 12.º ano do referencial de competências-chave; e duma melhor informação e divulgação da oferta formativa disponível”. (Ministério da Educação, 2007, p.5)

Desta forma a organização do sistema educacional português fica dividido em ensino Básico, Secundário e Superior de acordo com a Figura 02, a seguir.

Figura 2 – Sistema de Educação Português

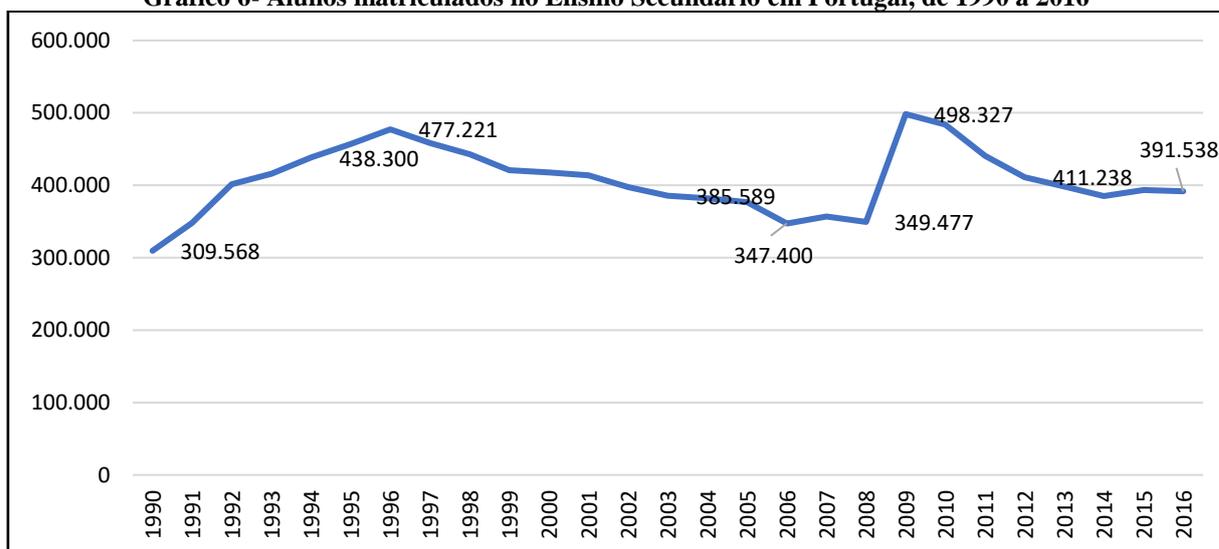


Fonte: Ministério da Educação, 2007

2.4. DADOS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL, PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

Em relação ao crescimento do sistema educacional português, o primeiro número que tangente a esse processo é quantidade de alunos matriculados, em princípio o Gráfico 6 demonstra a evolução das matrículas quantitativamente diante o período de 1990 a 2016, analisando o ensino secundário.

Gráfico 6- Alunos matriculados no Ensino Secundário em Portugal, de 1990 a 2016



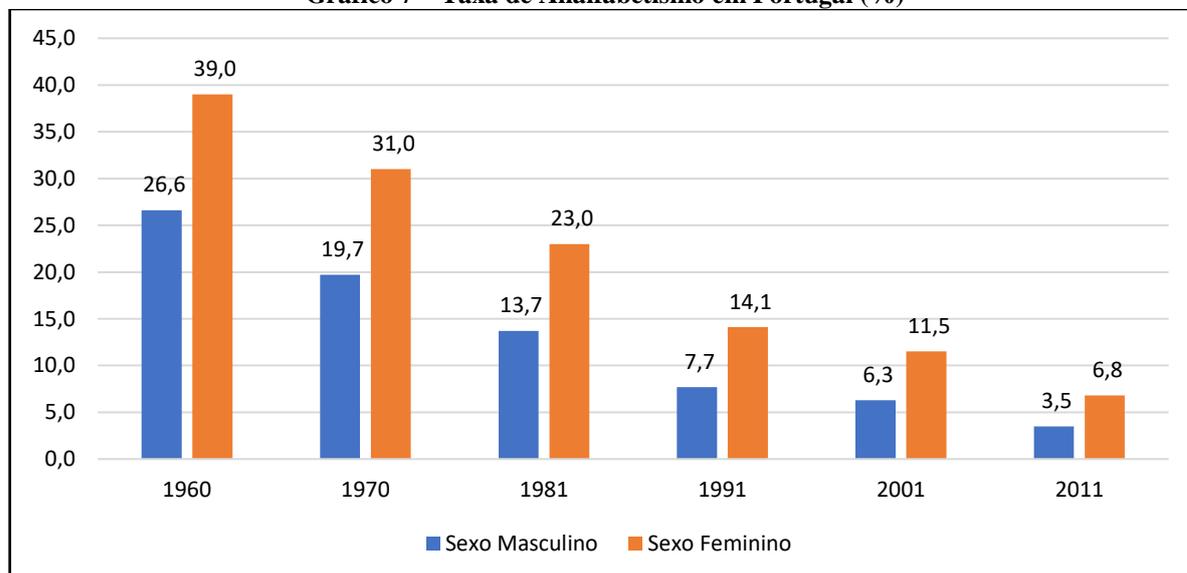
Fonte: O autor (2018) adaptado de PORDATA, 2018

No período de análise é possível perceber picos de entrada no ensino secundário, dentre ele o ponto que chama atenção é do 2008 para 2009 com um aumento percentual de 70% alcançando assim quase quinhentos mil alunos uma das possíveis explicações para esse pico pode ser pelo programas Novas Oportunidades – o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), que por meio dele permitia que adultos acima de 18 anos e habilitação escolar inferiores aos 4º, 6º ou 9º ano pudessem solicitar o reconhecimento a validação e certificação dos conhecimentos escolares que tivessem adquirido nos diferentes contextos da vida. Em consoante com as leis educacionais de 1995 é possível perceber outra grande expansão do ensino secundário, apesar que a mesma mostra o crescimento em um ritmo cadenciado até alcançar seu cume com 477 mil alunos. Posterior a este aumento o sistema entra em processo de queda em qual o índice mais baixo é de 347 mil no ano de 2006.

O Gráfico 07 demonstra as taxas de analfabetismo em Portugal que acumula uma queda constante ao longo de todo período, indicando que seu combate esteve presente nas políticas educacionais do século XX e século XXI. Sua principal queda ocorre na década de oitenta no período de 1981 a 1991, a queda nos índices femininos acumula 8,9 % quanto nos índices masculino é de 6%, essa queda indica como posteriormente citado uma urgência na

formação para mercado e o foco em um ensino profissionalizante, passando a educação como instrumento imprescindível para o aumento da competitividade nacional e internacional.

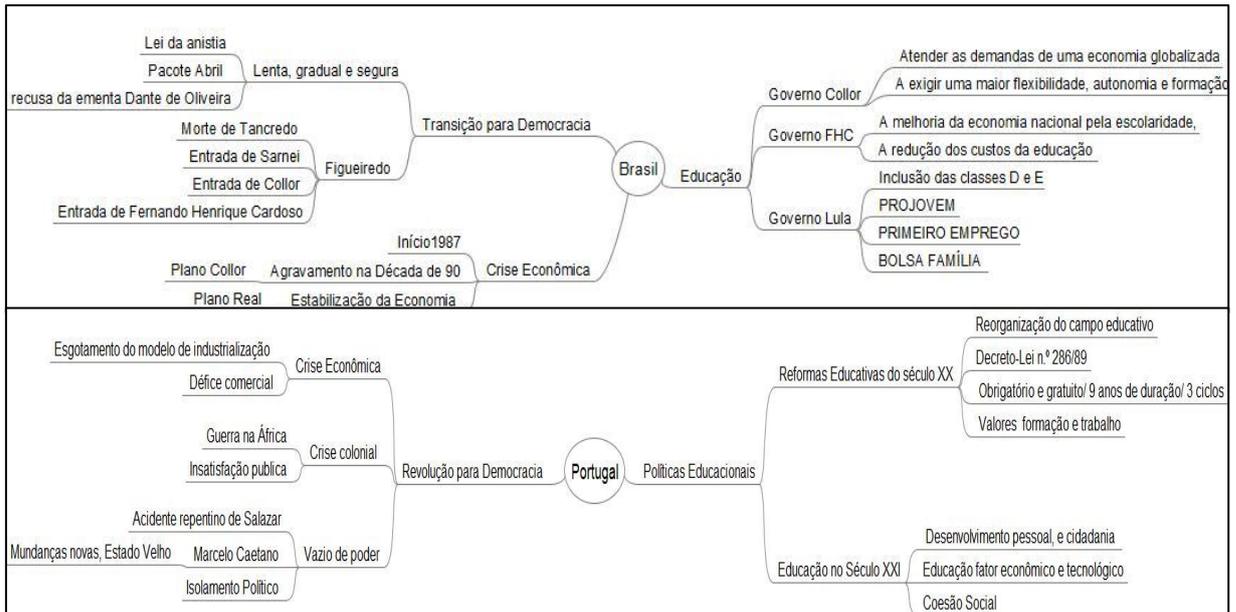
Gráfico 7 – Taxa de Analfabetismo em Portugal (%)



Fonte: O autor (2018), adaptado de PORDATA, 2018

Deste modo, políticas educacionais refletem de forma prática a melhoria contínua no quesito de luta contra o analfabetismo, mesmo em comparação aos outros países da União Europeia que demonstram taxas muito mais baixas. Se analisar os números de Portugal desde a entrada na União Europeia a queda total acumulada da taxa de analfabetismo soma 11.5% em vinte anos até 2011.

3.SÍNTESE



A grande diferença nos processos na busca pela democracia entre Brasil e Portugal é, que para o Brasil é tido como uma transição de regime de forma a ser comandada pelos próprios militares que estavam no poder, desta forma, houve uma transição lenta gradual e segura para a ditadura, sua proteção vem no âmbito das medidas da Lei da anistia, o pacote de Abril e a recusa da ementa Dante de Oliveira. No processo de transição com a saída de do último general militar e a suposta entrada de Tancredo, mas caba falecendo antes de assumir, deste modo, quem assume o cargo é seu vice José Sarney. Que leva o governo até de fato sua primeira eleição direta, com a vitória de Fernando Collor de Melo, que tenta por sua vez controlar uma crise inflacionária com plano econômico, porém, acaba fadado ao fracasso, mesmo depois do congelamento das contas correntes, por sua vez acaba sofrendo um impeachment, assim assumindo seu vice Itamar Franco, que conduz o governo até as próximas eleições onde quem assume a presidência é Fernando Henrique Cardoso.

No caso de Portugal, essa transição é tida como uma revolução que foi comandada pelos militares em consoante com as tensões internas, crise colonial e o isolamento político da ditadura perante a confiabilidade de suas bases. Que por sua vez a crise econômica é agravada pelo esgotamento do modelo de industrialização e o déficit comercial, aliada com os problemas coloniais, uma guerra com custos altos tanto para cofres, quanto para popularidade do regime, além de constante despontamento por parte dos militares quando aos rumos do conflito. Junto com um vazio de poder deixado pelo repentino acidente de Salazar, que por sua vez a entrada de Marcelo Caetano e suas manobras políticas onde a tentativa de inserir novas mudanças em

um velho Estado acaba desagradando os dois lados, assim deixando o mesmo em um total isolamento político.

Quanto para os sistemas de educação dos dois países neste período década de oitenta e noventa do século XX, são levados pelas mudanças da globalização e a necessidades no mercado internacional, buscando assim uma educação voltada para mercado de trabalho, desta maneira, as políticas educacionais contêm um forte teor econômico, apontando os rumos da escola para os rumos da economia e trabalho. No século XXI para o Brasil, com a entrada do governo Lula existe uma preocupação a mais, que no caso é a integração dos programas sociais com a escola, um exemplo era o programa Bolsa-Família que tinha como objetivo distribuir renda para uma parcela da população que encontrava abaixo da linha da pobreza e uma das requisições para as famílias poderem receber o benefício era as crianças estarem matriculadas nas escolas e frequentando o ano letivo, além dos programas primeiro emprego, Projovem que visavam a formação do jovem para mercado de trabalho.

No caso de Portugal, no século XXI as políticas educacionais, mas especificamente a educação e a formação são fatores insubstituíveis de desenvolvimento econômico e tecnológico, da coesão social, do desenvolvimento pessoal e do exercício pleno da cidadania assim são os objetivos do ministério da educação. De modo a buscar feneção para problemas elencados pelos mesmos quanto abandono escolar e o déficit de qualificações da população ativa, deste modo, visando a melhoria do sistema.

**PARTE III: BREVE ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DO BRASIL E DOS
MANUAIS DIDÁTICOS DE PORTUGAL, RELACIONADOS AO PERÍODO DO
ESTADO NOVO NESTES PAÍSES**

1. METODOLOGIA

O presente trabalho está dividido em três partes: a primeira e segunda parte o enquadramento teórico do Estado Novo e Ditadura Militar brasileira e Estado Novo português e seus respectivos projeto político-educacional, assim como seus dados educacionais. Na terceira, parte um panorama teórico dos livros didáticos e as análises dos materiais didáticos.

1ª e 2ª parte - Após uma cuidadosa pesquisa bibliográfica, em bibliotecas e em sites acadêmicos e revistas científicas, utilizou-se de livros, artigos, teses, entre outros materiais, para trabalhar com variados autores, e tentar criar o melhor enquadramento sobre o tema do trabalho, enfatizando as discussões conceituais, além de dados e números referentes ao conteúdo. Criando assim uma base histórica para as análises dos materiais didáticos, além de um contexto político, econômico e social.

3ª parte – Como preparação para as análises, foi delimitado um panorama teórico dos livros didáticos, criando um contexto para cada grupo de livro analisado. A investigação analítica foi feita através dos seguintes passos:

- Primeiramente o processo de filtragem dos livros e escolhas dos materiais que seriam trabalhados, este trabalho foi feito com o objetivo de selecionar quatro grupos de livros: um livro do Brasil da época da Ditadura Militar, especificamente de 1968 e um livro de Portugal do Estado Novo, de 1970. Assim como um conjunto de livros didáticos de História do Ensino Médio de escolas públicas, de 2017 e outro conjunto de manuais didáticos portugueses do Ensino Secundário, também de 2017;
- Posteriormente foi definido quais análises seriam feitas, identificando três pontos a serem explorados: primeiro os conteúdos, segundo um foco específico na temática tortura, repressão e tortura e terceiro um panorama geral das questões e atividades.
- O primeiro passo da análise dos livros foi fazer um enquadramento geral da obra com título, autor, editora e ano, assim como dar uma visão geral da obra, com seus conceitos.
- Posteriormente foi analisado o seu conteúdo sobre a temática proposta, deste modo, fazendo os enquadramentos em quais as perspectivas foram abordadas. Do mesmo modo, perceber a divisão histórica dos conteúdos e quais temáticas foram mais destacadas por determinados livros;
- Para a questão específica foi trabalhado em dois pontos: primeiro junto com seu contexto histórico localizado nos livros e segundo ao final da análise junto com a conclusão;

- As atividades foram analisadas de forma a complementar o contexto da análise, normalmente procurava-se atividades que trabalhavam o tema especificamente ou questões que complementasse o entendimento do material em si.
- Por fim, foi feita uma conclusão em dois passos: primeiro conclui o material como um todo, buscando um panorama para entender quais são os objetivos do material quanto a temática. Segundo uma conclusão específica sobre como as obras abordaram as questões da censura, repressão e tortura.

Todo levantamento histórico, tanto as bases historiográficas, o levantamento das políticas educacionais, os dados sobre a educação de cada país, criam uma base teórica e metodológica para a análise dos materiais didáticos. Os próximos capítulos servirão para expor e analisar os livros e manuais didáticos do Brasil e de Portugal, assim como os resultados obtidos desta pesquisa.

2. OS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES: ALGUNS ASPECTOS SOB ANÁLISE NA DÉCADA DE 1970

2.1. A CARACTERÍSTICA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Os livros didáticos sofrem mudanças estruturais na década de setenta do século vinte, no que tange aos aspectos do material, capa, diagramação, cores, *layout*, assumindo assim o tamanho padrão 21X28 cm e mudanças estruturais, de modo que as teorias pedagógicas tiveram um diálogo mais amplo neste campo (MORENO, 2014). Assim, os materiais deixaram de ser obras de referência e passaram a orientar e conduzir o docente, afastando-se do academicismo. Essa transformação era vista pelos professores de didática e metodologia junto com os agentes do governo, como a mudança poderia combater a evasão escolar e a repetência, grandes problemas que as instituições de ensino enfrentavam no período, mesmo ela tendo uma boa receptividade, ainda havia materiais que se mantinham sem alteração. (BEZZERRA, LUCA, 2006)²⁹.

O principal modelo de estudo que estava em voga neste período é o “estudo dirigido” de origem norte americana, que se sustentava na teoria operatória de Piaget, o método propunha a estruturação do conhecimento em etapas, sucessivas de dificuldade. Caberia aos livros, no caso, trazer instruções em sequência que o aluno desenvolvesse um método de estudo, incluindo a organização do tempo, a sistematização de dados e o desenvolvimento de algumas operações mentais próprias de cada disciplina. Para professor, o livro tornara-se uma ferramenta gerenciamento, uma forma de controlar e tornar mais eficiente a aprendizagem (MORENO, 2014).

Em 1964 para Elza Nadai (1986 apud MORENO, 2014) o Estado nada mais fez que enfatizar o processo de ensino de História, que já vinha de longa data. Dessa fora, ele coloriu com tintas mais fortes, os aspectos que já vinham do ensino de História anteriores, não representando uma ruptura. A rigor não se pode pensar que anterior à década de 60, teríamos conhecido uma escola que tivesse por característica ensinar uma História Crítica e, portanto, que cuidasse da formação histórica do educando.

²⁹ Histórico do PNLD em 1970 - A Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação, implementa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL).

2.2. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO BRASILEIRO, ATRAVÉS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

A seguir será analisado brevemente o livro didático **História do Brasil**, de A. Souto Maior, pela Companhia Editora Nacional, de 1968, com o intuito de perceber qual era visão, os temas trabalhados e como foi transmitido a imagem do Estado Novo brasileiro no período da Ditadura Militar, observando sobretudo a memória ligada a repressão, censura e tortura. Foram analisados a estrutura, os conteúdos e as possíveis atividades propostas no livro didático.

O livro aborda a Revolução de 1930 em duas vertentes, a história política e econômica, assim inserindo o Brasil em um contexto de crise, tanto econômica quanto política, em seus primeiros parágrafos após a introdução.

No aspecto econômico, o livro sugere (Figura 3):

Figura 3– O aspecto econômico, no livro História do Brasil, de 1968

De maneira geral, entretanto, nossa situação econômica não era boa. Nosso principal produto, o café, desde 1925 ultrapassara suas possibilidades de exportação em virtude do crescimento contínuo dos cafèzais; bastaria dizer que, sendo a produção anual média de 21 milhões de sacas, poderíamos encontrar mercados compradores apenas para 14 milhões. Empréstimos onerosos para garantir a manutenção de preços compensadores para o café já haviam sido negociados pelos governos anteriores. Além disso, praticamente não mais se exportava borracha e o cacau sofria uma séria crise.

Fonte: MAIOR, 1968, p. 393

Em relação a crise política, o livro aborda (Figura 4):

Figura 4– Crise política, no livro História do Brasil, de 1968

Politicamente também não era boa a situação do país. A representação popular sempre fôra uma farsa. As fraudulentas eleições, feitas pelos chefes políticos ou “coronéis”, se por um lado mantinham no poder seus representantes, por outro provocavam um natural desejo de reformas, que encontraria eco, sobretudo, entre a oficialidade mais jovem. Gerou-se assim o “tenentismo” que admitia ser a corrupção o vício fundamental do regime, contra o qual, aliás, estruturalmente nada de especial tinha a opor.

Fonte: MAIOR, 1968, p. 394

Deste modo, a década de 1920 é visto como um período conturbado, levando o leitor até o processo de Revolução de 1930, onde o foco foi para a questão militar e tramas políticas,

ligado diretamente as figuras políticas e militares, criando uma espécie de história através dos seus atos. De forma geral a unidade divide em capítulos e subcapítulo os capítulos são: 1- Revolução de 1930; 2 – O Brasil na Segunda Guerra Mundial; 3 - A redemocratização do País. Os subcapítulos são; Presidência de Washington Luís, 1926-1930; A revolução; A Nova República; A Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932; A constituição de 1934; Comunistas e integralistas; Nova República; Golpe de 1937; O Estado Novo; A constituição de 1946; Presidência do General Dutra, 1946-1950; Segunda Presidência de Getúlio Vargas, 1951-1954; Presidência de Café Filho, 1954-1955; Presidência de Juscelino Kubitschek, 1956-1961; O governo de João Goulart.

Figura 5– O Estado Novo, no livro História do Brasil, de 1968

O Estado Nôvo. — A Constituição de 1937, redigida pelo ministro Francisco de Campos, estabelecia teórica e praticamente uma ditadura. Segundo o nôvo texto constitucional o presidente seria a “autoridade suprema do Estado, que ordena os órgãos representativos de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do país.” Poderia também dissolver o Congresso, expedir decretos-leis e indicar candidatos à chefia do governo. Instituiu-se, para garantir o funcionamento do nôvo regime, a censura prévia da imprensa e a pena de morte.

Nunca na história republicana alguém obtivera tanto poder. Um organismo especial para exercer censura à imprensa, orientar a opinião pública e fazer a propaganda do chefe do governo fôra criado com o nome de Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Seria uma das peças mais importantes da ditadura e a êle se deve grande parte da simpatia popular de que gozou o político gaúcho.

Fonte: MAIOR, 1968, p. 401

De todo o processo político desenvolvido pelo livro didático, o único momento que faz menção ao Estado Novo (Figura 5) como uma ditadura é no subcapítulo “O Estado Novo” é também único lugar que toca no assunto sobre a censura, mesmo que de forma sutil. Com uma citação ao departamento de Imprensa e Propaganda, onde o autor coloca como principal peça da ditadura para a popularidade e simpatia.

O livro primeiramente trabalha com a história política, história econômica ligado com personagens políticos e militares, criando uma impressão que a história foi feita e contada apenas por estas figuras, o contexto social é trabalhado esporadicamente em alguns pontos. Quanto ao contexto da formação até a queda do Estado Novo, o material sempre trata como um

período conturbado e de difícil governança, principalmente a partir do Governo provisório que enfrentou pressões econômicas e uma Revolução em 1932.

Novamente sobre a censura, repressão e tortura, mesmo depois de 25 anos do fim do Estado Novo, esse tipo de informação consta de forma sutil, conforme a Figura 5, demonstrada acima. Em contrapartida o livro “*Falta Alguém em Nuremberg*” de Nasser já havia sido publicado em 1966.

Além das questões já tratadas, a influência da história militar é vista em dois pontos: a Revolução Constitucionalista de São Paulo e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Neste trecho a seguir indica fortes traços de uma exaltação de um orgulho nacional: “a FEB honrou a tradição militar brasileira, prestando inestimável colaboração às forças democráticas na luta contra os países totalitários” [...] “Juntamente com os Aliados ganhamos a guerra contra a opressão e a violência”.

Figura 6 – FEB e a tradição brasileira, no livro *História do Brasil*, de 1968

Nos combates de Camaioire, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Fornovo a FEB honrou a tradição militar brasileira, prestando inestimável colaboração às forças democráticas na luta contra os países totalitários. Nossa Marinha durante o conflito comboiara mais de 3 000 navios mercantes e afundara mais de uma dezena de submarinos. Aviadores brasileiros haviam combatido nos céus da Itália.

Perdemos 2 000 soldados e 37 navios. Juntamente com os Aliados ganhamos a guerra contra a opressão e a violência.

Fonte: MAIOR, 1968, p. 403

Primeiramente o trecho acaba colocando-se de forma contraditória ao próprio regime, a luta do Brasil pela democracia, pois o Brasil vivia uma ditadura totalitária, de certo modo, com inspirações no fascismo, como já foi tratado no levantamento teórico. E segundo por este material ser publicado em uma Ditadura Militar, onde a tradição militar brasileira teria que fazer valer no maior conflito mundial, pode perceber essa intencionalidade pelos trechos separados anteriormente, a relevância da história militar brasileira na Segunda Guerra Mundial ganha um capítulo inteiro. Ainda pode conjecturar que a exposição dos militares pela luta da democracia acaba criando um paradoxo com a situação atual do país, que estaria vivendo em ditadura por seis anos.

O livro História do Brasil de A. Souto Maior do ano 1968, não contém atividades, sendo considerado um compêndio de textos. Porém, é possível encontrar essas atividades nos **Cadernos MEC - História do Brasil 3**, como os dois livros são do mesmo ano, História do Brasil de 1968 e os Cadernos do MEC Volume 3 de 1968, pode-se conjecturar que era possível aplicar os dois livros didáticos na sala de aula, de forma um complementando o outro. Já que os cadernos são matérias construído para serem utilizado em sala de aula. Cada livro traz um conjunto de atividades intercaladas com pequenos trechos explicativos.

O livro é considerado consumível, pois há espaço para as atividades serem respondidas no corpo do livro. Os Cadernos do MEC, volume 3 (Figura 7), abrangem o período trabalhado, assim ele tem uma diversidade de atividades e proposições pedagógicas, o volume é escrito por Weiss e, traz mais questões abertas e proposições de associação, relação e dedução que exigem raciocínio mais apurado dos alunos.

O autor procura envolver outras áreas do conhecimento para resolver algumas questões, numa perspectiva que poderíamos chamar, atualmente de interdisciplinar (MORENO, 2014).

Figura 7– Trecho das atividades, Caderno MEC, ano 1968

30
Getúlio Vargas assina o primeiro decreto sobre a Bandeira do Brasil. Linhares Colares (da direita) foi mais tarde o primeiro Almirante do Brasil.

a) Qual a crise econômica que precipitou a derrubada do "Estado Novo"? Por que ocorreu?

b) Que alegaram as revoluções de 1930 para justificar o seu movimento?

No século XIX o Brasil participou de duas guerras mundiais. A esse respeito, preencha o quadro abaixo.

O BRASIL E AS GUERRAS MUNDIAIS	
Primeira Guerra Mundial	Segunda Guerra Mundial
Período em que participamos	
191... a 191...	194... a 194...
Chamada da Nação	
Causas que nos levaram a participar das guerras	
Bloco de países ao qual nos demos	
Países inimigos	

Fonte: MEC, 1968, p. 135, 137

As atividades da unidade do Estado Novo são perguntas discursivas, quadros para completar imagens para preencher o texto. Estas duas imagens representam as atividades. De modo que representam as questões políticas, econômicas e militares.

2.3. A CARACTERÍSTICA DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

A evolução da formação dos professores do Ensino Secundário no século XX de acordo com Gomes, 1991 citado por Nunes; Ribeiro, 2015, podem ser dividido relativamente em quatro momentos: o Curso de Habilitação para Magistério secundário (1902 a 1915), as Escolas Normais Superiores da Universidade de Coimbra e de Lisboa (criadas em 1911 e que funcionaram até 1930), o Curso de Ciências Pedagógicas da Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa (1930 a 1974) e da Faculdade de Letras do Porto (1961 a 1974) e posteriormente uma pluralidade de modelos de formação.

A partir de 1960, o regime tinha vindo a perder a hegemonia anteriormente edificada em favor de leituras científicas, ideologicamente dissonantes ou mesmo contestatária do Estado Novo.

“Salientaram-se o “idealismo crítico”, de matriz ensaística, antes de mais representado por António Sérgio; a “história institucional e política clássica” e a “história económica e social clássica”; a *nouvelle histoire*, fundada a partir do bem-sucedido exemplo da “escola dos Annales” e entre nós simbolizada por Vitorino Magalhães Godinho; o marxismo, muito ou pouco influenciado pelas ortodoxias ou por heterodoxias socialistas e comunistas; o estruturalismo, ligado às novas correntes da antropologia; a “nova história política”, de origem anglo-saxónica; a *new economic history* (ou “econometria retrospectiva”), quase só dinamizada por economistas”. (NUNES; RIBEIRO, 2015, p. 95)

Observatório dos Recursos Educativos (2015), elenca as principais evoluções do manual didático na década de 70, tendo em vista uma ruptura com o modelo de apresentação dos conteúdos predominantemente expositivos e pouco propiciador de momentos para a verificação da aprendizagem. De agora em diante entende-se que a transposição didática, que inclui, por exemplo, a explicitação de objetivos, é uma realidade que vem crescendo. Juntamente verifica-se a utilização dos caracteres tipográficos que servem de suporte à impressão tipográfica e ainda uma utilização cada vez mais expressiva da passagem desses caracteres para película, da qual é feita a montagem e passagem da chapa, permitindo assim a impressão *offset*.

Mesmo com as transformações que vão ocorrer posteriormente ao 25 de Abril de 1974, os professores de História do Ensino não superior, vão manter-se as características fixadas ao longo do Estado Novo. Essas mudanças em todo caso são no âmbito das investigações em história e nas ciências sociais em geral, além das perspectivas dominantes nas ciências da educação e na área da didática; meritocracia desenvolvimentista, não-diretividade, behaviorismo e construtivismo; dos currículos e programas, manuais e outros “recursos

didáticos”; das “indústrias culturais” e do peso nelas atingido pela “cultura de massas”; da inserção da economia portuguesa na “economia global” (NUNES; RIBEIRO, 2015, p. 95).

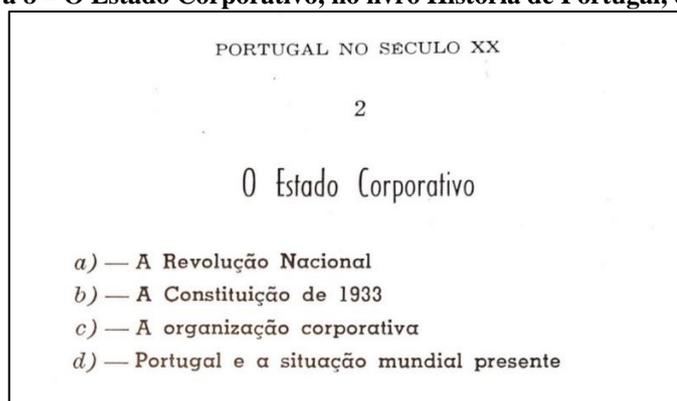
A evolução de Portugal no século XX, quanto as regionalidade político-ideológicas, institucionais e científico-cultural, assume uma dramática urgência, por conta a quase interrupção imposta durante o Estado Novo e a segregação em grande parte mantida após o 25 de abril de 1974, onde remeteram a didática da História para uma situação de desenvolvimento precário na qualidade de tecnologia derivada da História, de limitada influência nas concepções e práticas dos professores, de escassa divulgação junto da opinião pública.(NUNES; RIBEIRO, 2015).

2.4. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS, NO MANUAL DIDÁTICO DE HISTÓRIA DE 1970

Em seguida será analisado brevemente o manual didático **História de Portugal**, escrito por António G. Matoso e António Henriques, pela Livraria Didáctica Editora, Lisboa em 1970, com o intuito de perceber qual era visão, os temas trabalhados e como estava sendo transmitido a imagem do Estado Novo português em 1970, observando sobretudo a memória ligada a repressão, censura e tortura. Foram analisados a estrutura, os conteúdos e as possíveis atividades propostas no manual didático.

O trecho do manual didático na Figura 8, mostra que está dividido em onze unidades, dentro delas a unidade com o título Portugal no século XX, que abrange o período do trabalho, a mesma é subdividida em duas partes a primeira parte; A Republica Parlamentar e O Estado Corporativo. No capítulo da Republica está organizado com três temáticas; a) A Constituição de 1911; b) Portugal na Grande Guerra (1914-1918); c) A anarquia política. No capítulo do Estado Corporativo as temáticas são; a) a Revolução Nacional; b) A constituição de 1933; c) A organização corporativa; d) Portugal e a situação mundial presente.

Figura 8 – O Estado Corporativo, no livro História de Portugal, de 1970



Fonte: MATOSO, 1970 p. 287

A análise percorre o capítulo “O estado Corporativo” tentado buscar a visão que o Estado Novo já no governo Marcelino teria sobre si mesmo nos manuais de ensino. O livro em sua 6ª edição em 1970, não avança em seus conteúdos mais que 1945, criando uma lacuna de 25 anos.

Em síntese, seus conteúdos têm primeiramente caráter de um bem-estar nacional, que busca através de um orgulho nacional mostrar as transições políticas e econômicas como processos tranquilos e naturais de transição para melhoraria a vida da Nação.

Figura 9 – A Revolução Nacional, no livro História de Portugal, de 1970

a) — A Revolução Nacional

O movimento militar de 28 de Maio de 1926 rebenta em Braga, à voz do general *Gomes da Costa*. Propõe-se terminar com as lutas políticas que perturbam a vida da Nação. Em 15 de Março de 1928, o então general *Óscar Carmona*, chefe do Governo desde Julho de 1926, é eleito Presidente da República. Em 27 de Maio do mesmo ano toma posse do cargo de Ministro das Finanças o *Dr. Oliveira Salazar* que, num discurso pronunciado no dia 30 de Junho, lança as bases do «Estado Novo».

Fonte: MATOSO, 1970 p. 287

No trecho da Figura 9 “à voz do general *Gomes da Costa*. Propõe-se terminar com as lutas políticas que perturbam a vida da Nação” representa esse ideal.

Assim como o trecho das Figuras 10 e 11.

Figura 10– A constituição de 1933, no livro História de Portugal, de 1970

b) — A Constituição de 1933

Para firmar a nova ordem política, dar-lhe garantias de estabilidade e segurança, tornava-se necessário modificar a orgânica do Estado. A este fim obedeceu a *Constituição Política de 1933* que transformou o Estado Português numa «República unitária e corporativa».

Segundo este diploma, a «Nação Portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito, e, na internacional, os que derivam das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite».

Fonte: MATOSO, 1970 p. 287

Figura 11– História de Portugal, no livro História de Portugal, de 1970

HISTÓRIA DE PORTUGAL

de Fevereiro de 1933 e aprovada por plebiscito nacional de 19 de Março do mesmo ano. Começou a vigorar em 11 de Abril do ano seguinte. É dominada por um sólido critério *nacionalista*. Estabelece um *Estado forte*. E como escreveu Salazar, pretende a realização da justiça social, de forma «a proteger os fracos dos possíveis abusos dos fortes e os pobres do excesso da sua pobreza».

Fonte: MATOSO, 1970 p. 288

Nestes dois trechos do manual didático mostra o processo de transição para o Estado Novo que é nomeadamente chamado de *Estado Forte*, e fazendo uma referência as palavras de Salazar “pretende a realização da justiça social, de forma a proteger os fracos dos possíveis abusos dos fortes e os pobres dos excessos da sua pobreza”

Demonstra o ideal de nação e nacionalismo de um Estado protetor dos fracos e pobres, transformando assim a figura de Salazar em um “pai da pátria”. Esta visão sendo reforçada posteriormente no último parágrafo do manual que tem o título de Consciência Nacional, como podemos observar na Figura 12.

Figura 12–Consciência Nacional, no livro História de Portugal, de 1970

O ideal que inspirou os descobrimentos portugueses e depois a obra que se lhe seguiu foi o de espalhar a Fé e comunicar aos povos os princípios da civilização. O móbil de integrar esses povos na unidade da Nação portuguesa foi possível realizá-lo pela não discriminação racial — exigência do nosso carácter e nervo da obra colectiva — pela larga tolerância usada e a criação do mesmo clima moral. Em vez de uma política de domínio ou de educação ainda que paternal mas toda conduzida no sentido de construir uma sociedade independente, estranha, o Português, por exigência do seu modo de ser, previsão política ou designios da Providência, experimentou juntar-se, se não fundir-se, com os povos descobertos, e formar com eles elementos integrantes da mesma unidade pátria. Assim nasceu uma Nação sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do Mundo; mas quando olhos que sabem ver perscrutam todas essas fracções da Nação, encontram nas consciências, nas instituições, nos hábitos de vida, no sentimento comum que ali é Portugal.

Oliveira Salazar

Fonte: MATOSO, 1970 p. 290

Deste modo equalizando o Estado e a religião para criar um ideal nacional português, e protagonismo nacional, evocando sempre a moral a civilidade, como medida preponderantes para uma unidade de pátria. O material analisado de certo modo condiz com uma reprodução de manuais anteriores, como demonstrado anteriormente nos manuais de história do Brasil, o Manual português também aborda primariamente as histórias políticas e econômicas, assim deixando em um torpor a história social. Este material condiz como um compêndio de texto sobre a história de Portugal.

Nas relações internacionais é lembrado em um caso específico como a Figura 13, as relações da Inglaterra e Portugal na Segunda Guerra Mundial.

Figura 13– Relações Internacionais, no livro História de Portugal, de 1970

Fiel à sua velha aliança com a Inglaterra, Portugal consegue, no entanto, atravessar as tormentas da guerra de 1939-1945 sem se envolver no conflito. Terminada a contenda, o Estado português conduzido pelos seus ideais de paz e de liberdade, coloca-se abertamente ao lado dos países atlânticos e cristãos, no único desejo de ajudar o Mundo a encontrar a concórdia, o entendimento e a felicidade de todos os homens.

Fonte: MATOSO, 1970 p. 289

De acordo com a descrição da Figura 13, Portugal demonstra apenas as relações com sua aliança com a Inglaterra, mas segundo NUNES (2010) no que tange as relações econômicas internacionais principalmente ao minério volfrâmio e tungstênio portugueses, as conexões com o Terceiro Reich, consideram-se igualmente, a política externa e as concepções geoestratégicas.

O levantamento e análise deste material, na temática abordada, condiz com os levantamentos anteriores principalmente quanto a estagnação da didática da História, apesar do desenvolvimento já citado anteriormente, este manual didático e o claro reflexo prático destas questões.

Este manual por ser um compendio, acaba por não conter questões e atividades didáticas, servindo como um livro texto. As atividades ficavam a critério do professor

Por fim, o material não tem qualquer informação sobre a temática de censura, repressão ou tortura, apenas remetendo as questões anteriores.

3. OS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES: ALGUNS ASPECTOS SOB ANÁLISE ATUAIS

3.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL ATUAL

A distribuição dos livros didático foi previsto na Legislação de 1988, no campo do atendimento ao educando, junto com o transporte, alimentação e assistência de saúde. Neste mesmo período os organismos internacionais como banco internacional via o livro didático como melhor investimento para alavancar a educação pública em países em desenvolvimento. Em 1993 foi destina um fluxo regular de recursos para o PNLD e a partir de 1995 criaram-se comissões por áreas de conhecimento que, como fruto de uma série de reuniões públicas, estabeleceram critérios de avaliação mínimos para as obras didáticas a serem adquiridas pelo governo.

Assim a distribuição de livros didáticos passaria de uma rubrica somente assistencialista para outro formato que visava atender a critérios educacionais qualitativos, inclusive com intenção de fornecer ao professor subsídios para aprimoramento de sua prática docente. Essas medidas tiveram dois impactos para editoras o primeiro dele foi uma reação de alegando liberdade de mercado e de expressão acusando o governo de extar exercendo censura sobre os livros didáticos, o segundo impacto vou o processo de no início a implantação das medidas de avaliação, a reprova de muitas obras que já eram conhecidas, abrir espaço para novas editoras de menor porte que lançaram obras mais ousada do ponto de vista pedagógico. (MORENO, 2014)

A evolução do PNLD continua e vai se aprimorando até a última mudança em 2012, assim suas últimas mudanças contaram em 2010 com a distribuição Anos Iniciais – distribuição integral, Anos Finais – 2ª reposição e complementação, Ensino Médio – 1ª reposição e complementação.

“Em 2010, para utilização a partir de 2011, foram investidos R\$893 milhões na aquisição e na distribuição de 120 mil livros para todo o ensino fundamental. Houve reposição e complementação para anos iniciais, sendo plena para alfabetização linguística e alfabetização matemática de 1º e 2º anos, e distribuição integral para anos finais. Para esse segmento foram distribuídos livros de língua estrangeira pela primeira vez. Para o ensino médio, foram investidos R\$184 milhões para a aquisição e distribuição de 17 milhões de livros, para complementação e reposição da distribuição integral realizada em 2009”. (BRASIL, 2017)

Em 2011 distribuição para Anos Iniciais – 1ª reposição e complementação (plena para alfabetização linguística e alfabetização matemática de 1º e 2º ano) Anos Finais – distribuição integral (incluindo língua estrangeira), Ensino Médio – 2ª reposição e complementação. Assim

em 2012 até agora sendo a sua última expansão passando a distribuição de livros integralmente aos alunos do ensino médio inclusive a modalidade Educação Jovens e Adultos bem como a reposição e complementação do PNLD 2011 e de 2010 (BRASIL, 2017).

3.2. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO BRASILEIRO, NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO PERÍODO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

A seguir serão analisados brevemente os livros didáticos de História do Ensino Médio do Brasil, do PNLD de 2018, no total de 11. Com o intuito de perceber qual a visão, os temas trabalhados e como está sendo transmitido a imagem do Estado Novo brasileiro nos dias atuais, observando sobretudo a memória ligada a repressão, censura e tortura. Foram analisados a estrutura, os conteúdos e as atividades propostas em cada livro didático.

- **História Passado e Presente 3: do século XX aos dias atuais**, os autores são Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi e a editora Ática, ano 2017.

O livro está organizado em capítulos que integram História Geral, de Matriz Europeia, a História do Brasil, da América, da África e da Ásia, em ordem cronológica, as unidades são pensadas para contribuir com a compreensão do mundo contemporâneo. Desta forma, o volume 3, trata da temática o Estado Novo, tem como suas matrizes: ciência e tecnologia, meios de comunicação de massa, violência, ética. O enfoque tem a intencionalidade de desenvolver as reflexões sobre o passado-presente, assim reservando um espaço para textos e atividade que contribuam para problematização do mundo que o estudante está inserido. Junto apresenta uma compreensão da história, como uma escrita científica fundamentada na diversidade tipológica documental. (PNLD, 2018)

O Volume 3 está dividido em 4 Unidades e 13 Capítulos, o governo Vargas encontra-se na Unidade 2, Meios de comunicação em massa, no Capítulo 6, O Brasil durante o governo Vargas. Na introdução do Capítulo 6 é apresentado em uma caixa de texto com os objetivos daquele capítulo, junto com um texto sobre o futebol, especificamente sobre os times que anteriormente a 1942 teriam nomes italianos, alemães e japoneses e tiveram que mudar por conta de um decreto proibindo o uso termos e denominação originárias dos países inimigos. E essa atitude foi tomada no período do Estado Novo, como uma medida de censura, pois não representaria uma expressão nacionalista.

O livro dá um enfoque maior para questões sociais, principalmente abrindo espaços para debate sobre as questões raciais e de gênero. O próprio livro pela sua construção inicia-se com o governo provisório e trata de forma rápida as questões da Revolução Constituinte de

1932, passa de forma sutil nas questões ligadas ao café e aborda questões como a criação do ministério da Educação e Saúde, do mesmo modo abrindo uma discussão sobre as questões referente as leis trabalhistas, assim como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Um ponto de destaque para o material, foi de separar uma parte para a Frente Negra Brasileira, que surge em 1931, ganhando o destaque de uma página inteira para este movimento, observe a Figura 14.

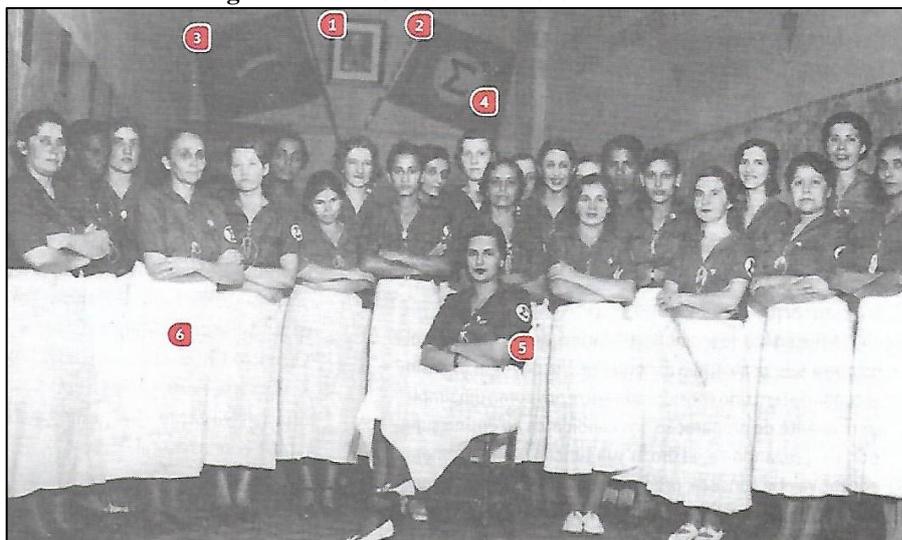
Figura 14– Movimento Frente Negra Brasileira



Fonte: AZEVEDO e SERIACOPI, 2017, p. 118

O próximo tema trabalhado são as constituições tanto de 1934 e 1937 juntamente com a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Comunista do Brasil e posteriormente trabalhado os caminhos para golpe de Estado. Neste ponto chama atenção uma análise de imagem, que o livro propõe como podemos ver nas Figuras 15 e 16.

Figura 15– Encontro de “Blusas Verdes”



Fonte: AZEVEDO e SERIACOPI, 2017, p. 122

Essa análise não é necessariamente uma atividade, mas sim um exercício de percepção feito pelo aluno auxiliado pelo professor, quanto a uma visão histórico-crítico de um documento fotográfico, sobre o Movimento Integralistas no Brasil.

Figura 16– Análise da imagem Encontro de “Blusas Verdes”

<p>1 Com estrutura rigidamente hierarquizada, o integralismo tinha no topo, como Chefe Nacional, Plínio Salgado, cuja fotografia é colocada em lugar de destaque, entre a bandeira nacional e a bandeira integralista, reforçando a ideia de respeito e obediência ao líder.</p> <p>2 A bandeira integralista era um retângulo azul, com um círculo branco no centro, com a letra grega sigma em seu interior, símbolo do movimento que remete à suástica nazista.</p> <p>3 A presença da bandeira nacional e da bandeira integralista reforça o nacionalismo, um dos princípios que caracterizavam o movimento.</p> <p>4 Na Matemática, a letra sigma indica somatória. Para os integralistas, traduzia a ideia de totalidade, o desejo de formar uma unidade nacional acima dos regionalismos.</p>	<p>5 Semelhantes aos “camisas-negras” do fascismo e aos “camisas-pardas” do nazismo, os integralistas também trajavam uniforme. As mulheres vestiam blusa verde e saia branca ou azul. Na manga das blusas usavam uma braçadeira com a letra sigma.</p> <p>6 A militância integralista era um corpo único, homogêneo, sem individualismos, o que era enfatizado pelo uniforme e pela padronização da postura. Em quase todas as fotos coletivas, as mulheres aparecem em posição ereta e de braços cruzados.</p>
--	--

Texto elaborado com base em:
 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999; BULHÕES, Tatiana da Silva. “Visualizando” a militância integralista através das fotografias produzidas pela Ação Integralista Brasileira. Disponível em: <www.historiaimagem.com.br/edicao1setembro2005/integralista.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

Fonte: AZEVEDO e SERIACOPI, 2017, p. 122

O Estado Novo de fato é abordado com as seguintes temáticas, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), uma caixa de texto para a Era do Rádio no Brasil, de forma sucinta a participação do Brasil na Segunda Guerra, do mesmo modo que aponta a política de ambiguidade quanto do Estado Novo, como as relações comerciais tanto com os aliados e o eixo. Aborda a redemocratização com foco especial nos movimentos sociais, dentre eles a União Nacional do Estudantes, dando início a um lento processo de distensão no clima sufocante do Estado Novo.

Porém, o principal questionamento que fica sobre esse material é, por um lado trabalha com os movimentos sociais, criando voz e corpo para esses movimentos, mas do mesmo modo não apresenta de forma impactante suas conquistas ou lutas, criando então a sensação que foi um período sem grandes tensões.

Deste mesmo modo, trabalha sobre o DIP e o Rádio e quase não trata das questões de tortura ou repressão resumindo em quatro linhas esse conteúdo.

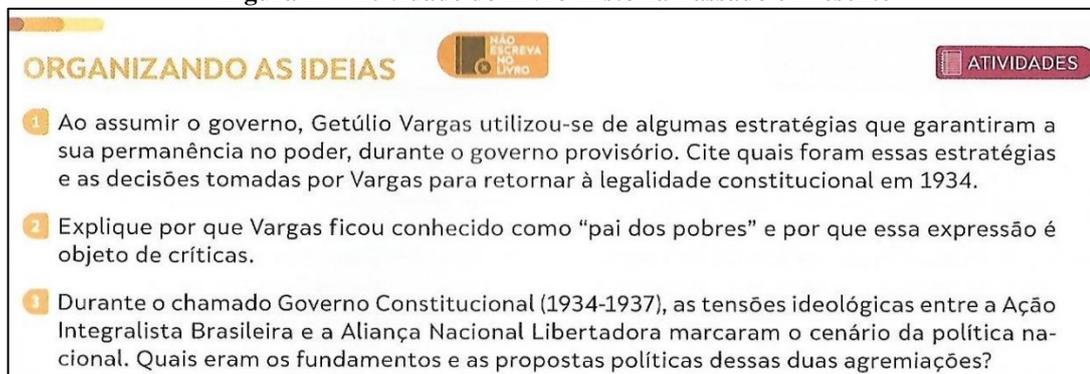
As atividades são pensadas de forma para serem,

“Intercaladas ao texto principal e às imagens, possibilitam leitura, compreensão e síntese do conteúdo histórico registrado; resolução de questões objetivas extraídas dos principais vestibulares do Brasil e do Enem; contextualização e interpretação de diversas fontes e testemunho; e reflexão crítica e argumentação sobre processos históricos. Notam-se enunciados que incentivam pesquisas de campo e na internet, com senso crítico e que problematizam questões do presente e sugerem a interpretação de linguagens contemporâneas como letras de rap e trechos de HQs, incentivando os estudantes discuti-las e a elaborarem produções autorais de diferentes gêneros

textuais, socializando-as junto aos colegas e comunidade escolar”. (PNLD, 2018, p. 25)

Na figura 17, fica exemplificado as questões sobre as atividades propostas no livro.

Figura 17– Atividade do Livro História Passado e Presente



ORGANIZANDO AS IDEIAS

1 Ao assumir o governo, Getúlio Vargas utilizou-se de algumas estratégias que garantiram a sua permanência no poder, durante o governo provisório. Cite quais foram essas estratégias e as decisões tomadas por Vargas para retornar à legalidade constitucional em 1934.

2 Explique por que Vargas ficou conhecido como “pai dos pobres” e por que essa expressão é objeto de críticas.

3 Durante o chamado Governo Constitucional (1934-1937), as tensões ideológicas entre a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora marcaram o cenário da política nacional. Quais eram os fundamentos e as propostas políticas dessas duas agremiações?

Fonte: AZEVEDO e SERIACOPI, 2017, p. 121

Além de haver as atividades intercaladas com texto, no final do capítulo é composto duas páginas contendo atividades variadas, como questões de múltipla escolha e dissertativa, além de um mapa conceitual, que ajuda a resumir e exemplificar o conteúdo lecionado.

As percepções finais do material quanto ao fencimento das questões levantada por esse trabalho, corresponde a aproximação maior com as questões sociais e culturais, sem perder a problemática política e econômica da época, mostrando uma nova problemática e novos pontos de vista do período. Em todo caso, a visão final do processo do Estado Novo brasileiro mostra-se de maneira positiva, indicando que houve tensões, mas ficam em segundo plano, criando uma memória de um tempo pacífico, assim como a temática da tortura, repressão e censura é abordado superficialmente, remetendo apenas a ser lembrada da sua existência.

- **Olhares da História: Brasil e mundo 3**, os autores são Cláudio Vicentino e Bruno Vicentino, Editora Scipione, 2017.

O livro está organizado cronologicamente e incorpora a História europeia, como da História do Brasil e do continente africano. O volume 3 abrange da Primeira Guerra Mundial até os governos brasileiro na atualidade. A abordagem da coleção trata de como o conhecimento é socialmente construído e por sua constante relação que promove entre passado e o presente, apresenta uma introdução sobre o saber histórico que se torna uma referência para todos os volumes. A organização dos conteúdos valoriza a abordagem interdisciplinar, considera uma construção de uma visão integrada e não fragmentada da realidade estudada (PNLD, 2018).

O volume 3 é dividido 2 unidades e 13 capítulos, o governo Vargas encontra-se na Unidade 1, para entender o século XX e no Capítulo 7, Brasil: a Era Vargas.

Na introdução do capítulo 7, traz uma imagem dos deputados contrário ao projeto de lei que flexibiliza as leis trabalhistas em 2015, a baixo dela um curto texto que fala da criação da CLT, no final do texto uma série de perguntas como: adaptação aos novos tempos? Retrocesso nos direitos sociais? Qual é a sua opinião sobre o tema? Buscando uma problemática atual que remete a realidade do aluno para inserir o mesmo no período a ser estudado.

Para contextualizar a temática o capítulo traz um mapa e uma linha do tempo, para ajudar a identificar tempo e espaço dos acontecimentos. O conteúdo é dividido em 4 parte; Vargas à frente do governo; Vargas e o Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937); Vargas a Ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Figura 18– Getúlio Vargas assumindo o poder no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 1930.



Fonte: VICENTINO e VICENTINO, 2017, p. 124

Nesta primeira parte é tratado das questões políticas e econômicas, principalmente as tensões entre os múltiplos movimentos que ajudaram a entrada e Vargas no poder e a crise de 1929. Em uma caixa de leitura ainda nesta parte, traz um texto do historiador Boris Fausto de 2006, com o título *Tempos de Governos “fortes”* (Figura 19), em síntese fala dos fenômenos da ascensão dos governos totalitários potencializado pela crise de 1929. É abordado também a reforma na legislação trabalhista, criando um gancho para o capítulo 10, onde a volta de Vargas ao poder em 1951. Outro ponto que chama atenção é um quadro chamado *Vivendo naquele tempo*, que acompanha uma imagem do Carnaval no Rio de Janeiro em 1942, e um texto que fala da cultura urbana no Rio de Janeiro, em síntese o texto trata das ampliação da escolaridade como fator preponderante para maior consumo de revistas e jornais, junto com o

desenvolvimento tecnológico do rádio como meio de comunicação de massas, assim como a realidade contraditória da sociedade e tensões raciais, por um lado clubes e salões para as elites e alta classe média e para a população pobre era empurrada para regiões afastas e vivia em morros.

Figura 19– Box de Leitura do Livro Olhares da História 3: Brasil e mundo

<p>No texto a seguir, o historiador brasileiro Boris Fausto apresenta aspectos do período entreguerras, no qual a implantação de regimes autoritários teve início na Europa.</p>	<p>A resposta para esses problemas, oscilando entre o autoritarismo e o totalitarismo, tinha alguns traços básicos comuns: a crença nos governos “fortes”, significando o reforço do poder do Estado, encarnado no Executivo e personificado por uma figura dominante central; a recusa a admitir como natural a diversidade de opiniões, um malefício a ser combatido com o cerceamento da liberdade de expressão; a crença na capacidade dos técnicos, a serviço da eficiência do governo, em detrimento da ação dos políticos; a opção pela representação de interesses na forma corporativa, sob o guarda-chuva do Estado, e a conseqüente descrença na representação política individual, expressa no sufrágio universal.</p>
<p>Tempos de governos “fortes”</p> <p>No mundo dos anos 1930, parecia não haver lugar para os liberais. O fenômeno da implantação de regimes autoritários começara a ocorrer na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão do fascismo na Itália, em 1922. A crise aberta de 1929 iria potencializar essa tendência, na medida em que a suposta agonia do capitalismo vinha acompanhada da suposta agonia de seu correlato – a liberal-democracia. Os problemas da sociedade e do sistema político pareciam residir no individualismo; na política partidária, que fragmentava o organismo de uma nação; nos parlamentos ineficientes e representativos de interesses mesquinhos.</p>	 <p>FAUSTO, Boris. <i>Getúlio Vargas: o poder e o sorriso</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 69-70.</p> <p>Mussolini, líder fascista italiano, discursando para a juventude fascista. Foto produzida na década de 1930.</p>

Fonte: VICENTINO e VICENTINO, 2017, p.125

A segunda parte dará continuidade ao debate das tensões políticas que tem seu ápice com a Revolução constitucionalista de 1932, mesmo com a derrota no campo de batalha a constituição de 1934 foi um avanço em vários campos inclusive no campo eleitoral e político.

A terceira parte abrange a polarização, de um lado os movimentos baseados no fascismo como Ação Integralista Brasileira, do outro a expansão da Aliança Nacional Libertadora, outra questão abordada é das oligarquias, coronéis e o meio rural brasileiro que sofre com a miséria. Da mesma maneira que explica como golpe para instalação do Estado Novo.

Na quarta parte é tratado alguns aspectos do regime, como as questões do Departamento de Imprensa e Propaganda, a repressão em nota citado o Livro *Falta alguém em Nuremberg* junto com uma explicação dos mecanismos de tortura, do mesmo modo mostra alguns intelectuais que foram perseguidos pelo regime, dedicando um parágrafo para Olga Benário Prestes. Mostra como era a relação dos trabalhadores com o Estado, que apesar dos avanços da CLT, mantém um rígido controle dos trabalhadores por meio da submissão dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, do mesmo modo que essas mediações feita pelos

“pelegos”. A quarta parte também trabalha a economia no governo Vargas e posteriormente a deposição de Vargas. Um dos pontos que é passado de forma sutil pela obra é a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que é citado na deposição de Vargas do poder onde foi umas das influencias para sua saída.

As atividades deste capítulo encontram-se no final nas últimas duas páginas, composto por atividades descritivas e múltiplas escolhas além de atividade de análise de fonte primária, observe a Figura 20.

Figura 20- Atividades do Livro Olhares da História 3: Brasil e Mundo

Retome	
1.	Em que medida o contexto internacional dos anos 1930 favoreceu a ascensão de Getúlio Vargas ao poder?
2.	O que foi a Revolução Constitucionalista de 1932? Quais foram seus resultados e desdobramentos? É possível afirmar que se tratou de uma revolução, considerando-se o significado histórico do termo?
3.	É possível afirmar que os conflitos no campo, característicos da Primeira República, foram superados na Era Vargas? Justifique sua resposta.
4.	Aponte semelhanças e diferenças entre o Estado Novo e os regimes nazifascistas europeus.
5.	Que relações podem ser estabelecidas entre o fim da Era Vargas e o término da Segunda Guerra Mundial?

Fonte: VICENTINO e VICENTINO, 2017, p.140

Em linhas gerais esta coleção, no que tange as questões levantas deste trabalho trata com um enfoque maior nas tensões entre os atores que podem influenciar no poder e o Estado Novo, desta maneira mostrando que apesar de ser um Estado ditatorial sofreu pressões sociais econômicas e políticas colocando em risco muitas vezes sua posição de autoridade máxima. Este material trabalha de forma clara e especifica sobre a tortura, repressão e censura abrindo um espaço para discussão desta temática.

- **História Global**, escrito por Gilberto Cotrim, Editora Saraiva, 2016.

O Livro está organizado pela perspectiva cronológica e integra conteúdos relacionados à História da Europa da África, da Ásia, da América e do Brasil, com ênfase em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. O volume 3 está dividido em 4 unidades com total de 15 Capítulos a temática trabalhada encontra-se na unidade 2, República e Sociedade, no Capítulo 8, Era Vargas.

O conteúdo do Capítulo 8, trabalha primeiramente com a crise econômica de 1929, a crise política das elites de São Paulo e Minas Gerais, ligada com a Aliança Liberal desenvolvendo o percurso até a o movimento rebelde de 1930, assim criando um *background*

para entrada do Governo provisório, onde é abordado o movimento constitucionalista de 1932, o código eleitoral e voto feminino. Com a constituição de 1934 o Capítulo 8 aborda o Governo constitucional e as agitações políticas e sociais, abre espaço para as questões do indígena na Constituição, aborda a expansão dos movimentos de extrema direita como Ação Integralista, inspirada em influência nazifascistas e por outro lado a Aliança Nacional Libertadora composta por socialistas, anarquistas e comunistas, versa sobre a intenção comunista. Em um box nomeado de *Em destaque*, conta a história de Nise da Silveira.

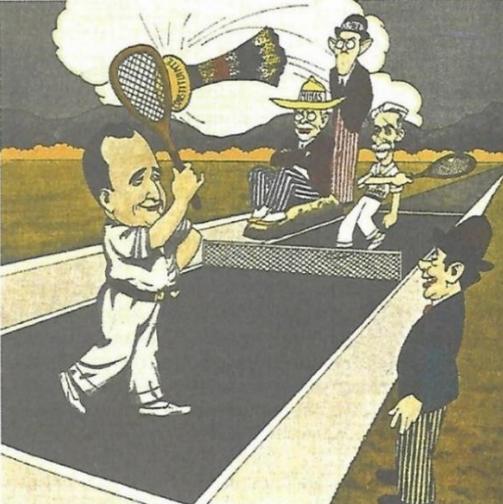
O plano Cohen é abordado como uma farsa apenas de pré-texto para entrada do Governo ditatorial é descrito pelo estado de emergência, fim do federalismo, supressão das instituições democráticas. Nos mecanismos de imprensa e propaganda do regime foi responsável pelos programas radiofônicos além de censurar meios como revistas jornais e teatros também de passar a imagem de Vargas como um “Salvador da Pátria”. O capítulo também trabalha com o Brasil na Segunda Guerra e o fim do Estado Novo. Em sua última parte, trata da temática trabalho e sociedade, onde aborda temas como a agricultura, industrialização, legislação do trabalho e populismo.

Nas seções que atravessam os capítulos do Livro do Estudante, há investimento em atividades que exploram o desenvolvimento das habilidades de leitura iconográfica e interpretação de fontes diversas, a expansão do conhecimento a partir da sugestão de sites, livros, filmes e revistas. Destaca-se, também, o empenho nas propostas de atividades e na ampliação da capacidade investigativa do estudante, evidenciando preocupação com as questões de cidadania (PNLD, 2018).

Figura 21– Interpretação de Fonte: Jogo Político, Livro História Global 3

Interpretar fonte **Jogo político**

A caricatura ao lado mostra Getúlio Vargas jogando peteca com o “Rio Grande”, sendo observado por “Minas” e “S. Paulo”. Observe que a peteca tem nome: “Constituinte”.



Caricatura de Alfredo Storni publicada na revista *Careta*, em 14 de maio de 1932.

- De acordo com o que você estudou, interprete a caricatura: como Getúlio Vargas lidava com as pressões dos estados? Por que a peteca se chama “constituinte”?

Fonte: COTRIM, 2017, p. 128

As atividades demonstram:

“Na abordagem histórica, através de proposição de atividades e análise de textos escritos e iconográficos, apresentam-se possibilidades de relacionar passado e tempo presente no tratamento dos conteúdos históricos no Livro do Estudante. Estas propostas, que aparecem em boa quantidade, conduzirão ao desenvolvimento das habilidades de leitura e análise pelos estudantes, pois a obra propõe situações que permitem a construção de argumentos e de desenvolvimento do pensamento crítico. Destaca-se que a obra contempla procedimentos metodológicos que oferecem uma concepção de história galgada nos procedimentos científicos próprios da área da Ciência da História. Conceitos como seletividade, provisoriade e incompletude, são visíveis nas entrelinhas dos variados textos, assim como o rompimento com as metanarrativas”. (PNLD, 2018, p. 36)

No âmbito da discussão sobre as questões de repressão, tortura e censura, é apenas mostrado a questão da propaganda como forma de censura, mas outros aspectos desta temática acabaram ficando de fora do material.

História 3, autores: Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos, pela editora Saraiva, ano 2016.

O material do livro está organizado em ordem cronológica e o conteúdo histórico estruturado de forma a integrar aspectos das histórias da Europa, América, África, Ásia e Brasil, assimilando a história dos povos não europeus, incluindo indígenas e afro-brasileiros, assim como temas sociais. Uma das suas abordagens são temas como política, economia, cidadania e conflitos sociais. A proposta do livro aborda a capacidade apresentar, argumentos de raciocinar criticamente e de desenvolver o pensamento histórico dos estudantes, de modo a compreender as situações da sua vida cotidiana e do seu tempo (PNLD, 2018).

O conteúdo sobre a temática estuda encontra-se na Unidade 1, Revoluções e Guerras, no capítulo 7: O Brasil na Era Vargas.

Na introdução do Capítulo 7 traz uma pintura de Portinari, que representa o trabalho do homem brasileiro, os sofrimentos do povo e a cultura popular, junto com um texto introdutório fazendo um resumo de toda a unidade e usando uma citação do historiador Boris Fausto.

O capítulo está dividido em 6 subcapítulos. O primeiro dele trata do processo da entrada de Vargas no poder e a implantação do governo provisório, com foco nas questões dos trabalhadores e nas mudanças da educação e saúde, junto com as tensões políticas exercida sobre os governos pelos vários grupos que o orbitavam. Entrando, na criação da Constituição e a guerra civil com São Paulo. No subcapítulo 2, tem o foco nos grupos sociais e a crescente polarização entre esquerda e direita, o conteúdo sobre estes dois grupos é inserido da seguinte

maneira, de um lado da página a Ação Integralista Brasileira e na outra a Aliança Nacional Libertadora, comparando o histórico, quantidade de membros, figuras importantes que fizeram parte de ambas e sua importância histórica.

Em seguida explica a insurreição comunista de 1935, do mesmo modo um *box* para explicar quem foi Olga Benário, ainda em outro quadro nomeado de outra dimensão *Conflitos Sociais* fala da luta do movimento negro. Na terceira parte aborda o Estado Novo em seu projeto Nacional, a industrialização, as políticas indigenistas e marcha para o oeste, além de abordar as estratégias econômicas tomada pelo governo. No outro subcapítulo aborda as políticas culturais, falando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) e outros órgãos que vão ser criado para salvaguarda do patrimônio através do ministério da Educação.

O subcapítulo 5 versa sobre o Brasil na Guerra, esse tema é tratado de forma superficial apenas para contexto político do capítulo, em sua última parte, o Estado e classe trabalhadora, basicamente um resumo da situação do trabalhador, antes, durante e posterior ao governo Vargas, do mesmo modo mostra o peso dos movimentos dos trabalhadores em buscas dos direitos trabalhistas. No final do capítulo, além de trazer as atividades traz *boxes* de conceitos como diretos civis, políticos e sociais na era Vargas e uma análise de imagem com o título *Imagens contam a história*. Nas suas atividades estão divididas em questões dissertativa interpretação de texto, questões de múltipla escolha.

Sobre o material e quanto as questões que permeiam a problemática do trabalho, abrange as tensões sociais e políticas da época, onde seu principal foco é para questões sociais e para sujeito histórico, buscando a história das minorias e dos esquecidos como negros e indígenas, observe a Figura 22.

Figura 22– Política indigenista e a Marcha para o Oeste, livro História 3



Comunidade indígena bororo, no antigo estado do Mato Grosso, na segunda metade dos anos 1930.

Fonte: VAINFAS, et al., 2017, p. 119

Em relação as atividades propostas neste livro didático, são diversificadas, contendo questões referentes aos fatos mais importantes do período, além de texto com reflexões sobre os temas abordados, conexões entre a História e a Literatura e também questões do Enem, como podemos observar na Figura 23.

Figura 23 – Atividade do Enem, livro História 3

 Vamos testar?		
1. (Enem-2015)	<i>à influência dos mandatários.</i>	b) combateu as fraudes sistemáticas nas apurações.
<i>A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, como parte de uma ampla reforma no processo eleitoral incentivada pela Revolução de 1930. Sua criação foi um grande avanço institucional, garantindo que as eleições tivessem o aval de um órgão teoricamente imune</i>	TAYLOR, M. Justiça Eleitoral. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. <i>Reforma política no Brasil</i> . Belo Horizonte: UFMG, 2006. Adaptado.	c) alterou as regras para as candidaturas na ditadura.
	Em relação ao regime democrático no país, a instituição analisada teve o seguinte papel:	d) impulsionou as denúncias de corrupção administrativa.
	a) implementou o voto direto para presidente.	e) expandiu a participação com o fim do critério censitário.

Fonte: VAINFAS, et al., 2017, p. 119

Por fim, no que se trata da repressão, tortura e censura dedica-se apenas a falar sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda e no seu quesito de coordenação da propaganda política. As escolhas do material acabam ter uma postura de maior interação social, com alguns aspectos da história política e econômica o principal sujeito abordado é a figura do trabalhador que se encontra desde a primeira página até as atividades. A estrutura do material chama atenção em sua margem superior das páginas pode-se ver uma data conforme o passar das páginas, a data vai avançando, criando uma sensação do passar do tempo reafirmando sua estrutura em ordem cronológica.

- **Cenas da História 3**, de Cândido Grangeiro, da editora Palavras Projetos Editoriais, ano de 2016.

O material é estruturado com os conteúdos substantivos a partir de dimensões cronológicas sequencial, possibilita o diálogo entre passado e o presente, no volume 3 trata da história contemporânea, do século XIX ao tempo presente e contempla as articulações entre História, imprensa e comunicação (PNLD, 2018).

A temática encontra-se Unidade 2, Mundo em guerra no capítulo 10, Entre guerras: o Brasil e o mundo, no tópico 5, a Era Vargas.

O conteúdo deste tópico no capítulo consiste em um resumo rápido por todo o Governo Vargas, do período desde 1930 a 1945 em duas páginas, fazendo uma trajetória política, onde o conteúdo passa crise de 1930, governo provisório, constituinte de 1932, grupos de extrema direita e esquerda, golpe do Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda e a queda do Estado Novo.

Como a parte do Estado Novo é muito pequena, acaba por ter apenas uma visão geral em forma de resumo dos principais acontecimentos, por conta de uma análise muito mais ampla que o material pretende tratar na Unidade o Mundo em guerra, assim a ditadura do Estado Novo brasileiro acaba entrando como mais para contextualizar os governos totalitários. Como podemos observar na Figura 24, da atividade sobre o tema.

Figura 24— Amplificador, para rever. Atividades do livro *Cenas do História 3*

AMPLIFICADOR

PARA REVER

1. Estabeleça alguns dos principais contrastes entre os anos anteriores e posteriores à Primeira Guerra Mundial, levando em consideração:
 - a) o mundo;
 - b) o Brasil.
2. Defina:
 - a) linha de montagem,
 - b) estilo de vida americano (*American way of life*) e
 - c) homem que faz (*self mademan*).

Escreva, ao final, um parágrafo relacionando esses três conceitos.
3. Relacione os acontecimentos do Brasil, nos anos 1920, ao que ocorria nos Estados Unidos e na Europa nesse mesmo período. Leve em consideração as ideias de ruptura – quais as principais mudanças – e de novos sujeitos históricos.
4. Explique: O que foi a crise de 1929? Como foi possível que ela ocorresse naquele contexto histórico? Quais suas principais consequências para os Estados Unidos e para outros países, especialmente na Europa, e para o Brasil?
5. Defina fascismo e nazismo. Mencione as condições para seu surgimento e crescimento considerando o contexto histórico em que isso ocorreu.
6. Escreva um texto discutindo se o Movimento de 1930 foi uma revolução ou não foi. Leve em consideração os grupos sociais que lideraram o evento e os acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos nos dez anos seguintes.

Fonte: GRANGEIRO, 2016, p. 181

Enfim, em relação a repressão, tortura e censura o livro remete apenas a existência do DIP e sua propaganda do governo, não especificando a fundo o conteúdo.

- **Conexões com a História 3**, escrito por Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira, pela editora Moderna, 2016.

O livro está organizado em uma ordem cronológica, suas principais referências são a História Europeia, integrada com a História do Brasil, da América, da África e do Oriente, evidenciando a articulação entre processos e contextos históricos da Pré-história ao mundo contemporâneo. A diversidade de fontes históricas caracteriza a proposta da obra possibilitando o desenvolvimento e compreensão da escrita da história, como um processo dinâmico que se refaz a partir de métodos, teorias e fontes (PNLD, 2018).

A temática encontra-se na Unidade 2, Totalitarismo e Autoritarismo: A caminho da guerra total, no Capítulo 6, Vargas e o Estado Novo no Brasil.

O conteúdo do Capítulo 6 introduz o período com um texto intitulado *Autoritarismo e Nacionalismo*, além de um quadro com os objetivos e palavras-chave, no mais acrescenta uma imagem de uma pintura feita por Portinari, *Café* (1935). O capítulo desenvolve seu tema em 4

subtemas: A crise do liberalismo no Brasil, O Governo Constitucional (1934-1937), O Estado Novo, Cotidiano e Cultura, o fim do Estado Novo.

O livro aborda também a crise do liberalismo no Brasil, primeiramente as questões econômicas como a crise 1929, assim como a crise política sofrida com a perda da hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, de certo modo consequente da crise econômica, por sua vez a revolução de 1930, com o gatilho a morte de João Pessoa, onde o livro didático aponta que foi por um adversário político. Mas outras fontes indicam outras causas, segundo Fausto (1994) e Schwarcz e Starling (2015), indicam que foram questões de foro privado e público³⁰. Com a revolução instaurada inicia-se o governo provisório, assim dá início o plano de Vargas de centralização de poder, a principal tensão do governo provisório é a revolução de 1932, onde a oposição paulista gera um conflito armado de três meses.

Na página 102, chama-se atenção quanto a seção *Controvérsias*, que coloca em pauta 1930 como um Golpe ou Revolução, apresentando dois textos com pontos de vista diferentes, observe as Figuras 25 e 26, com a intencionalidade de mostrar a complexidade da construção do conhecimento histórico.

Figura 25– Texto 1, livro Conexões com a História 3

Texto 1

“A partir de 1930 ocorreu uma troca de elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens e, um pouco mais tarde, os industriais. Desde cedo, o novo governo tratou de centralizar em suas mãos tanto as decisões econômico-financeiras quanto as de natureza política. Desse modo, passou a arbitrar os diversos interesses em jogo. O poder de tipo oligárquico, baseado na força dos Estados, perdeu terreno. [...] Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos [...]. Tentando juntar estes elementos em uma síntese, poderíamos dizer que o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana.”

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012. p. 181-182.

Fonte: ALVES e OLIVEIRA, 2017, p.102

³⁰ Sobre a morte de João Pessoa ver: FAUSTO, B. Boris Fausto - História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 323. SCHWARCZ, L.; STARLING, H. Brasil: Uma biografia. Lisboa: Temas e Debates, 2015, p. 362.

Figura 26– Texto 2, livro Conexões com a História 3

Texto 2

“Vargas, que se tornaria principal liderança do movimento insurrecional de 1930, ascendeu à presidência num quadro de rearranjos das oligarquias regionais abaladas com a grande crise de 1929. [...] Centralizador, pertencente a uma facção das oligarquias gaúchas, Vargas aprimorou, em nome de um projeto nacional, um sistema de hábeis manipulações, em que a eliminação das dissidências foi a pedra angular. O movimento de 1930 [...] não configura uma revolução, pois não provocou mudança radical – nem dela foi expressão – nas estruturas de produção e de distribuição da propriedade rural e urbana, nem nas do capital.”

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2008. p. 640-641.

Fonte: ALVES e OLIVEIRA, 2017, p.102

Os dois recortes de texto abordam o período de transição de 1930, porém cada um dele com uma visão de um historiador diferente, representando assim a ideia da história ter múltiplos entendimentos e sua complexidade como ciência. Destes textos há também uma atividade interessante, como podemos observar na Figura 27.

Figura 27– Questões sobre o texto 1 e 2, livro Conexões com a História 3

Questões Registre em seu caderno.

1. Qual dos dois textos expressa a opinião de que o movimento de 1930 foi um golpe? Justifique sua resposta.
2. Quais são os pontos em comum e as divergências entre as opiniões expressas nos dois textos?
3. Qual é a importância de um debate historiográfico como esse?

Fonte: ALVES e OLIVEIRA, 2017, p.102

Em seguida tratará sobre o governo Constitucional (1934-1937), que mesmo derrotado militarmente, ainda os paulistas conseguiram sair vitoriosos do ponto de vista moral, desta forma, Getúlio cede a algumas exigências paulistas, assim ainda em 1943, a constituição estabelece uma série de direitos. Neste mesmo contexto apresenta os movimentos integralistas e a Aliança Nacional Libertadora, além de tratar da intentona comunista e o plano Cohen, o mesmo plano e visto como uma manobra política para instaurar uma ditadura, o principal foco é para as questões políticas e tensões entre os movimentos político-partidários.

Outro tema falado foi O Estado Novo, armado com essa manobra em 1937, o golpe e dado e legitima a permanência de Vargas no poder, suspendendo as eleições previstas, junto

com Estado Novo é legítima, os órgãos de controle assim aprimorando, a polícia secreta e os métodos de repressão. Seu principal foco é para as políticas econômicas e a valorização do trabalho, assim como a consolidação das leis do trabalho.

O tema seguinte é o Cotidiano e cultura, nesta temática é trabalhado sobre as questões da educação, teatro, cinema e rádio. Abrindo uma parte para a história do cinema brasileiro no início do século XX, do mesmo modo a expansão do rádio e sua era de ouro, o braço direito do Estado, encontrava-se em todos esses setores inclusive na música e as primeiras escolas de samba eram manipuladas politicamente.

O último tema foi O fim do Estado Novo, as relações econômicas entre o EUA e o Brasil é fundamental para entrada do país na guerra do mesmo modo que a contradição posterior a Segunda Guerra Mundial, por conta da luta contra o totalitarismo coloca em cheque o Estado Novo brasileiro, as pressões sobre o governo é colocado por um lado a sociedade civil e o por outro o desentendimento entre Vargas e os militares da alta cúpula. Exemplificando a deposição de Vargas como processo de desgaste do governo.

As atividades encontram-se na última página do capítulo e são questões dissertativas, múltipla escolha, além de análise de imagem, documentos, junto com atividades de pesquisa e debate em sala de aula. O tema das questões varia de política, cultura e sociedade do Capítulo 6, abordando a era do rádio, fatores que contribuíram para ascensão de Vargas à presidência, a relação de ambiguidade entre ditador e Pai dos pobres, além de um debate sobre a lei 4.330.

Figura 28– Os órgãos de controle do Estado Novo, livro Conexões com a História

Os órgãos de controle do Estado Novo

Prosseguindo com a perseguição política iniciada em 1930 contra ideias e pessoas consideradas adversárias do regime, Vargas aprimorou os métodos de repressão. A Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), a polícia secreta instituída por ele ainda no Governo Provisório, em 1933, passou a exercer severo controle físico e ideológico sobre os descontentes com o Estado Novo e os que se opunham abertamente a ele.

Aliado à repressão estava outro importante órgão, o **Departamento de Imprensa e Propaganda** (DIP). Criado em 1939, o DIP era responsável pela formação de uma ampla opinião pública em favor do regime. A importância desse departamento era tamanha que estava subordinado diretamente à presidência da República.

Fonte: ALVES e OLIVEIRA, 2017, p. 105

O material no âmbito das propostas da dissertação, quanto os mecanismos de repressão, tortura e censura apresentam uma visão de aprimoramento e identifica o órgão Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), onde posteriormente esta estrutura

será aproveitada para criação do DEOPS, na ditadura de 1964. Da mesma forma apresenta o órgão o Departamento de Imprensa e Propaganda (Figuras 28 e 29), demonstrando que os dois órgãos trabalhavam de forma conjunta para reprimir e propagar o Estado Novo.

Figura 29 – Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), livro *Conexões com a História*

<i>Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)</i>	
<p>A criação do DIP atesta o grau de intervenção do Estado Novo nos processos sociais de comunicação, propaganda, radiodifusão, cinema, teatro, turismo, imprensa etc. Foi fundamental para a afirmação do projeto político-ideológico de Vargas, pois censurava qualquer ideia desfavorável ao governo e veiculava uma imagem sempre positiva do ditador e de suas realizações.</p>	<p>As principais atribuições do DIP eram as seguintes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e difundir propagandas do Estado Novo e de Getúlio Vargas. • Promover manifestações cívicas e culturais. • Exercer a censura sobre a imprensa e os meios de comunicação em geral. • Promover exposições demonstrativas das atividades do governo. • Produzir e divulgar o noticiário oficial.

Fonte: ALVES e OLIVEIRA, 2017, p.105

Como descritos nos dois recortes acima identifica e exemplifica a relação do Estado Novo com seus mecanismos de controle social, único ponto não abordado neste capítulo é os mecanismos de torturas utilizados pelos agentes do DESPS, mas identifica que esta prática estava presente no Regime.

- **Por dentro da História**, escrito por Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes, Editora Escala Educacional, ano de 2016.

O material apresenta uma organização curricular que integra a História do Brasil, América, África, Ásia e Europa.

“está compostas por capítulos que abarcam, no primeiro volume, desde os primórdios da humanidade até o século XVIII; o segundo recobre da crise do Antigo Regime e do sistema colonial até os primórdios do século XX; enquanto o terceiro aborda da Primeira Guerra Mundial às questões do tempo presente no Brasil e no mundo (PNLD, 2018, p. 61).

A ênfase na análise de situações de desigualdade nas diversas sociedades ao longo da história, juntamente com questionamentos sobre os processos de sua construção, que possibilita a interrogar sobre situação do mundo contemporâneo e compreender a trajetória de gerações passadas. A coleção apresenta narrativa cronológica e sequencial no texto principal, com ênfase na história política que é complementada com textos e atividades que oferecem oportunidade de investigação, formulação de hipóteses e diálogo entre diferentes áreas do conhecimento.

A temática encontra-se na Unidade I O mundo em Guerra, no capítulo 5 A Era Vargas. Dentro do capítulo 5, a divisão do conteúdo é Por dentro da História, Época de mudança, Nova ordem na casa, O Estado Novo e Época de Democracia.

A introdução do Capítulo traz um *box* com um texto sobre a formação da cultura brasileira, como o elemento da feijoada, o futebol e o samba anteriormente criminalizado, agora uma música genuinamente brasileira.

Destaca a Época de mudanças e aborda uma série de conceitos que estão inerentes ao longo de todo período da era Vargas, repressão, industrialização, carteira de trabalho, pai dos pobres, além de sempre ressaltar que esse período é de maior contradição, por conta de sua trajetória. Na figura 30 traz um quadro onde explica a divisão histórica do período.

Figura 30– O Estudo da História, livro Por Dentro da História 3

• O ESTUDO DA HISTÓRIA •	
<p>Tradicionalmente, os historiadores dividem a Era Vargas (1930-1945) em três momentos, conforme a natureza do governo predominante em cada período:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Governo Provisório</i> (1930-1934), tempo em que Vargas concentrou poder e governou sem Constituição; • <i>Governo Constitucional</i> (1934-1937), após a aprovação de uma Constituição (1934), que restituía a divisão de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), foi escolhido pelo Legislativo como presidente do país; 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Estado Novo</i> (1937-1945), período no qual Getúlio instaurou uma ditadura, com fortes mecanismos de repressão. <p>Em 1945, Getúlio Vargas acabou deposto por um golpe, com a presidência passando a ser ocupada, no ano seguinte, por Eurico Gaspar Dutra, após vencer eleições diretas. Vargas voltaria ao poder em 1951, desta vez escolhido pela população em eleição direta (assunto do capítulo 11).</p>

Fonte: CERQUEIRA e PONTES, 2016, p. 65

Em seguida fala da Nova ordem na casa, relaciona as alianças criadas durante a Revolução de 1930 e como Vargas lida com as expectativas e tensões posta em sua figura no poder, assim o mesmo aproxima-se de membros dissidentes das oligarquias e descartar quem opunham ao fortalecimento de seu poder. Porém, essas tensões explodem em 1932 e a partir das novas regras o governo provisório apresenta mudanças significativas pela primeira vez na história do país. O principal foco desta parte é para processo de tensão entre a tentativa de Vargas se manter no poder e a busca de eleições. Acompanha um *box* denominado *O Estudo da História* sobre o Movimento de 1932, um intenso debate, da autora Emília Viotti da Costa que em 1982 que traz o ponto de vista do regime, quanto ao movimento de 32 e a visão dos paulistas revolucionários.

Depois tratará do Governo Constitucional, onde a principal abordagem é o conflito ideológico entre a vertente do fascismo brasileiro e os adeptos do comunismo, porém, mesmo esse conflito criando cenas violentas e confronto dos dois lados, essa polarização termina com

o braço forte do Estado silenciando os dois lados e em 1937 planeja e executa um golpe para entrada de uma ditadura.

Em seguida falará do Estado Novo, o foco é a definição das características, assim como a reorganização das liberdades individuais, que foram restringidas. E ressaltar as características da política econômica e industrial. E faz uma breve comparação entre a ditadura brasileira e as ditaduras alemãs e italianas e contextualiza a força que a propaganda exerceu no regime através da multiplicidade dos meios de comunicação prioritariamente o rádio.

“Apesar das semelhanças com o fascismo, a ditadura Vargas tinha várias diferenças em relação aos regimes totalitários da Alemanha e Itália. O sistema repressor, apesar das torturas e mortes não chegou a ser tão cruel quanto os dos países europeus. Na segunda guerra mundial, o governo optou por se alinhar ao bloco que combatia o fascismo. No Brasil não foi instituído um partido único, responsável por intermediar as relações com a população”. (SANTIAGO, CERQUEIRA, PONTES, 2017, p. 71)

Por fim, a Época de democracia, a ênfase no desgaste do regime principalmente com o final da Segunda Guerra Mundial, além de pressões internas e externas por grupos buscando a volta da democracia, mesmo existindo um movimento “*queremista*” que apoiava Vargas no poder o mesmo acaba cedendo e depois de 15 anos terminava a era Vargas.

As atividades estão espalhadas por todo capítulo, além do final do mesmo, são todas dissertativas estão divididas em *História em discussão*, que busca resposta sobre a história política e econômica, além de abordar algumas temáticas como por exemplo a questão 4:

“Durante o Estado Novo, as liberdades individuais foram restringidas, e foram proibidas as greves e a livre associação dos trabalhadores. Apesar disso, a ditadura de Getúlio Vargas parecia não sofrer uma oposição que ameaçasse sua existência. Explique como esse governo manteve controle sobre a opinião pública”. (SANTIAGO, CERQUEIRA, PONTES, 2017, p. 74)

A questão acima aborda a censura, repressão e propaganda do regime. Juntamente com estas questões o livro traz um *box* debatendo a história: *A figura de Vargas, uma avaliação*, com o texto de Edgar De Decca, um homo politicus na era das massas, in Revista História Viva. Seguindo de três perguntas que criam um debate histórico pedindo ao aluno que se posicione perante a este debate. Da mesma forma, aplica atividade de preservação de patrimônio com pesquisas no site SPHAN, para levantar os principais bens culturais da região ou cidade remetendo ao governo Vargas, com seu esforço para construir a imagem do brasileiro.

Em linhas gerais o material trabalha com questões sensíveis da Era Vargas, a principal tecla batida no capítulo é sobre ser um governo controverso. A questão da repressão, tortura e censura faz presente no capítulo todo, assim como as tensões entre os grupos sociais, políticos e econômicos sobre o governo de Vargas que apesar de estar a frente de uma ditadura a mesma foi cheia de percalços, sem os mecanismos de controle, não teria conseguido manter-se no poder.

O capítulo explora também algumas questões sociais como a posição do negro na sociedade brasileira e a valorização da cultura popular em específico, a figura do malandro como propaganda.

- **História Sociedade & Cidadania**, Alfredo Boulos Júnior, Editora FDT, ano de 2016.

É organizada de forma cronológica e o volume 3, que inicia com acontecimentos do século XIX até os dias atuais com a Nova Ordem Mundial.

A coleção apresenta, em cada volume, quatro unidades temáticas, organizadas de forma cronológica, com ênfase nas dimensões política e econômica. O volume 1 expõe acerca dos primeiros grupos humanos que habitam o planeta, passando pela antiguidade até acontecimentos dos séculos XV e XVI; o volume 2, da chegada dos europeus na América até o século XIX, dando ênfase maior à história europeia e americana; e o volume 3, que inicia com acontecimentos do século XIX até os dias atuais com a Nova Ordem Mundial.

“O enfoque recai no desenvolvimento das competências de leitura e escrita por meio de textos e documentos variados, disponibilizados ao longo da obra. Os princípios éticos, em sua historicidade, são respeitados, destacando-se a abordagem da figura das mulheres enquanto sujeitos da história e sua presença em diferentes espaços sociais, além de evidenciar a questão da diversidade étnico-racial e a compreensão da pluralidade cultural e social do país. A história-problema, abordagem teórico-metodológica apresentada pela coleção, é efetivada nas seções, nos textos e nas atividades, de forma articulada, demonstrando que o conhecimento histórico é concebido como resultado de um processo cientificamente produzido, principalmente por meio do tratamento dispensado às fontes”. (PNLD, 2017, p. 66)

A temática encontra-se na unidade 2, Propaganda política, esporte e cinema no capítulo 6, A era Vargas, o conteúdo deste Capítulo é dividido em: Movimento Tenentista, a Coluna Prestes, O Movimento/ Revolução de 1930 e O primeiro governo Vargas.

A introdução do Capítulo traz a comparação de uma música antes e depois de ser aderida pelo governo de Vargas, o Bonde de São Januário, como podemos ver na Figura 31.

Figura 31 - O bonde de São Januário, livro História Sociedade & Cidadania

O bonde de São Januário	O bonde de São Januário
(Primeira versão)	(Segunda versão)
Quem trabalha não tem razão	Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar	Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário	O bonde São Januário
Leva mais um sócio otário	Leva mais um operário
Sou eu que não vou trabalhar	Sou eu que vou trabalhar

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990, p. 43. (História em documentos). O bonde de São Januário (Ataulfo Alves/Wilson Batista) © 1958 by Todamérica Edições Ltda./ADDAF

Fonte: BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 108

Sobretudo, este livro não aborda a temática de forma tradicional, mas sim apresenta o conteúdo através dos conflitos políticos e sociais. Deste modo, o primeiro tópico da unidade é o Movimento Tenentistas, seguida pela Coluna Prestes e posteriormente o Movimento/Revolução de 1930, assim dando uma ênfase maior para o contexto anterior a formação do Estado Novo, mostrando que a unificação de grupos descontentes com a política através da Aliança Liberal, que teria o candidato Getúlio Vargas.

Na Figura 32, há uma atividade específica no quadro *Para Refletir*, onde mostra a teoria de dois historiadores sobre os acontecimentos de 1930, Boris Fausto e Edgard De Decca.

Figura 32– Para refletir: Revolução de 30: quem a fez?, livro História Sociedade & Cidadania

Para refletir 

Revolução de 30: quem a fez?

Para vários historiadores, como Boris Fausto, o movimento de 1930 foi uma **disputa de poder entre diferentes grupos oligárquicos**, que acabou com a vitória das oligarquias de Minas, Rio Grande do Sul e parte das oligarquias da região hoje chamada Nordeste (Paraíba, por exemplo). Portanto, para esse historiador, o que ocorreu em 1930 foi uma revolução feita por grupos oligárquicos que queriam mais poder no Estado e, assim, inauguraram um período de transformações importantes para o país.

Já outros historiadores, como Edgard De Decca, discordam disso. De Decca afirma que o que aconteceu em 1930 foi um **golpe** dos setores urbano-industriais e tenentes de classe média contra o operariado. Diz também que a ideia de que em 1930 houve uma revolução é uma “invenção” dos vencedores; isto é, de Getúlio Vargas e seus aliados. Para os vencidos, ou seja, para o operariado, a disputa pelo poder já tinha sido definida em 1928, quando o movimento operário foi esmagado. Para esse historiador, ocorreu o controle da classe operária.

Independentemente de uma versão ou de outra, o episódio ocorrido em 1930 se transformou em um importante marco da história do Brasil, sendo conhecido como “Revolução de 1930”.

a) O historiador Boris Fausto vê a ascensão de Vargas como uma revolução que resultou da disputa de poder entre diferentes grupos oligárquicos. Essa disputa acabou com a vitória das oligarquias de Minas, do Rio Grande do Sul e de parte das oligarquias do Norte.

a) Como o historiador Boris Fausto vê o episódio que levou Vargas ao poder em 1930? Explique.

b) O historiador Edgar De Decca vê a ascensão de Vargas ao poder como um golpe dos setores urbano-industriais e tenente de classe média contra o operariado. Segundo ele, a ideia de que, em 1930, houve uma revolução é uma invenção dos vencedores; no caso, Getúlio Vargas e seus aliados.

b) Como o historiador Edgard De Decca vê esse mesmo episódio?

c) Em dupla. Debatam, reflitam e respondam: qual das duas versões vocês consideram mais convincente?

c) Resposta pessoal. **Professor:** a ideia aqui, uma vez mais, foi mostrar a história enquanto versão e estimular no aluno as habilidades de eleger e argumentar. Comentar que a versão formulada por Boris Fausto é a mais aceita pelos historiadores atuais.

Fonte: BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 113

O livro aborda o primeiro governo de Vargas e foca em duas temáticas: a oposição paulista e conseqüentemente o Revolução Constitucionalista de 1932 e a Constituição de 1934 elencando em tópicos as inovações da constituição. No governo Constitucional, a atenção do capítulo é para a polarização entre os integralistas e o aliancismo e trata do levante comunista em 1935, como facilitador do golpe de 1937.

Em relação ao Estado Novo, a primeira abordagem é história econômica, onde faz um paralelo entre a indústria e a agricultura, a Figura 33 demonstra a política econômica imposta por Vargas.

Figura 33– Economia do governo Vargas, livro História Sociedade & Cidadania

A arrancada industrial no primeiro governo Vargas foi favorecida por vários fatores:

- » externamente, a Grande Depressão (1929-1933) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) estimularam o Brasil a fabricar o que antes importava, já que seus parceiros comerciais estavam enfraquecidos ou em guerra;
- » internamente, o Estado investiu pesado no desenvolvimento industrial, visando suprir as necessidades do mercado brasileiro.

O modelo adotado recebeu o nome de “industrialização por substituição de importações”. O governo tomou uma série de medidas decisivas para o avanço da industrialização, entre as quais cabe destacar:

- » política de proteção tarifária, com diminuição das tarifas sobre máquinas e equipamentos industriais e elevação de tarifas sobre produtos importados similares aos produzidos no Brasil (por exemplo: alimentos, bebidas, tecidos etc.);
- » políticas de crédito, com taxas de juros favoráveis à indústria;
- » empréstimos à indústria a juros reduzidos;
- » abolição dos impostos interestaduais, o que facilitava a circulação de matéria-prima e mercadorias para a indústria e o comércio;
- » a fixação do salário-mínimo em 1940 que, além de amortecer possíveis conflitos entre empregado e empregador, favorecia a acumulação de capital, reduzindo os gastos do empregado com folha de pagamento.

Fonte: BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 119

Outro ponto abordado é como Vargas lidou com adversários políticos, propaganda e repressão. Neste ponto, o livro busca mostrar de forma superficial como funcionava este sistema. Porém aborda de forma mais aprofundada as relações entre Vargas e a massas através do DIP, que teria como função propagar os ideais do Estado e reprimir quem fosse contra o Governo. Com mesmo peso aprofunda no processo de consolidação das Leis Trabalhos. Por fim, trabalha com duas questões o Brasil e a Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo. Por sua vez as duas questões estão ligadas pelo âmbito econômico e político, com a entrada do Brasil na guerra e nas questões sociais o processo de retorno das tropas depois da luta contra um Estado totalitário. Mesmo com as pressões para saída de Vargas ainda existia um movimento a favor do regime “queremismo”.

As atividades são compostas por uma ampla quantidade de questões de múltipla escolha, com temática em história política, econômica, também conta com atividade de interpretação de texto e análise documental, leitura de imagem e durante todo o capítulo encontra atividades discursiva referente a temática.

Em linhas gerais, a abordagem da temática é feita primeiramente pelo movimentos político-sociais, criando um espaço maior para entender as conjunturas que levaram ao Estado Novo. Do mesmo modo que apresenta uma leitura mais crítica com os atores, assim como dando

ênfase em algumas minorias. Um ponto que se destaca é para *box* de Dica, encontrado em todo capítulo com indicações de filmes, sites e livros para melhor contextualização do período.

Enfim, no que tange a tortura, repressão e censura, aparece de forma implícita remetendo como consequência das ações do Estado, é lembrada durante todo capítulo, mas não tem propriamente um destaque dentro da obra. O que ganha maior destaque é DIP, mas sua vertente propagandística e é citado sua atuação quanto a censura de filmes, teatro e livros.

- **#Contato História 3**, escrito por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, Editora Quinteto, ano de 2016.

O livro trabalha com referencial da Nova História Cultura e da Nova História, entendendo que o conhecimento histórico está em constante construção, identifica as vivências pessoais dos estudantes com as de outros sujeitos históricos do passado, em diálogo com o estudo recente do campo da História, um dos destaques é para a figura da mulher, valorizando-a como sujeito na construção da História. (PNLD,2018)

A temática encontra-se na Unidade 5, dividida em: A sociedade brasileira, O fim da Primeira Republica, Era Vargas, O estado Novo e A era do Rádio.

A sociedade brasileira, nesta primeira parte vem contextualizar a sociedade brasileira no início do século XX nos aspectos sociais, político e econômico, nomeadamente dividindo a sociedade em duas frente urbana e rural, assim exemplificando quem pertencia a cada seguimento. A população urbana era constituída por industriais e classes média urbana, operários (Figura 34) e ex-escravos. Enquanto a população rural era de coronéis (Figura 34), sertanejos, cangaceiros e líderes religiosos. Assim, contextualiza a sociedade brasileira para próxima parte, o fim da primeira República.

Figura 34– Os operários e os coronéis, livro #Contato História 3



Fonte: PELLEGRINI, et al, 2016, p. 104,105

O fim da primeira República, é abordado através das relações políticas e os conflitos entre a velha oligarquia e os tenentistas, a principal visão que tenta inculcar é do processo conturbado, até a entrada do governo provisório.

A Era Vargas, abrange uma temática política sobre a Revolução Constitucionalista, do mesmo modo, cria um panorama do movimento operário do início do século XX, assim como o fortalecimento do comunismo no Brasil, junto com o levante comunista de 1935, influenciando assim em 1937 o golpe de Estado. Os integralistas são remetidos apenas a um quadro ao lado do fortalecimento do comunismo.

O Estado Novo, são abordados três fatores do governo: primeiro a situação econômica com a mão governamental em múltiplos setores econômicos como mineração, agricultura, extração de petróleo entre outros. Segundo a repressão política é remetida a um fator que interferiu a vida social realçando o uso combinado da repressão política, censura e as propagandas de massas para controle. Os autores afirmam que:

“Houve perseguição a quem se opunha ao governo. Políticos liberais ou comunistas, bem como partidos ou associações estavam sob constante vigilância da Polícia Política, chefiada por Filinto Müller. Muitos opositores do regime foram presos, torturados, exilados ou assassinados”. (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2017, p. 111).

Assim como a propaganda foi importante para divulgação de uma identidade nacional. O terceiro fator é o controle dos sindicatos, que além do uso da violência física e da propaganda ideológica, o operário poderia apenas participar politicamente através de meios oficiais. Em contrapartida houve a consolidação das Leis do Trabalho, o Estado Novo apresentou essas leis como um benefício oferecido pelo governo ao povo, desta forma, crescendo ainda mais o prestígio de Vargas.

Em relação A Era do rádio, o foco é para os aspectos sociais como a construção da identidade brasileira através do rádio, desta ainda Dalva de Oliveira como sujeito na história, mas lembrando ainda que o rádio também estava sobre a censura e supervisão do Estado, a principal figura que era exaltada no rádio era o trabalhador, assim como a cultura do trabalhismo.

Os tipos de atividades apresentadas no livro são: dissertativa, múltipla escolha, redação, com temáticas variadas sobre a unidade, desde questões de história política, econômica e social. Como textos da Figura 35, onde traz questões sobre a repressão e a cultura brasileira.

O material aprofunda nas bases da sociedade brasileira no início do século XX, para contextualizar a sociedade e seu panorama presente a trajetória do Estado novo, assim trilhando um caminho pela história política e econômica.

Figura 35– Atividades sobre repressão do Estado Novo, livro #Contato História 3

9. Leia o texto a seguir, que trata da repressão do Estado Novo à ideologia dos que viviam à margem do trabalho regular.

Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) piscaram os sinais de alerta para os malandros e os que cultuavam a malandragem. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, a censura intensificou a repressão à “vadiagem” e ganhou corpo a perseguição a quem exaltasse o não trabalho. Nada de anormal se considerarmos que a Constituição imposta ao país em 1937 equiparava a ociosidade a crime e estabelecia, no artigo 136, que “o trabalho é um dever social”. O ditador Getúlio Vargas (1882-1954) acolhia até com simpatia sua identificação popular como “bom malandro” — no fundo um reconhecimento de sua inteligência e esperteza política. Na propaganda estado-novista, porém, ele era reverenciado como o “trabalhador número um do Brasil”, ou seja, encarava o papel antimalandro.

Greves, ociosidade ou malandragem não eram digeridas pelo Governo Vargas, empenhado no desenvolvimento capitalista em terras brasileiras.

E tudo o que conspirasse contra esse “ideal patriótico” ficava sob a alça de mira do DIP e da polícia.

Inclusive os compositores populares, em especial os sambistas, que passaram a ser vigiados, ao mesmo tempo em que o governo buscava atrair os artistas para a sua área

de influência, usando a moeda de troca dos favores oficiais, a fim de tentar capturá-los na rede do culto ao trabalho. Houve, evidentemente, músicos populares que morderam a isca. Ainda que por um mero cálculo interesseiro ou em função de uma adesão, mais ou menos espontânea, ao regime, o que de fato se viu foi uma enorme safra de canções que enalteciam o mundo do trabalho, para não falar do Estado Novo e de sua personificação, Getúlio Vargas. [...]

Apesar da obrigação de submeter suas obras à censura do DIP — os selos dos discos gravados em 78 rpm traziam, em regra, o número de registro junto a esse órgão —, não foram poucas as gravações que ultrapassaram os limites impostos. [...]

Excepcionalmente, um ou outro samba abordava, de forma direta e reta, as dificuldades da vida do trabalhador. [...]

A cruzada antimalandragem tinha o objetivo de interromper a íntima relação que, ao longo da história da música popular brasileira, unira o samba à malandragem. Mesmo assim, em pleno império do DIP, de modo enviesado que fosse, figuras que viviam à margem do trabalho regular continuavam presentes em muitas composições, como que a fornecer um atestado de sua sobrevivência.

PARANHOS, Adalberto. Os desafinados do samba na cadência do Estado Novo. *Nossa História*. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 4, p. 16-7, fev. 2004.

- a) Após a leitura do texto, é correto afirmar que o governo Vargas limitava a manifestação criativa dos sambistas? Justifique sua resposta com passagens do texto.
- b) De que forma o governo “converteu” os malandros em trabalhadores? Todos seguiram as regras impostas pelo Estado Novo? Explique.
- c) Por que o governo Vargas via na malandragem sambista e nas mensagens presentes em suas letras um risco de subversão da ordem?

Fonte: PELLEGRINI, et al, 2016, p. 115

Quanto ao Estado Novo e as questões relacionadas a tortura, repressão e censura, foi aliado com as ferramentas de propagandas, não apenas controlando seus adversários políticos, mas também usando este sistema para controlar os sindicatos e os meios de comunicação que fossem contrários ao seu regime.

- **Oficina de História 3**, autores: Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro, Editora LeYa, ano de 2016.

O livro investe em uma história sociocultural e promove o discurso da tolerância e o respeito à diversidade a organização dos capítulos são por eixos temáticos, no volume 3 traz o papel das ideologias. Os diferentes conteúdos são apresentados a partir de uma perspectiva história cronológica, explorando de forma integrada a História da Europa, África, América e Brasil, desde a Pré-história até a contemporaneidade.

“Merece destaque o investimento em orientações teóricas e metodológicas sobre a análise de fontes diversificadas – jornais, manuscritos, revistas, fotografias, narrativas das mídias sociais. O Livro do Estudante é rico em documentos escritos e imagéticos compondo as seções e os quadros complementares. A linguagem e as estratégias pedagógicas adotadas dialogam de forma consistente e programática com a faixa etária dos estudantes do Ensino Médio, oferecendo propostas de atividades oriundas de concursos vestibulares e do Enem”. (PNLD, 2018)

O material a ser trabalhado está no capítulo 3, Retratos do Brasil com as seguintes temáticas: a moldura oligárquica, a moldura autoritária e a moldura operária. A introdução do capítulo atenta para os conceitos principais que serão debatidos: Constitucionalismo, Sufrágio Universal, Feminismo, Integralismo, Antissemitismo, Trabalhismo, Populismo, Territorialização do mercado de trabalho e Substituição de importações.

Sobre a moldura oligárquica, o principal foco é para as tensões posteriores a 1930, principalmente entre os grupos político-sociais e a política getulista, além da Revolução de 1932, onde explode estas tensões como consequência a constituição 1934, neste primeiro momento é prioritariamente é uma abordagem histórico-político, com a questão dos direitos político em 1934, o texto abre um parte para a história das mulheres na política, fazendo todo o contexto histórico dos direitos da mulher da Revolução Francesa até as eleições de 1933 no Brasil, observe a Figura 36.

Figura 36– Mulher votando nas eleições para a Assembleia Constituinte, Rio de Janeiro, maio de 1933.



Fonte: CAMPOS, et al., 2016, p. 82

Sobre a moldura autoritária, esta parte tem como foco os movimentos político-sociais, que estão se radicalizando no Brasil, de um lado os Integralistas e do outro os Comunistas, além de caracterizar os dois lados em um *box* trata da questão do Antissemitismo, na Figura 37.

Figura 37– Antissemitismo: ataques aos judeus, livro Oficina de História 3

<p>Antissemitismo: ataques aos judeus</p>	<p>Professor(a): Na p. 69 deste volume (capítulo 2) há um quadro que trata do avanço do antissemitismo na Europa.</p>
<p>A visão preconceituosa que atribuía aos judeus a responsabilidade pelos problemas nacionais foi amplamente difundida no Brasil pelo integralista Gustavo Barroso, considerado o <i>Führer</i> do integralismo por nazistas argentinos. Em um dos seus muitos escritos contra os judeus podemos ler:</p>	
<p>"Os insaciáveis judeus da Sinagoga Paulista, contrariados momentaneamente em todas as suas pretensões pela Revolução de 1930, aliaram-se a políticos despeitados e envenenaram o povo paulista contra o governo central e o resto do Brasil, conduzindo-o à Guerra Civil de 1932. Fizeram crer à mocidade que o sr. Getúlio Vargas era inimigo de São Paulo, aplicando o processo judiciário a que alude Ford: 'incitar o ódio contra as pessoas a quem se quer aniquilar'. Entretanto, nós, Integralistas, técnicos por dever de ofício, sabemos que os únicos inimigos de São Paulo são os judeus que o sugam [...]"</p>	
<p>BARROSO, G. <i>A sinagoga paulista</i>. Rio de Janeiro: ABC, 1937. p. 13.</p>	

Integralistas no Rio Grande do Sul, década de 1930.

Fonte: CAMPOS, et al., 2016, p. 84

Da mesma forma, abre um quadro para a história de Olga Benário e Anita Leocádia Preste, assim como descreve de forma detalha sobre o plano COHEN e seus meandros até a entrada do Estado Novo. O livro faz uma comparação e aproximação das ditaduras europeias com a brasileira na Figura 38.

Figura 38– O Estado Novo brasileiro, livro Oficina de História 3

A ditadura de Getúlio Vargas inspirava-se no fascismo europeu. A Constituição de 1937 baseava-se nos fundamentos legais do regime fascista polonês, e por isso ficou conhecida como "Polaca". O **Estado Novo**, como foi denominado o novo sistema político, fazia uma clara alusão à ditadura que Antônio de Oliveira Salazar exercia em Portugal, que recebeu o mesmo nome. Crítica à democracia parlamentar, anticomunismo, fim das liberdades individuais, centralização político-administrativa, censura à imprensa e repressão política davam as cores do painel político autoritário que delineava a figura de Vargas como chefe supremo do país. Os integralistas, defensores de um regime totalitário e corporativista, auxiliaram Getúlio na perseguição aos comunistas e aplaudiram entusiasticamente o golpe de Estado.

Fonte: CAMPOS, et al., 2016, p. 86

Deste modo, mostrando que o Estado Novo brasileiro é uma espécie a amálgamo.

Por fim, a moldura operária, neste ponto é tratado as questões que são inerentes ao trabalho e trabalhador, o primeiro ponto é os direitos trabalhistas acompanhado pela territorialização do mercado de trabalho. Neste ponto o material apoia-se na história do movimento operário, junto com a história política quando entra no tema corporativismo, a Figura 39, demonstra essa relação. Apesar destas leis representarem um avanço para os trabalhadores urbanos os trabalhadores rurais, em princípio não compartilhavam destes direitos, a Figura 39, mostra como funcionava ainda nos latifúndios.

Figura 39– Latifúndios: Porteira adentro, livro Oficina de História 3

Porteira adentro		Rubricada		31	
		DEBITO	CREDITO		
Os trabalhadores rurais não receberam o mesmo tratamento dispensado aos operários urbanos. No campo, o Estado manteve as velhas estruturas de dominação baseadas no latifúndio e na submissão privada dos trabalhadores aos desmandos da burguesia rural. As relações de trabalho ainda eram regidas por um sistema que permitia aos proprietários adiar o pagamento de salário a seus trabalhadores caso a venda da colheita não fosse suficiente para saldar suas dívidas. Porteira adentro, ainda funcionava o esquema da "vendinha", onde os trabalhadores adquiriam ferramentas, roupas, alimentos e cachaça, e o da caderneta, que atestava os ordenados, adiantamentos e demais despesas.					
Página de caderneta de colono de uma fazenda em São João da Boa Vista, São Paulo, 1939.					
		1376	199 100		
			170 100		
			28 602		
		1376	328 262		
			99 210		
		1376	467 472		
			1376		
			610 266		
			266		
			199 000		
			2 250		
		3 000			
			2 000		
		3 000	150 605		
			150 000		
		3 000	290 605		
			3 000		
			287 605		
			140 000		
		4 500			
			443 104		
		422 605	925 709		
			11 118		

Fonte: CAMPOS, et al., 2016, p. 90

É trabalhado também a relevância da Propaganda do Estado, para a disseminação das ideias do seu regime, assim como a censura de todos os meios contrários ao governo, juntamente é abordado a história econômica levando em conta a substituição do modelo de importação para a produção interna e crescimento industrial.

Pôr o livro ser separado em eixos temáticos o fim do Estado Novo vai ser visto apenas no capítulo 5. Mostrando que a participação do Brasil na Segunda guerra Mundial expõe as contradições do regime brasileiro, analisando que o processo do fim do Estado Novo começa com o apoio aos militares e toma a ruas pedindo o seu fim. Ainda o material traz o processo de democratização sendo alvos de intensas disputas por diversos grupos sociais.

O material traz uma interpretação do populismo da sociologia, criando assim um outro olhar além do histórico, cultivando a interdisciplinaridade, o texto é Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*. As atividades estão presentes durante o capítulo todo e também nas suas páginas finais, onde encontra-se em maior parte as questões de múltipla

escolha, durante o texto faz presente questões discursivas. Suas temáticas são de caráter variado, passando por aspectos da história política, questões referentes a economia e a história social.

Este material apresenta uma configuração distinta das outras análises nas questões da abordagem da temática, apresentando várias perspectivas principalmente o foco na figura da mulher dentro da história, do mesmo modo apresenta gestões normalmente esquecidas pela história tradicional, por exemplo o antissemitismo no Brasil. Estas escolhas acabam deixando algumas temáticas de fora, uma delas foi a tortura, repressão e censura, onde apesar de serem mencionados no texto, não se aprofunda nos temas.

- **História das cavernas ao terceiro milênio 3**, escrita por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, Editora Moderna, ano 2016.

A obra é conhecida como História Integrada, caracterizada por apresentar a chamada História Geral intercalada com a História do Brasil, seguindo uma cronologia linear, com destaque para os conteúdos e abordagem identificado com a História europeia, o volume 3 trata do imperialismo europeu na Ásia e na África até a atualidade. (PNLD, 2018)

A temática encontra-se no capítulo 6 dividido em: Movimento de 1930, Governo Provisório de Vargas (1934-1937), Comunistas versus Integralistas, Estado Novo: a ditadura varguista (1937-1945). A introdução do Capítulo 6 abre com uma imagem de um jogo de futebol da Seleção Brasileira Feminina, o conteúdo do texto é referente ao futebol e a identidade nacional. O Movimento de 1930, essencialmente é explicado pela história econômica primeiramente e pela história política. No Governo Provisório de Vargas (1934-1937), é abordado o movimento Constitucionalista de 1932 demonstrando assim sua importância para Constituição de 1934, com a mesma relevância a importâncias das mulheres para esse conflito e a mesma importância para conquista do voto feminino, outro ponto que é tratado é legislação sindical e Estado Corporativo, observe a Figura 40.

Figura 40– Trabalhadores em comemoração ao Dia do Trabalho, em 1944. Livro História, das cavernas ao Terceiro Milênio



Trabalhadores em comemoração ao Dia do Trabalho no estádio do Pacaembu, em São Paulo (SP). Foto de 1944. Na faixa, lê-se: "Trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado". Durante o governo de Getúlio Vargas, a comemoração do Dia do Trabalho tornou-se uma festa cívica alinhada ao regime que contava com desfiles e discursos direcionados aos "trabalhadores do Brasil".

Fonte: BRAICK e MOTA, 2016, p. 92

Sobre os Comunistas versus Integralistas, esta temática é abordada de forma para exemplificar o momento de polarização do mundo, onde as forças internacionais influenciavam o jogo político no Brasil, assim o surgimento da Ação Integralistas e da Aliança Nacional Libertadora era inevitável, da mesma forma, que os dois extremos tentariam mais cedo ou mais tarde a tomada do poder. No caso de 1935, a tentativa de golpe comunista acaba falhando e abrindo brecha para as bases da ditadura de Vargas, que tem o apoio da AIB, mas acaba sendo extinta pela ditadura. O foco desta parte é mostrar a polarização do país abriu espaço para continuidade de Vargas no poder.

Estado Novo: a ditadura varguista (1937-1945), o Estado Novo é identificado como um modelo fascista europeu em voga no período, assim adotando medidas como suspensão dos direitos individuais, perda da autonomia dos estados subordinação dos Poderes Legislativo e Judiciário ao Executivo, instituição da pena de morte e proibição da greve. Além de uma abordagem econômica, que identifica o Estado assumindo o papel de interventor e empresário. Outro ponto abordado é para cultura de massa onde o estabelecimento de proximidade entre a figura do ditador com a população através do rádio, junto com a propaganda nacionalistas, relacionando o cotidiano social com as expressões do Estado.

O fim do Estado Novo é demonstrado através da contradição entre a luta contra o nazifascismo e a ditadura getulista, a seguinte frase estampa esta tensão: “Se a liberdade foi defendida lá fora, que fosse respeitada aqui dentro”. A pressão interna e externa levou em 1945 a volta dos partidos e em 30 de outubro de 1945, a renúncia de Getúlio Vargas.

As atividades do livro estão dispostas ao longo do capítulo e sobretudo ao final dele onde existe dois grupos de atividades: *Explorando o conhecimento, pensando criticamente, investigando/debatendo e decifrando o Enem*. Tirando o decifrando o Enem as outras atividades são discursivas com um caráter reflexivo com temática da história política, econômica e social. Um dos exemplos é a atividade número 5, traz um recorte do livro *Falta alguém em Nuremberg* do autor David Nasser, a Figura 41, com as seguintes questões:

a) segundo o texto, os presos por motivos sociais eram enviados “para a Casa de Detenção, sumariamente, sem processo ou inquérito. O que essa prática indicaria sobre o governo de Getúlio Vargas”.

b) Explique o trecho “o Governo Provisório principiava a crer na ameaça que significava aquela doutrina que empolgava os homens”. Tanto o texto como esta atividade

chamam atenção para questões sobre a repressão, a tortura e censura que anteriormente ao próprio Estado Ditatorial já era um método praticado para silenciar movimentos contrário.

Figura 41– Atividade: Pensando criticamente, livro História, das cavernas ao Terceiro Milênio

Pensando criticamente

5. Leia o texto e responda às questões a seguir.

“Batista Luzardo tem a ingloria vaidade de ter sido o primeiro chefe de polícia a ordenar prisões por questões sociais, mandando os detidos para a Casa de Detenção, sumariamente, sem processo ou inquérito, juntando-os nos mesmos pavilhões com os presos comuns.

A polícia buscava impedir [...] comícios e mandava seus agentes para os portões das grandes fábricas, à hora da saída. [...]

O Governo Provisório principiava a crer na ameaça que significava aquela doutrina que empolgava os homens e os transformava em idealistas sinceros. Era preciso [...] isolar o povo desses propagandistas de um regime estranho, era preciso livrar o povo da demagogia dos revolucionários.”

NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4. ed. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1966. p. 94-95.

Batista Luzardo: chefe de polícia do Distrito Federal durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Fonte: BRAICK e MOTA, 2016, p. 100

Para finalizar, sobre a tortura, repressão e censura o material deixa de forma clara a ação deste sistema, aliado com os mecanismos de propaganda, além de separar uma parte para trabalhar sua história principalmente da polícia política, desta maneira, eram as duas ferramentas de controle do Estado Novo sobre seus inimigos políticos.

3.3. PANORAMA DOS MANUAIS DIDÁTICOS EM PORTUGAL

No presente, pensar numa escola sem a adoção e utilização do manual escolar é quase inaceitável. O livro é um recurso onipresente na formação e instrução do indivíduo tornando então um instrumento indissociável da ação educativa (CASTRO, 1995 apud AMARO, 2009)

No Final da década de 90, a criação dos primeiros manuais escolares integrados que por sua vez distingue-se do restante por incluir uma banda lateral, em cada página, na qual é dada informação adicional como sugestões e informações pertinentes, respostas às perguntas formuladas no manual por sua vez esta exclusiva do professor. Uma das principais mudanças técnicas no sentido da produção é deixar de utilizar genericamente os fotólitos/películas para dar lugar ao CTP (*computer to plate*), assim permite maior velocidade na execução gráfica do manual, na medida em que deixa de ser necessário a montagem dos fotolitos, cor a cor, sobre uma base de acetato, passando o processo a ser direto no computador e na chapa de impressão. No século XXI Aparecimento dos primeiros e-manuais (versão digital dos manuais escolares) (ORE, 2015).

O contexto educativo atual segundo Pereira (2010) sobre manual escolar, enquanto recurso fundamental e estratégia primordial no processo educativo, assume o papel de percursos de uma forma de disseminação cultural, e não transmissor de um currículo monocultura com vista a homogeneização do universo educativo. Da mesma forma que:

A imprescindível e tradicional função expositiva do manual escolar está agora orientada por uma atualizada e acrescida preocupação didática. O manual escolar ocupa hoje sistemicamente um âmbito mais vasto. Com efeito, a sua criação e edição atendem à prática letiva no seu todo – diagnóstico, planificação, explicitação de objetivos, avaliação, etc. – e os diversos componentes do manual escolar, dilatando-o, conferem coerência e eficácia a essa mesma prática. O objetivo é sobretudo o de munir alunos e professores com um conjunto de dispositivos refletidamente considerados como necessários para um competente exercício dos seus papéis em cada uma das disciplinas, desde cadernos de atividades com orientações sobre “como fazer um trabalho em...” até dossiês do professor com testes diagnósticos, passando por planificações, avaliações sumativas, etc. Verifica-se, portanto, um crescimento “interno” do manual escolar, pedagogicamente sustentado. (ORE, 2015, p. 41)

Por sua vez o manual escolar para Morgado (2004) é um recurso que tem vindo a desempenhar um papel importante na organização e realização dos processos de ensino e aprendizagem, influenciando o que o professor e o aluno pensam e fazem, e os tipos de conhecimento que se veiculam nas escolas. Desta forma, o decreto Decreto-Lei N.º 47/2006 de 28 de agosto, artigo 3.º), define:

Recurso didático-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos

programas em vigor, bem como propostas de actividades didácticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor.

Para Nascimento (2016) pode constatar que os manuais escolares são considerados um recuso importante, porém não único, ou seja, este deve incentivar o recurso a outras fontes de informação. Apesar disso o papel do professor adota relativamente ao uso do manual escolar poderá condicionar o seu método de ensino e método de aprendizagem.

Consoante a isso a caracterização dos prazos de vigência dos manuais escolares em diferentes países europeus criando assim um panorama geral do número de anos constitui o indicador base na tabela 10.

Tabela 10– Período de vigência dos manuais didáticos (número de anos)

Dinamarca	O prazo de vigência não está previamente fixado
Espanha	4 anos; porém, os professores não esgotam frequentemente este prazo. Para isso, têm que enviar um documento à inspeção educativa justificando a alteração.
Finlândia	Variável consoante a área disciplinar: Línguas habitualmente 5/7 anos; Ciências 4/5 anos; matemática 7/9 anos.
França	Irregular – depende do ritmo de mudança dos programas – no ensino primário; 4 anos no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; irregular no ensino secundário (1).
Itália	1-2 anos no ensino primário; 3 anos no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; 2-3 anos no ensino secundário.
Noruega	10 anos no ensino primário e no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; 5 anos no ensino secundário.
Suécia	Irregular (3-5 anos e em alguns casos mais).
Reino Unido	Decisão tomada pela escola. Habitualmente o período encontra-se entre os 3 e os 5 anos.
Portugal	6 anos, independentemente da área disciplinar ou do ciclo de ensino; Está prevista a excepção de ser fixado um período mais curto, caso a evolução do conhecimento científico o justifique.

Fonte: CARVALHO e FADIGAS, 2007, p. 05

O quadro permite constatar que existe múltiplos critérios de adequar o período de adoção, esta decisão variando de disciplina para disciplina, do ciclo de ensino. Ou também estabelecer um prazo fixo como o caso de Portugal que o período é de 6 anos. Ainda em Portugal considera-se a decisão do prazo estabelecida pelo Estado, contrario por exemplo ao caso do Reino Unido que compete as escolas (CARVALHO E FADIGAS, 2007).

3.4. ANÁLISE DO PERÍODO DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS, NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PERÍODO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

A escolha dos manuais didáticos portugueses para as seguintes análises, estão ligados com grande preocupação dos alunos para com os Exames Nacionais, sendo assim esta amostra contém livros do Ensino Secundário voltado para a preparação dos Exames. Com este foco para o ano final do Ensino Secundário é possível perceber alguns aspectos, dentre eles o senso de urgência dos alunos em adquirir uma grande quantidade de informação, em um curto período de tempo e preparação para o teste, então estes manuais servem como mecanismos de compressão de informações para uma fácil assimilação.

Dessa forma, serão analisados brevemente os manuais didáticos de História do Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos) de Portugal, no total de 03. Com o intuito de perceber qual a visão, os temas trabalhados e como está sendo transmitido a imagem do Estado Novo português nos dias atuais, observando sobretudo a memória ligada a repressão, censura e tortura. Foram analisados a estrutura, os conteúdos e as atividades propostas em cada manual didático.

- **Preparar o Exame Nacional de História A 12**, escrito por António Luís Catarino, Editora Areal, 2017.

O material apresenta uma organização em ordem cronológica, integrando a história de Portugal com a história da Europa, África, América e Ásia. Composta por módulos que abarcam o início da civilização mediterrânea até o mundo atual. O material sublinha o conteúdo considerado estruturante pelo programa de História A, 10º, 11º, 12º anos. Estes conteúdos são aqueles que podem ser avaliados no âmbito do Exame Nacional. Assim como esse material respeita as regras do acordo ortográfico da língua portuguesa.

A temática é trabalhada no módulo 7, Crises, Embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do Século XX, unidade 2.5 Portugal: o Estado Novo, dividido em três eixos: 2.5.1 O triunfo das forças conservadoras; progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político; 2.5.2 Uma economia submetida aos imperativos políticos: prioridade à estabilidade financeira; 2.5.3 O projeto cultural do regime.

Da mesma forma que os títulos dos eixos exemplificam a temática histórica abordada em cada um deles, o eixo político aborda os meandros da Ditadura Militar e a consolidação do Estado Novo, neste processo aborda as características do regime, elencando sete pontos que definiram o Estado Novo português: autoritário e dirigista, culto ao chefe da nação, regime conservador, regime fortemente nacionalista, regime corporativo, regime repressivo, enquadrava as massas de um modo totalitário. Neste primeiro eixo ainda conta com alguns

aspectos sociais, como a caracterização dos valores Deus, Pátria e Família junto com anticomunista, antissocialista e antiliberal, além de sempre aproximar o Estado Novo português das ditaduras nazistas e fascistas.

Do mesmo modo abre um ponto para contextualizar o mecanismo de censura, repressão e tortura, onde apresenta os órgãos responsáveis por estes sistemas o PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado) que posteriormente se tornaria a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Outro ponto que remete a sociedade portuguesa e é baseado nos regimes nazis e fascistas é a Legião Portuguesa, que aspirava ser uma força paramilitar de defesa do regime, junto com a Mocidade Portuguesa inspirada na juventude hitleriana.

O segundo eixo aborda as questões diretamente ligado com a história econômica e entre as principais medidas tomadas pelo Estado são elencados o protecionismo e intervencionismo de Estado, em todos os setores econômicos, nomeadamente o nacionalismo econômico. Especificamente ainda trata dos aspectos econômicos na segunda Guerra Mundial, principalmente o abastecimento para os países beligerantes de volfrâmio e bens alimentares ou fardas para seus exércitos, criando entorno de Salazar (Figura 42) uma aura do milagre econômico. Porém, a principal proposta de Salazar na economia é a defesa da ruralidade.

Outro ponto que é destacado é para a política colonial, as colônias foram simultaneamente um sinónimo de nacionalismo econômico, um orgulho nacionalista civilizador, assim com o ato colonial de 1930, identificava de forma clara o papel que tinha a metrópole portuguesa nas relações de dependência com as colônias e o papel secundários que teria as potências estrangeiras.

Figura 42: Salazar, manual: Preparar o Exame Nacional de História A 12



Fonte: CATARINO, 2017, p. 290

O terceiro eixo aborda o projeto cultural que prioritariamente era controlado pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), impondo uma política fascista expressa na estética modernista e nas expressões artísticas. Assim contextualiza o poder da propaganda como de reprimir a oposição e divulgar os próprios princípios pragmáticos do regime.

Figura 43: A Trilogia de Salazar, manual: Preparar o Exame Nacional de História A 12



Cartaz com a trilogia de Salazar:
"Deus, Pátria e Família".

Fonte: CATARINO, 2017, p. 292

As atividades que fazem menção ao Estado Novo consistem de análise de um documento e uma imagem para resolução de uma questão discursiva, cujo o tema é a criação do Estado Novo, a partir dos modelos fascistas europeus abordando três aspectos: o conceito de Estado para Salazar, os meios utilizados para consolidação da ditadura e a aproximação ao ideias fascistas europeias.

Figura 44: Atividade, manual: Preparar o Exame Nacional de História A 12



Cartaz de propaganda salazarista em favor do plebiscito da Constituição de 1933.

Desenvolva, a partir dos documentos 2 e 3, o seguinte tema:
A criação do Estado Novo a partir dos modelos fascistas europeus
 A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos de referência:
 – o conceito de Estado para Salazar;
 – os meios utilizados para a consolidação da Ditadura;
 – a aproximação aos ideais fascistas europeus.

Fonte: CATARINO, 2017, p. 297

Por fim o material aborda de forma direta e clara quanto a temática de repressão, tortura e censura, assim passando uma ideia clara e reconhecendo a violência no período. Desta forma, o mesmo ainda aborda as questões de propaganda como forma de controle da oposição. Um ponto que chama atenção ao longo de todo material são as relações com os regimes totalitários europeus e inspiração do Estado Novo nestes regimes, principalmente o italiano.

- **Preparar para o Exame Final Nacional 2018 - História**, António Antão, Rodrigo Azevedo, Porto Editora, 2017.

O manual está baseado em módulos e a divisão dos conteúdos em ordem cronológica, são três módulos para cada ano, dentro dele é dividido em unidades. O Estado Novo português encontra-se no módulo 7, Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX na unidade 2, dividida em: As opções totalitárias, a resistência das democracias liberais, Portugal: o Estado Novo.

“O material tem em vista proporcionar aos alunos um instrumento de trabalho mais intenso e adequado, especificamente à prova de exame que vão realizar, apenas apresentamos os conteúdos considerados prioritários no seu estudo, os designados conteúdos de aprofundamento e outros que, pela nossa experiência, consideramos passíveis de mais fácil articulação com aquele tipo de conteúdo, assim, neste livro encontrará: preparando ao longo do ano; teoria; preparação para o exame – recursos e conselhos úteis; questões-tipo; quatro exemplo de provas sobre conteúdo dos três anos curriculares com sugestões de resolução; provas de exame (com comentário e propostas de resolução) e sugestões de resolução dos exercícios propostos”. (ANTÃO e AZEVEDO, 2017, p. 226)

O conteúdo é disposto por tópicos ordenados primeiro da história política, história econômica e história cultural. A história social permeia os três tópicos.

O material aborda a formação do regime a partir do golpe militar de 1926, juntamente com a progressiva adoção do modelo fascista italiano, por Salazar. Posteriormente faz um panorama da ideologia do Estado passando pelos seguintes pontos: Autoritário e dirigista - um presidencialismo bicéfalo, Personificação do chefe - o culto da personalidade, Conservador - consagração da tradição e da ruralidade, Nacionalista - a exaltação dos valores nacionais, Corporativo - a concórdia na organização econômica e social, Repressivo - a liberdade amordaçada, Assente em estruturas de enquadramento das massas - a inculcação de valores. Deste modo, criando um panorama das principais características do regime abordando-o com os aspectos da sociedade.

A aproximação com governos fascistas e nazistas fica evidente em alguns tópicos nomeadamente no corporativo onde os objetivos das três ditaduras eram semelhantes, de toda a vida econômica e social do país se organizar em corporação. Contrariamente no tópico personalizado no chef a comparação entre Salazar:

Com efeito, Salazar nunca assumiu o carácter militar dos seus inspiradores ideológicos. Nunca usou farda, como Mussolini e Hitler, e raramente patenteava publicamente força, virilidade ou agressividade, sobriedade nos comportamentos eram as principais características. (ANTÃO e AZEVEDO, 2017, p. 226)

Mostrando uma imagem diferente dos outros líderes assim como seu conservadorismo que tinha suas bases na traição da ruralidade.

O segundo tópico é sobre a história econômica, deste modo, é abordado a figura do Estado como controlador de toda a produção e gestão de riqueza nacional. Além de abordar o milagre econômico de Salazar, primeiramente pela política de limitação de despesas e pela conjuntura internacional, que em 1939 por sua neutralidade aproveita a necessidade econômica dos países envolvidos no conflito, para dinamizar setores econômicos ligado a exportação como volfrâmio, as indústrias de conservas e os têxteis. O material também expõe a importância que a agricultura tem para governo, servindo de política econômica e propaganda política, sua principal campanha citada é a campanha do Trigo.

Para o panorama industrial o tópico apresenta o condicionamento industrial baseado no conceito de um modelo económico, definido e dirigido pelo Estado, assim qualquer ação referente a indústria dependia de autorização do Estado. Objetivamente a estratégia do controle era para evitar concorrência estrangeira. Por sua vez a consequência foi o aparecimento de grandes empresas monopolistas que garantia o suporte do Estado. É abordado também as

grandes obras com intuito de criar uma imagem modernizada de Portugal, o tópico estabelece que este foi o grande legado do Estado Novo.

Entre o tópico econômico e o tópico cultural é tratado rapidamente da política colonial, onde é abordada como um elemento fundamental na política do nacionalismo econômico e um meio de fomento do orgulho nacional.

O tópico para trabalhar o projeto cultural divide em caracterizá-lo, apresentar os meios de controle e propagação, assim como suas realizações. Sua principal política ficou conhecido como Política de Espírito, citado na atividade (Figura 45), onde envolvia uma ação propaganda que teria como objetivo inculcar o ideal do Estado Novo para todos os portugueses. A Secretaria de Propaganda Nacional vai desenvolver um amplo programa de regeneração do espírito portugueses, seu principal marco é a exposição do mundo português. O manual didático não possui imagens retratando o período, somente textos.

As atividades referentes ao Estado Novo estão no final do livro assim como todas as atividades, divididas em Questões-tipo e Exames Nacionais. Destaca-se na página 433 um conjunto de 5 atividades que exploram o período da construção do Estado Novo até os primeiros anos do regime democrático, junto a elas encontra-se três documentos, uma tabela da população por ramo de atividade, uma pirâmide do corporativismo, um mapa de Portugal e as colônias e um texto das dificuldades e tensões político ideológico no processo revolucionário. As questões buscam uma perspectiva histórico-político.

Figura 45– Atividade sobre a “Política do Espírito”, manual: Preparar para o Exame Final Nacional 2018 - História

PORTUGAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO E CULTURA

Documento 1

A “política do espírito”

António Ferro — Permita-me, Sr. Presidente, que aborde um problema, que chega na sua altura própria e que me interessa especialmente: o problema da arte, das letras e das ciências. Não lhe parece que essa frieza de momento, que essa falta de elevação e de animação se devem atribuir, em grande parte, à ausência duma inteligente e premeditada política do espírito dirigida às gerações novas, que as traga à superfície, que lhes dê um papel nesta hora de insofismável renovação? Todos os grande chefes, grandes condutores de povos assim o fizeram. Desde os Médicis a Mussolini, desde Francisco I a Napoleão, as artes e as letras foram sempre consideradas como instrumentos indispensáveis à elevação dum povo e ao esplendor duma época. É que a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada duma nacionalidade, o que se vê lá de fora... Em Portugal [...] essa política do espírito [...] tem sido abandonada lamentavelmente pelos poderes públicos nestes últimos cinquenta anos.

Documento 2

A educação do povo



1. Com base nos documentos, explicita três dos objetivos do projeto cultural defendido por António Ferro.
2. Das quatro conclusões apresentadas, selecione a única que, articulada com o texto inicial, permite obter uma afirmação correta.

Quando o autor do cartaz (doc. 2) escreve que “o povo foi esquecido pelos partidos”, está a referir-se aos governos

- (A) da monarquia constitucional.
- (B) da 1.ª República.
- (C) da Ditadura Militar.
- (D) do Estado Novo.

Identificação das fontes:

- Doc. 1** – António Ferro, *Entrevistas a Salazar* (1933 -1938), Lisboa, Ed. Parceria A. M. Pereira, reimpressa em 2013 com prefácio de António Rosas.
Doc. 2 – Cartaz do Secretariado Nacional da Informação (SNI) de 1945, in António Reis (dir. de), *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Publicações Alfa, Lisboa, 1990.

Fonte: ANTÃO e AZEVEDO, 2017, p. 373

Por fim o material aborda as questões da tortura repressão e censura, porém, é trabalhado de forma a suavizar estas relações, mesmo identificando o mecanismo e a forma que agia, é descrito genericamente a ponto criar uma impessoalidade. O ponto que chama atenção é que mesmo com o distanciamento ainda é abordado a arbitrariedade e impunidade com que os agentes atuavam.

- **Testes e Exame 12 História A**, Avelino Ribeiro, 2016

O material é um instrumento orientador e facilitador de aprendizagem levando em conta a condensação de informações histórica para conciliar o conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para sucesso nos testes e no Exame Nacional de História A. O livro abrange a orientação sobre método de trabalho, os conteúdos essenciais que serão objeto de estudo e avaliação nas aulas, nos testes e no Exame Nacional assim como exercita a aprendizagem através de questões orientadas, traz propostas de resolução das questões-tipo, dos testes e das questões para exame em um site, também disponibiliza os exames

nacionais de História desde 2007 e as respectivas respostas no site. O conteúdo é disposto em ordem cronológica e dividido em módulos, dos quais são três módulos para cada ano. (RIBEIRO, 2016)

O Estado Novo encontra-se no Módulo 7, crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX, na Unidade 2, O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30.

O Estado Novo é abordado em três perspectiva histórica, a primeira é política que abrange a instabilidade política e social da primeira república, desencadeado o golpe militar em 1926, criando um *background* amplo sobre os a entrada de Salazar no poder (Figura 46). Posterior estrutura o Estado Novo através de suas características: Antiliberal, antidemocrático e antiparlamentar; autoritário e dirigista; nacionalista e corporativo; colonialista.

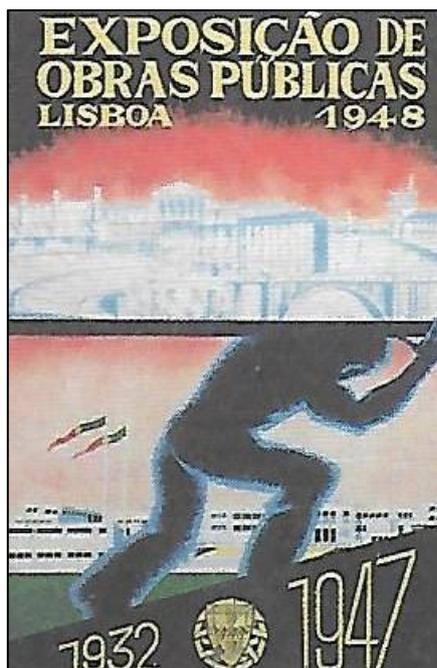
Figura 46 – Salazar, Salvador da Pátria, manual: Testes e Exame 12 História A



Fonte: RIBEIRO, 2016, p. 182

Segunda perspectiva é a econômica é subdivida em três pontos: primeira é a estabilidade financeira contextualizada atrás do rigor orçamental das contas públicas. Segundo é a defesa da ruralidade como objetivo ressaltar o valor da vida no campo e a importância da agricultura, a principal propaganda era a “Campanha do trigo”, além da representação do mundo rural como um espaço virtuoso, que na realidade era completamente contrário a propaganda e o terceiro ponto são as obras públicas (Figura 47) e o condicionamento da indústria, neste ponto o livro aproxima o Estado Novo das outras ditaduras, quanto a promoção de um vasto programa de obra públicas. Porém, para a indústria a postura de condicionamento industrial acaba criando um atraso para modernização do setor.

Figura 47– Exposição de Obras Públicas, Lisboa, 1948. Manual: Testes e Exame 12 História A



Fonte: Ribeiro, 2016, p. 183

A corporativização dos sindicatos tem seu espaço no material, no qual trata do Estatuto do Trabalho Nacional de 1933, que é inspirado na carta italiana *Del lavoro*, no qual integra diferentes atividade profissionais e sindicatos nacionais.

Outro ponto que ganha espaço e destaque dentro do material é a política colonial, o material descreve o conceito como “prática do nacionalismo agressivo, fundado em raízes históricas e associado ao imperialismo dos regimes fascistas europeus.” (RIBEIRO, 2016, p. 184). O mesmo elenca os interesses metropolitanos em três pontos, no âmbito político, ponto de vista econômico e relativamente as populações da colônia. Do mesmo modo, aborda de forma superficial os problemas da política colonial posterior a Segunda Guerra Mundial.

A terceira perspectiva cultural também aborda questões sociais, visto que a cultura é um veículo privilegiado para conquistar a adesão das massas, assim é demonstrado que o Estado Novo apostou largamente na orientação ideológica do ensino e no enquadramento ideológico da cultura. Este livro ainda aborda a relação do ensino e o Estado Novo da educação básica até o ensino superior, nomeadamente trabalha ainda sobre o domínio da ciência no Estado Novo e sua vigilância, criando assim o afastamento da elite cultural da massa da população e da realidade do país.

Sobre as atividades, não consta nenhuma atividade relevante no livro sobre a temática abordada. De acordo com a nota introdutória para acesso à maior número de questões entrar no site referido pelo livro.

O material em sua abordagem quanto a temática tortura, repressão e censura, tem uma pequena, mas direta referência das instituições responsáveis, como locais dos presos políticos além do campo de concentração de Tarrafal em Cabo Verde, a censura está elencada no projeto político cultural pela Secretaria de Propaganda Nacional. O ponto que chama atenção é para fala do livro sobre o sistema de educação que passa por esse mesmo processo de censura e repressão, além de servir como meio de propaganda do regime.

4.SÍNTESE



Os livros didáticos brasileiros na Ditadura Militar, baseavam-se no modelo de estudo dirigido de origem americana, buscando enfatizar o processo de ensino de História, onde ele apenas coloriu com tintas fortes os aspectos que já vinham do ensino de História anteriores, não representando então uma ruptura. A análise do livro didático no período da Ditadura Militar, sobre o conteúdo do Estado Novo acaba por verificar algumas hipóteses sobre a memória do Estado Novo, dentre elas o ensino baseado na história política, história econômica ligado com personagens políticos e militares, criando uma impressão que a história foi feita e contada apenas por estas figuras, o contexto social é trabalhado esporadicamente em alguns pontos.

Nos manuais didáticos portugueses nos anos finais da Ditadura, em 1970, tem uma ruptura com o modelo de apresentação dos conteúdos predominantemente expositivos e pouco propiciador de momentos para a verificação da aprendizagem. Do mesmo modo, a evolução da formação do professor quanto a regionalidade político-ideológicas, institucionais e científico-cultural, assume uma dramática urgência, por conta a quase interrupção imposta durante o Estado Novo e a segregação em grande parte mantida após o 25 de abril de 1974.

Assim o manual didático português de 1970, vê o Estado Novo em seu início, estes aspectos acabam esbarrando em uma abordagem político-econômico, que é apresenta uma abordagem temporal até 1933, nas questões políticas e para questões econômicas esta data avança até 1945, com as relações econômicas de Portugal na Segunda Guerra Mundial, assim equaliza o Estado e a religião para criar um ideal nacional português e protagonismo nacional, evocando sempre a moral a civilidade, como medida preponderantes para uma unidade de pátria. Sendo este material apenas um compendio de texto sobre a História do Portugal.

O panorama do programa do livro didático brasileiro após redemocratização é visto como um avanço nas questões de distribuição de livros didáticos, a distribuição é prevista pela Legislação de 1988 e vendo o investimento no livro didático como melhor forma de alavancar a educação brasileira. Em 1995 é criada as comissões por áreas de conhecimento que cria critérios de avaliação mínimos para obras didáticas. A distribuição de livros didáticos passaria de uma rubrica somente assistencialista, para outro formato que visava atender a critérios educacionais qualitativos, inclusive com intenção de fornecer ao professor subsídios para aprimoramento de sua prática docente. A evolução do PNLD continua e vai se aprimorando até a última mudança em 2012.

Sobre a visão do Estado Novo brasileiro pelos livros didáticos pós redemocratização, encontra-se múltiplas perspectivas de abordagem, pelo âmbito da história política, econômica, cultural e social. Cada material tem sua característica específica e modo de abordagem, apesar de quase todos seguirem um roteiro de acontecimentos em ordem cronológica, suas abordagens diferem para cada ponto do roteiro, assim como a visão dos livros sobre a tortura, repressão e censura, de modo todos tratam desta questão de forma direto ou indireta, mas poucos dão alguma atenção para estas questões.

O panorama dos manuais didáticos portugueses pós redemocratização aborda questões referentes a criação dos primeiros manuais escolares integrados na década de 90, que por sua vez distingue-se do restante por incluir uma banda lateral. E sua mudança estrutural de fotolitos para CTP, permitindo maior velocidade na execução gráfica do manual e no século XXI. Houve o aparecimento dos primeiros e-manuais, ainda o manual enquanto recurso fundamental e estratégia primordial no processo educativo, assume o papel de percursos de uma forma de disseminação cultural, e não transmissor de um currículo monocultura com vista a homogeneização do universo educativo.

Por fim, a análise dos manuais portugueses posterior a redemocratização com o intuito de perceber qual a visão, os temas trabalhados e como está sendo transmitido a imagem do Estado Novo português nos dias atuais, em seus contextos os livros abordaram os conteúdos dos 10º 11º e 12º anos, criando assim uma visão geral de toda história do Ensino Secundário, todos os livros trabalham a história do Estado Novo, cada livro trabalha o tema de forma específica, mas todos seguem três aspectos história política, história econômica e história cultural, já a história social fica implícita dentro das três partes. A temática sobre tortura repressão e censura é trabalhada com graus diferente de abordagem por cada um deles, em linhas gerais todos trabalham o tema de forma similar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os regimes ditatoriais vividos no Brasil e em Portugal foi um importante momento histórico ocorrido no Século XX e sempre tiveram como uma das suas principais características: a tortura, a repressão e a censura. Mas essas são temáticas complexas e delicadas, contendo inúmeras interpretações, históricas, sociológicas, antropológica, entre outras. No entanto estas temáticas estão presentes nos materiais didáticos de História e inserem mais uma perspectiva ao abordar relações de poder entre Estado e Sociedade, criando assim uma memória que se encontra nos livros.

Diante deste contexto, este trabalho, de início, analisou os materiais e expos um panorama de dois períodos diferentes. Primeiramente trabalhou com um livro didático brasileiro e um manual didático português, de 1968 e 1970 respectivamente. Assim, pode-se concluir que:

Sobre o livro didático brasileiro, o seu conteúdo é todo atrelado a história política e econômica, assim como as figuras políticas e militares. Para questões sobre a repressão, tortura e censura, existe uma pequena referência ao Departamento de Imprensa e Propaganda como um órgão de censura. Como o livro não consta nenhuma atividade para compor a análise foi usado o Caderno do MEC volume 3, que tem em seu conteúdo apenas atividades.

Sobre o manual didático português, o seu conteúdo é também atrelado a história política e econômica, porém, muito ligado as questões do nacionalismo, por seu recorte temporal não avançar com a história política posteriormente a 1933, cria uma lacuna para as percepções sobre a temática do trabalho. O avanço temporal é apenas visto na história econômica, principalmente para as relações econômicas firmadas na Segunda Guerra Mundial, nomeadamente com a Inglaterra. O manual didático também não consta nenhuma atividade nele, essa por sua vez ficando a critério do professor.

Ao cruzar estas duas conclusões é possível ver algumas proximidade e afastamentos, o livro brasileiro por sua vez feito na Ditadura Militar brasileira, mas discorrendo sobre o Estado Novo, acaba criando uma disputa ideológica implícita no livro, da mesma forma, que a maior ênfase na participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial é consequência da criação de ideal ufanista. No caso português, por ainda se tratar do mesmo governo, ele preserva ainda as mesmas concepções e evita trabalhar uma história mais recente. As proximidades estão para a ênfase na história política baseada nas “figuras históricas”, juntamente com “esquecimento” da história social e das questões de repressão, tortura e censura, criando uma visão pacífica do

período principalmente reforçada pelo livro de Portugal. No caso do livro do Brasil, ainda dedica uma parte para trabalhar a Revolta Constitucionalista de 1932. Em linhas gerais, a visão passada pelos materiais tanto da Ditadura Militar, quanto o Estado Novo são positivas, pelo motivo que através da propaganda e censura tentavam ao máximo evitar qualquer tipo de notícia que contraria ou depreciativa de seus governos, desta forma, a falta de informações ou corte delas faz sentido nesta perspectiva.

A segunda parte das análises dos livros brasileiros e dos manuais portugueses corresponde a obras de 2016 e 2017. Assim, pode-se concluir que:

Ao analisar um grupo grande de livros didáticos brasileiros, foi possível entender as escolhas de cada livro, para construção de seu conteúdo referente as suas propostas pedagógicas. Deste modo, os recortes temporais estão divididos em dois modelos: a ordem cronológica e os eixos temáticos e ainda são possíveis encontrar materiais que contextualizam o período do início do século XX e outros apresenta o recorte iniciando no Governo Provisório, e para o término do Estado Novo esta elasticidade faz presente também.

A escolha dos conteúdos, porém passam terminantemente por quatro temas presentes em todos os livros: a Revolução de 1930 ou Golpe de 1930 para alguns livros; o Governo Provisório; Governo Constitucional e Estado Novo. Algumas vezes, não necessariamente em uma abordagem política, mas estas temáticas estão presentes. Nos conteúdos ainda é possível ver um espectro grande de abordagem, passando pela história social, política, econômica e cultural, além de uma interdisciplinaridade entre a Sociologia, Geografia e Filosofia.

Quanto a questão principal deste trabalho sobre repressão, tortura e censura, dos onze livros analisado todos trabalham a questão da censura ligado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), mas sobre a tortura e repressão apenas quatro livros vão trazer esta temática de forma clara, deixando algum espaço para seu debate e sua história, os outros livros vão abordar esta temática de forma superficial, muitas vezes apenas descrevendo que existia tortura e repressão. No panorama das atividades podem ser encontradas umas infinidades de modelos e temas, inclusive algumas atividades sobre tortura, repressão e censura. Esta variedade ajuda a compor um contexto das propostas pedagógicas de cada livro.

Ao analisar os manuais didáticos portugueses, foi possível perceber o objetivo geral de todos os manuais e suas propostas, como sendo uma preparação para Exame Nacional. Deste modo, os recortes temporais são pensados para os conteúdos que estarão presentes no Exame o Estado Novo é um destes conteúdo, os recortes temporais são todos em ordem cronológica e

obedecem uma padronização temporal. Os conteúdos nomeadamente estão divididos em três eixos igualmente em todos os livros: Eixo político, aborda os meandros da Ditadura Militar e a consolidação do Estado Novo, neste processo aborda as características do regime, elencando os pontos que definiram o Estado Novo português; o Eixo econômico, aborda as questões diretamente ligado com a história econômica e entre as principais medidas tomadas pelo Estado são elencados o protecionismo e intervencionismo de Estado, em todos os setores econômicos, nomeadamente o nacionalismo econômico e Eixo cultural, aborda o projeto cultural que prioritariamente era controlado pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), impondo uma política fascista expressa na estética modernista e nas expressões artísticas, além das questões sociais vão permeando todo os três eixos.

Quanto a questão principal deste trabalho sobre repressão, tortura e censura, os três livros abordam as temáticas, a mesma é encontrada no eixo político e é abordada de forma clara e direta apontando os órgãos responsáveis por estes sistemas o PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado) que posteriormente se tornaria a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e o funcionamento do sistema repressivo, além de salientar sobre o campo de concentração. Quanto as atividades são formatadas e focadas para Exame Nacional, assim na tentativa de treinar os alunos para esta prova. No que diz a respeito do conteúdo das atividades são variadas, mas existe um foco uma perspectiva histórico-político.

Ao cruzarmos estas duas análises tomando as devidas proporções e cuidados, mas é possível perceber algumas proximidades a afastamentos em específico sobre a questão levantada pelo trabalho. Os temas tortura, repressão e censura são abordados nos livros dos dois países, a principal diferença acaba sendo a frequência, para o caso brasileiro e por existir um outro regime ditatorial posterior e mais recente, que por sua vez a tortura, repressão e censura na Ditadura Militar brasileira tenha em maior quantidade e melhor documentada, assim acaba inculcando uma visão mais branda do Estado Novo do Brasil, estas conclusões são vistas por conta que apenas quatro livros didáticos brasileiro vão tratar de forma clara desta temática, perpetuando uma visão de um período populista do governo com criação de leis trabalhistas que “beneficiava” o povo desta forma a censura, repressão e tortura não teve tanta relevância.

Contrariamente em Portugal por ter passado por um período longo e único com uma ditadura, esse conteúdo acaba representado em todos os livros que foram analisados e todos debatidos e trabalhados de forma direta, mas todo o conteúdo mostra-se de forma mais simplificada, pelo foco do manual português abordar e ser voltado para as questões do Exame Nacional.

DOCUMENTAÇÃO

- ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F.; **Conexões com a História**. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2016.
- ANTÃO, A. **Preparar para o Exame Final Nacional 2018 – História**. Porto: Porto Editora, 2017.
- AZEVEDO, G.; SERIACOPI, R. **História - passado e presente**. 1ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2017.
- BOULOS, A. **História Sociedade & Cidadania**. 2ª edição. São Paulo: FTD, 2016.
- BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 4ª edição. São Paulo: Moderna, 2016.
- BRASIL, Decreto Nº 4.244, de 9 de ABRIL de 1942. Lei orgânica do ensino secundário, Rio de Janeiro, RJ, janeiro 1942. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942_414155-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em 28/11/2017
- BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 19/01/2018
- BRASIL, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 19/01/2018
- BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 15/01/2018
- Brasil, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 Lei da Anistia. Brasília, DF, 1979. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6683-28-agosto-1979-366522-norma-pl.html>
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2018: História**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993. - versão atualizada.
- CAMPOS, F.; PINTO, J. P.; CLARO, R. **Oficina de História**. 2ª edição. São Paulo: Leya, 2016.
- CATARINO, A. L. **Preparar o Exame Nacional de História A 12**. Porto: Areal editores, 2017.
- COTRIM, G. **História Global**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2016.
- GRANGEIRO, C. **Cenas da História**. 1ª edição, São Paulo: Palavras, 2016.
- MAIOR, S. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1968.
- MATOSO, A. G. **História de Portugal**. 6ª edição. Lisboa: Livraria didática, 1970.

PELLEGRINI, M.; DIAS, A. M.; GRINBERG, K. #Contato História. 1ª edição. São Paulo: Quinteto, 2016.

RIBEIRO, A. **Testes e Exame 12 História A**. 2ª edição. Porto: ASA, 2016.

SANTIAGO, P.; CERQUEIRA, C.; PONTES, M. A. **Por dentro da História**. 4ª edição. São Paulo: Escala Educacional, 2016.

VAINFAS, R.; FARIA, S. C.; FERREIRA, J.; SANTOS, G. **História**. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

VICENTINO, B.; VICENTINO, C. **Olhares da história - Brasil e mundo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 2017.

WEISS, Arthur Bernardes. **Cadernos MEC. História do Brasil 3**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Campanha Nacional de Material de Ensino, 1968.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, L. A. Um outro olhar sobre o estado novo. **Anpuh – XXIII simpósio nacional de história**, p. 1–8, 2005. Londrina.

ABUD, K. M. Currículos de História e política públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org). **O saber histórico em sala de aula**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ALMEIDA, F. C. DE. **A Direita radical no Portugal Democrático: Os rumos após a Revolução dos Cravos (1974-2012)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/IESAE. Dissertação de Mestrado, 1979.

ARELARO, L. R. G. **Os Fundos Públicos no Financiamento da Educação – O Caso FUNDEB: Justiça Social, Equívoco Político ou Estratégia Neoliberal? (Um Ensaio)**. 2004. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BALL, S. J. Grandes políticas, un mundo pequeno. Introducción a una perspectiva internacional en las políticas educativas. In: NARODOWSKI, Mariano (Org.). **Nuevas tendencias en políticas educativas: Estado, mercado y escuela**. Buenos Aires: Granica, 2002, p. 103-128.

BASTOS, M. C. **O ensino de história no Portugal de Salazar**. Braga: Universidade do Minho, 1998.

Berg-Schlosser, D., e J. Mitchell. *The Conditions of Democracy in Europe, 1919- -1939*. Londres: Macmillan, 2000.

BEZERRA, H.; LUCA, T. R. de. Em busca da Qualidade – PNLD História – 1996-2004. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Livros Didáticos de História e Geografia – avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006. p. 27-44.

BIZ, O (Org.). **Sessenta e quatro: para não esquecer**. Porto Alegre: Literalis, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programas do livro histórico**. FNDE. Brasília. 2017 disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico> acesso em: 12/04/2018.

BUENO, E. Das diretas a Sarney. In: **Brasil: uma História: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012, p. 432-445.

CÂNDIDO, Ludovico Morgado. A evolução recente da estrutura escolar portuguesa. **Análise Social**, p. 671-698, 1964.

CARVALHO, A. D.; FADIGAS, N. **O Manual escolar no século XXI**. Observatório dos Recursos Educativos, p. 1–13, Porto. 2007.

CARDOSO, Renato Fragelli. Política econômica, reformas institucionais e crescimento: a experiência brasileira (1945-2010) In: VELOSO, Fernando et al. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.p.166-210

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano, o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro 2, p. 243-285.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Civilização ed. Rio de Janeiro, 2002.

CHEHAB, I. M. C. V. **Da ditadura civil-militar à justiça de transição no nordeste brasileiro: fundamentos, ciclos históricos, lutas e memórias**. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Fortaleza, p. 261. 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado novo**. Zahar, 2000.

DEL PORTO, F. B. A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania. In: SILVA, Haiker. Kleber (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, 2009.

DI PIERRO, M. C. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 939–959, 2010.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos CEDES, v. 21, n. 55, p. 58–77, 2001.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Biográfico Washington Luis pereira de Sousa.

Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/washington-luis-pereira-de-sousa>> acesso em: 13/07/2018

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Biográfico Júlio prestes de Albuquerque.

Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-prestes-de-albuquerque>> acesso em: 13/07/2018

DURHAM, E. R. **A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso**. Novos Estudos, p. 153–179, 2010.

FARIAS, A. **Um olhar sobre os governos militares**. Recife: Construir, 2009.

FERRARO, K. P. **A gestão democrática na educação escolar portuguesa durante a**

revolução dos cravos (1974-1976). Universidade estadual paulista “júlio de mesquita filho”. 2017.

FERREIRA, J. M. Portugal em Transe (1974-1985) in José Mattoso (dir.), **História de Portugal**, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

FERREIRA, D. DIAS, P. História de Portugal. 1º ed. Lisboa: verso de Kapa, 2016.

FIGUEIREDO, L. **História do Brasil para ocupados**. 1. ed ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

FRANÇA, M. **Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola?** Natal: EDUFRN, 2005.

FRAGA, L. A. A guerra colonial: 1961-1974. Paper (Universidade Autónoma de Lisboa) 2014.

FREIRE, A. O. G.; MARTINHO, F. C. P. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da historiografia**, v. 10, p. 124–145, dez. 2012. Ouro Preto.

GASPARI, E. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, E. **A Ditadura Acabada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; PROTUGAL, Ministério da educação de Portugal. **50 Anos de Estatísticas de Educação - volume I**. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2009.

João, M. I. Organização da Memória In F. Bethencourt & K. Chaudhuri, **História da Expansão Portuguesa. Do Brasil para África (1808-1930)**, (Vol. VI, pp. 376-424). Lisboa: Círculo de Leitores. 1998.

LEITÃO, M. **Saga Brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Linz, J. J. «From Falange to movimiento-organización: the Spanish single party and the Franco regime, 1936-1968». In **Authoritarian Politics in Modern Societies: the Dynamics of Established One Party Systems**, eds. S. P. Huntington e C. H. Moore. Nova Iorque, NY: Basic Books, 1970, 128-203.

LOURENÇO Filho, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970.

MARQUES, A. H. De Oliveira. **Breve história de Portugal**. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MARTINS, M. C. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima estes saberes?** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MARTINS, M. do C. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** 2000. Teses (Doutorado em educação), FE/UNICAMP, Campinas/SP.

MARTINS, R. R. **Anistia – ontem e hoje**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MÁSCULO, J.C. **Concurso de professores de História da rede pública frente às práticas e ao conhecimento histórico**: São Paulo, 1970-1998. 2001. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MEDEIROS, Maria Teresa P. de. **Insucesso Escolar e a Clínica do Desenvolvimento: Uma Contribuição Psicossocial do Insucesso Escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico**, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1993.

MENDONÇA, A. **Evolução da Política Educativa em Portugal**. p. 37, 2009. Disponível em: <http://www3.uma.pt/alicemendonca/politicaeducativaalicemendonca.pdf>, Acesso em: 20/01/2018

MENESES, Filipe Ribeiro (2011). **Salazar: biografia definitiva**. São Paulo: Leya, 2011.

MORENO, J. C. **QUEM SOMOS NÓS? Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de História (1971-2011)**. 2013. 380 f.: il. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O MDB e as esquerdas”. In: Aarão, Daniel Reis e Ferreira, Jorge. **Revolução e democracia (1964-...) – as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NAPOLITANO, M. **1964 : História do Regime Militar Brasileiro**. Contexto ed. São Paulo, 2014.

NADAI, E. A Escola Pública Contemporânea, os currículos oficiais de História e o Ensino Temático. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 6, n. 11. set. 85-fev. 86. p. 99-116.

NASSER, D. **Falta alguém em Nuremberg**. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1966.

NORA, P. (1993). Ente memória e História. A Problemática dos Lugares de Memória. **Projeto História** 10(10), 7-28. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> acesso em: 10/01/2018

NUNES, J. P. A. **A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: o historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 1995.

NUNES, J. P. A.; RIBEIRO, A. I. S. A didáctica da História e o perfil do professor de História. **Revista Portuguesa de História**, p. 87–105, Coimbra. 2014.

OBSERVATÓRIO DOS RECURSOS EDUCATIVOS. **A evolução do manual escolar entre 1975 e 2014**. Porto. 2015

OBSERVATÓRIO DOS RECURSOS EDUCATIVOS. **O Manual escolar no século XXI**. Porto. 2007.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

ORGANIZAÇÕES DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS; BRASIL, Ministério da educação de Brasil. **Breve evolução histórica do sistema educacional**, 2003.

PEREIRA, M. P. A escola portuguesa ao serviço do estado novo: as lições de história de Portugal do boletim do ensino primário oficial e o projeto ideológico do salazarismo. **Da Investigação às práticas**. 2014.

PERLATTO, F. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**, v. 30, p. 721–740, Rio de

Janeiro.2017.

PIMENTEL, I. F. A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, justiça e memória. **Acervo**, v. 24, n. 1, jan/jun, p. 139-156, Rio de Janeiro. 2011.

PINTASSILGO, J. História do currículo e das disciplinas escolares: Balanço da investigação portuguesa. **A História da educação em Portugal: balanço e perspectivas**, Edições ASA p. 111–146, 2007.

PINTO, A. C. O Fascismo Europeu. In **Fascistas**, Michael Mann, Lisboa: Edições 70, 2011

PIRES, Eurico Lemos, et al., *A Construção Social da Educação Escolar*, Col. Biblioteca Básica de Educação e Ensino, Edições ASA / Clube do Professor, Rio Tinto, 1991.

RAMOS, R. Salazar e a “Revolução Nacional” 1926-1945, em **História de Portugal**, coord., Rui Ramos. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009

RAMPINELLI, W. J. Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. **Lutas Sociais**, p. 119–132, São Paulo, 2014.

REIS, A. **Portugal Contemporâneo**, Dir. de António Reis, vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1990

REIS, D. A. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil: 1930 - 1973**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSAS, F. "O Estado Novo nos Anos 30", in José Mattoso (dir.), **História de Portugal**, vol. VII: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa, Editorial Estampa,1998, págs. 284 a 285

ROSAS, F. "Portugal depois da Guerra: Estado velho mundo novo (1950-1974)", in José Mattoso (dir.), **História de Portugal**, vol. VII: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa, Editorial Estampa,1998, págs. 485 a 493.

ROSAS, F. **O Estado Novo** (1926-1974). Estampa, 1998.

ROSAS, F.; BRITO, J. M. B. de (coord.) – **Dicionário de História do Estado Novo** – vol. 1, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, J. **A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola**. Lisboa, Assírio e Alvim, 1993.

SCHWARCZ, L.; STARLING, H. **Brasil: Uma biografia**. Lisboa: Temas e Debates, 2015.

SIMONSEN, M. H. e CAMPOS, R. O. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.

SISTEMA EDUCATIVO NACIONAL DE PORTUGAL: Ministério da Educação de Portugal y Organización de Estados Iberoamericanos, Madri, 2003.

TORGAL, L. R. O Estado Novo. Fascismo, salazarismo e Europa. In **História de Portugal**, José Tengarrinha, organizador. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

VARELA, R.; PAÇO, A. S. do; ALCÂNTARA, J. O controlo operário na Revolução Portuguesa 1974-1975. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 139-168, jan/jul. 2014.

VEDANA, L. M. A educação em SC nos anos 60. **Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**. Florianópolis. v. 5, n. 5, dez. 1997. p. 39-47.

VELLOSO, J. Políticas do MEC e recursos para o ensino no governo Collor. **Educação & Sociedade**, n. 42, p. 256-267, ago. 1992.

VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

WHEELER, D. L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**, v. XIV, n. 56, p. 865-872, 1978.

Anexo 1: Quadro 4: Cronograma das atividades	154
Anexo 2: Capa do livro: História do Brasil , de A. Souto Maior, pela Companhia Editora Nacional, de 1968.....	155
Anexo 3: Capa do livro: - História do Brasil 3 , Cadernos MEC, ano 1968	156
Anexo 4: Capa do livro: História de Portugal , escrito por António G. Matoso e António Henriques, pela Livraria Didáctica Editora, Lisboa em 1970.	157
Anexo 5: Capa do livro: História Passado e Presente 3: do século XX aos dias atuais , os autores são Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi e a editora Ática, ano 2017.	158
Anexo 6: Capa do livro: Olhares da História: Brasil e mundo 3 , os autores são Cláudio Vicentino e Bruno Vicentino, Editora Scipione, 2017.	159
Anexo 7: Capa do livro: História Global , escrito por Gilberto Cotrim, Editora Saraiva, 2016.	160
Anexo 8: Capa do livro: História 3 , autores: Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos, pela editora Saraiva, ano 2016.	161
Anexo 9: Capa do livro: Cenas da História 3 , de Cândido Grangeiro, da editora Palavras Projetos Editoriais, ano de 2016.	162
Anexo 10: Capa do livro: Conexões com a História 3 , escrito por Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira, pela editora Moderna, 2016.	163
Anexo 11: Capa do livro: Por dentro da História , escrito por Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes, Editora Escala Educacional, ano de 2016.	164
Anexo 12: Capa do livro: História Sociedade & Cidadania , Alfredo Boulos Júnior, Editora FDT, ano de 2016.	165
Anexo 13: Capa do livro: #Contato História 3 , escrito por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, Editora Quinteto, ano de 2016.	166
Anexo 14: Capa do livro: Oficina de História 3 , autores: Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro, Editora LeYa, ano de 2016.	167
Anexo 15: Capa do livro: História das cavernas ao terceiro milênio 3 , escrita por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, Editora Moderna, ano 2016.	168
Anexo 16: Capa do livro: Preparar o Exame Nacional de História A 12 , escrito por António Luís Catarino, Editora Areal, 2017.	169
Anexo 17: Capa do livro: Preparar para o Exame Final Nacional 2018 - História , António Antão, Rodrigo Azevedo, Porto Editora, 2017.	170
Anexo 18: Capa do livro: Testes e Exame 12 História A , Avelino Ribeiro, 2016	171
Anexo 19: Quadro 5: Biografia de A. Souto Maior e António G. Matoso	172

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Enquadramento social e as principais políticas de educação em Portugal	47
Figura 2 – Sistema de Educação Português	75
Figura 3– O aspecto econômico, no livro História do Brasil, de 1968.....	84
Figura 4– Crise política, no livro História do Brasil, de 1968.....	84
Figura 5– O Estado Novo, no livro História do Brasil, de 1968	85
Figura 6 – FEB e a tradição brasileira, no livro História do Brasil, de 1968	86
Figura 7– Trecho das atividades, Caderno MEC, de 1968	87
Figura 8 – O Estado Corporativo, no livro História de Portugal, de 1970	89
Figura 9 – A Revolução Nacional, no livro História de Portugal, de 1970.....	90
Figura 10– A constituição de 1933, no livro História de Portugal, de 1970	90
Figura 11– História de Portugal, no livro História de Portugal, de 1970	90
Figura 12–Consciência Nacional, no livro História de Portugal, de 1970	91
Figura 13– Relações Internacionais, no livro História de Portugal, de 1970	91
Figura 14– Movimento Frente Negra Brasileira.....	95
Figura 15– Encontro de “Blusas Verdes”	95
Figura 16– Análise da imagem Encontro de “Blusas Verdes”	96
Figura 17– Atividade do Livro História Passado e Presente	97
Figura 18– Getúlio Vargas assumindo o poder no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 1930. ..	98
Figura 19– Box de Leitura do Livro Olhares da História 3: Brasil e mundo	99
Figura 20- Atividades do Livro Olhares da História 3: Brasil e Mundo	100
Figura 21– Interpretação de Fonte: Jogo Político, Livro História Global 3	101
Figura 22– Política indigenista e a Marcha para o Oeste, livro História 3.....	103
Figura 23 – Atividade do Enem, livro História 3	104
Figura 24– Amplificador, para rever. Atividades do livro Cenas do História 3.....	105
Figura 25– Texto 1, livro Conexões com a História 3.....	106
Figura 26– Texto 2, livro Conexões com a História 3.....	107
Figura 27– Questões sobre o texto 1 e 2, livro Conexões com a História 3.....	107
Figura 28– Os órgãos de controle do Estado Novo, livro Conexões com a História	108
Figura 29 – Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), livro Conexões com a História	109
Figura 30– O Estudo da História, livro Por Dentro da História 3	110
Figura 31 - O bonde de São Januário, livro História Sociedade & Cidadania	112

Figura 32– Para refletir: Revolução de 30: quem a fez?, livro História Sociedade & Cidadania	113
Figura 33– Economia do governo Vargas, livro História Sociedade & Cidadania.....	114
Figura 34– Os operários e os coronéis, livro #Contato História 3	115
Figura 35– Atividades sobre repressão do Estado Novo, livro #Contato História 3.....	117
Figura 36– Mulher votando nas eleições para a Assembleia Constituinte, Rio de Janeiro, maio de 1933.	118
Figura 37– Antissemitismo: ataques aos judeus, livro Oficina de História 3	119
Figura 38– O Estado Novo brasileiro, livro Oficina de História 3.....	119
Figura 39– Latifúndios: Porteira adentro, livro Oficina de História 3	120
Figura 40– Trabalhadores em comemoração ao Dia do Trabalho, em 1944. Livro História, das cavernas ao Terceiro Milênio	121
Figura 41– Atividade: Pensando criticamente, livro História, das cavernas ao Terceiro Milênio	123
Figura 42 - Salazar, manual: Preparar o Exame Nacional de História A 12	127
Figura 43 - A Trilogia de Salazar, manual: Preparar o Exame Nacional de História A 12... 128	
Figura 44 - Atividade, manual: Preparar o Exame Nacional de História A 12	128
Figura 45– Atividade sobre a “Política do Espírito”, manual: Preparar para o Exame Final Nacional 2018 - História.....	131
Figura 46 – Salazar, Salvador da Pátria, manual: Testes e Exame 12 História A.....	133
Figura 47– Exposição de Obras Públicas, Lisboa, 1948. Manual: Testes e Exame 12 História A	133

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do sistema educacional brasileiro, anterior à reforma de 1971	43
Quadro 2 - Estrutura do sistema educacional brasileiro, após a reforma de 1971	44
Quadro 3 - Rendimento do sistema educacional brasileiro, 1961-1972.....	44
Quadro 4: Cronograma das atividades	154
Quadro 5: Biografia de A. Souto Maior e António G. Matoso	172

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de nascidos-vivos em Portugal, 1960-2008	49
Gráfico 2 - Taxa de analfabetismo em Portugal, de 1940 a 2001	49
Gráfico 3- Alunos matriculados, segundo o nível de educação/ensino, por ano letivo	52
Gráfico 4- Crescimento das Matriculas no Ensino Médio	69
Gráfico 5 – Brasil: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (2007 - 2015).....	73
Gráfico 6- Alunos matriculados no Ensino Secundário em Portugal, de 1990 a 2016	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores demográficos e econômicos e taxa de alfabetização, no Brasil, em 1900/1950.....	41
Tabela 2 - Indicadores Demográficos, Econômicos e Taxa de Alfabetização no Brasil, em 1950/1970.....	42
Tabela 3 - Alunos inscritos e conclusões da 4ª classe em Portugal, entre 1950/1963.....	51
Tabela 4- Candidatos à admissão e candidatos aprovados no Ensino Secundário em Portugal	51
Tabela 5- Ensino Médio Matrícula Inicial Total e Porcentagem no Ensino Particular Brasil – 1971-1997.....	70
Tabela 6- Evolução das taxas bruta e líquida de inclusão no Ensino Fundamental, Médio e Superior — Brasil —1992 — 1995 — 2002 e 2008.....	70
Tabela 7- Média anual de crescimento das taxas bruta e líquida de matrícula no Brasil — 1992-2008	71
Tabela 8– Taxa de analfabetismo no Brasil (1900 – 2000).....	72
Tabela 9 - Brasil: Analfabetismo e escolaridade da população com 15 anos ou mais (2001-2008)	72
Tabela 10– Período de vigência dos manuais didáticos (número de anos)	125

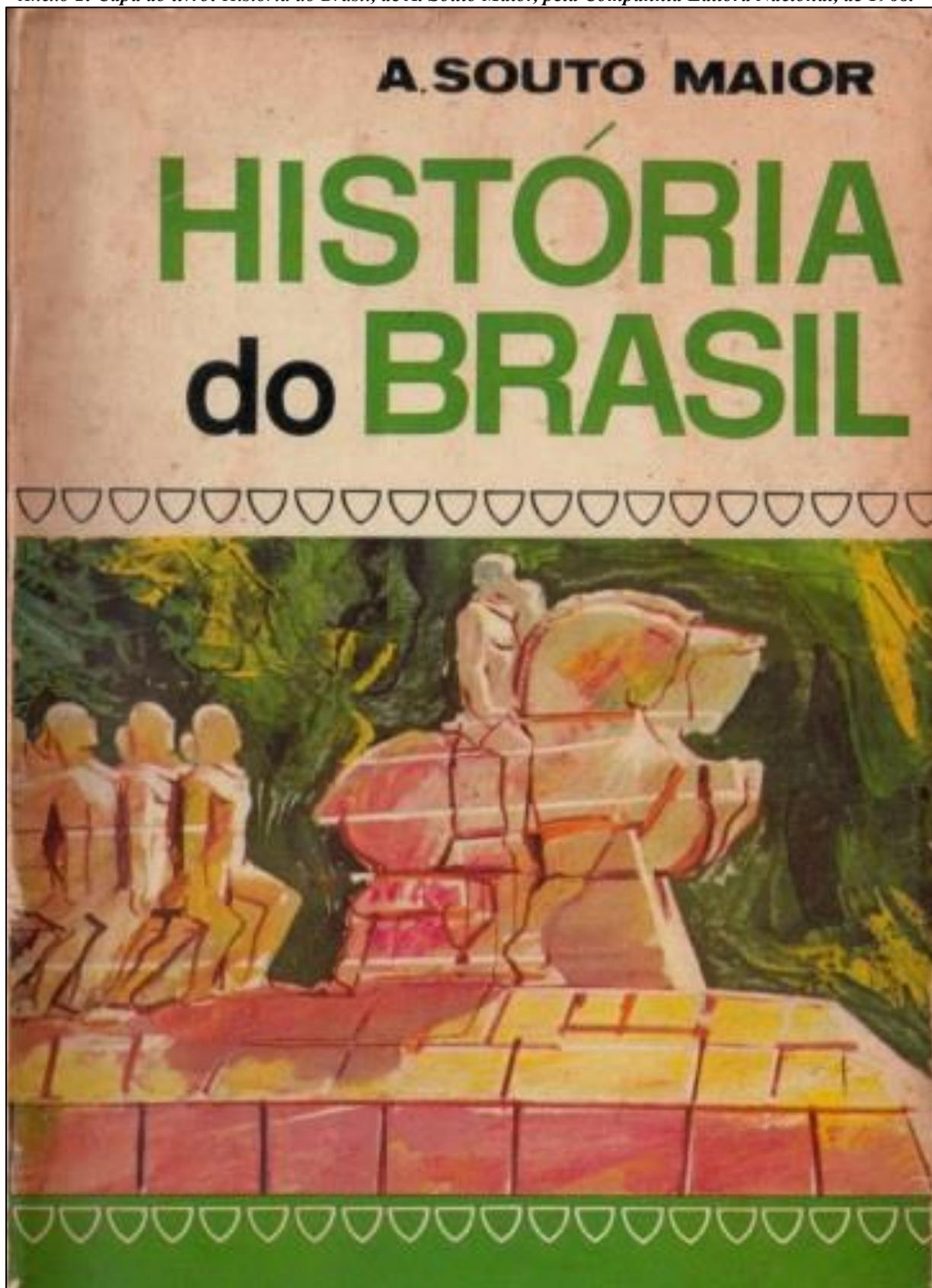
ANEXOS

Anexo 1: Quadro 4: Cronograma das atividades

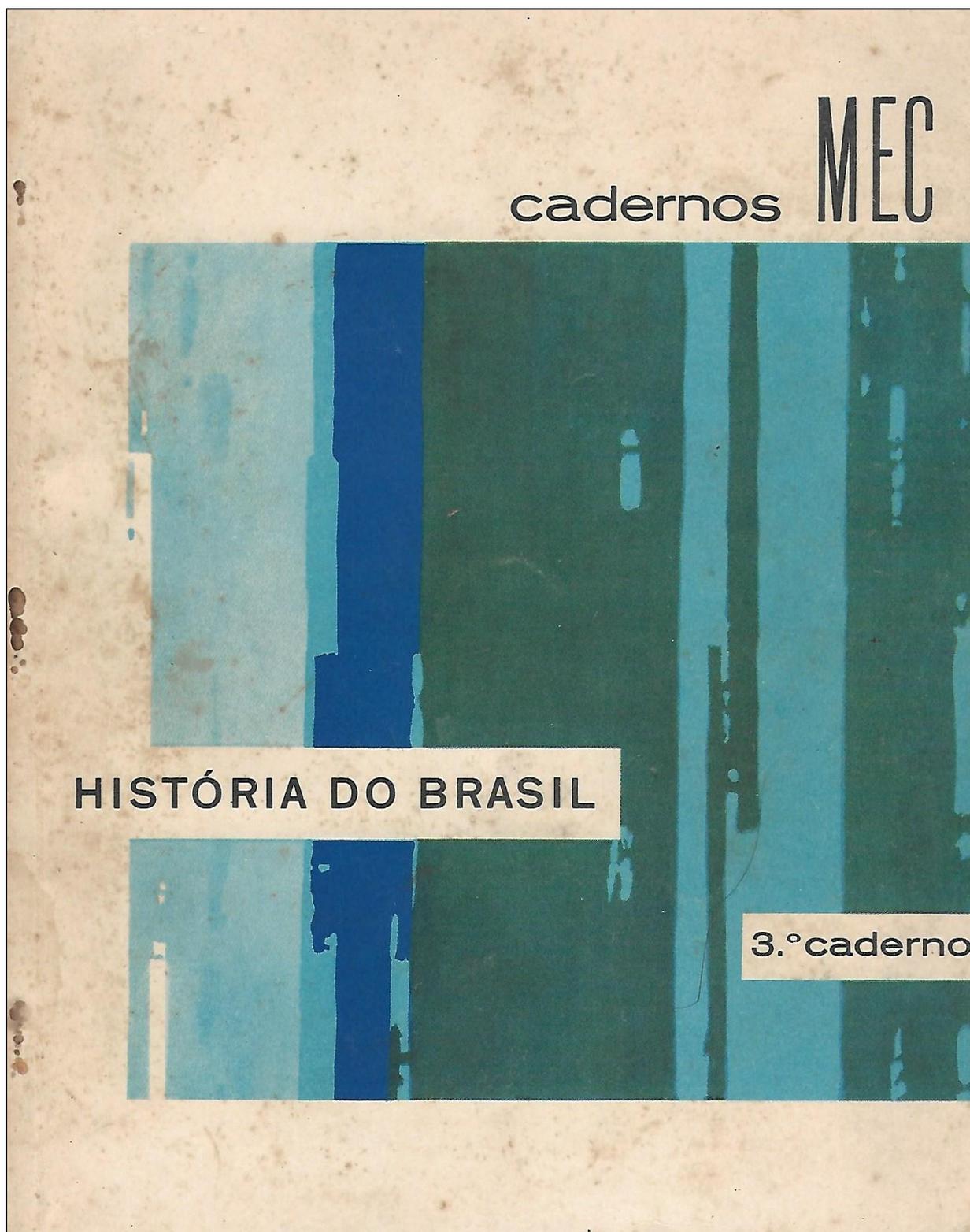
Setembro/2017	Conhecimento e estruturação do tema a ser estudado.
Outubro/2017	- Pesquisa bibliográfica sobre o tema da dissertação.
Novembro/2017	- Desenvolvimento do Capítulo 1: Estado Novo Brasileiro e Ditadura Militar. - Levantamento bibliográfico
Dezembro/2017	- Desenvolvimento do capítulo 1 Estado Novo Portugal - Finalização do Capítulo 1. - Levantamento bibliográfico - Reunião com Orientador
Janeiro/2018	- Início do desenvolvimento do Capítulo 2 Políticas Educacionais e dados Educacionais de Brasil e Portugal Finalização do Capítulo 2 - Levantamento bibliográfico
Fevereiro/2018	Início do desenvolvimento do Capítulo 1 parte II Brasil e Portugal processo de redemocratização - Levantamento bibliográfico
Março/2018	- Finalização do Capítulo 1 parte II - Início do capítulo 2 parte II Políticas Educacionais e dados Educacionais de Brasil e Portugal. - Reunião com Orientador.
Abril/2018	Finalização do Capítulo 2 parte II. Início do capítulo 1 parte III. Reunião com orientador do Brasil.
Mai/2018	- Finalização do Capítulo 1 parte III. Início do capítulo 2 parte III - Reunião com orientador.
Junho/2018	Finalização do Capítulo 2 parte III - Revisão da dissertação e entrega.

Fonte: O autor (2018)

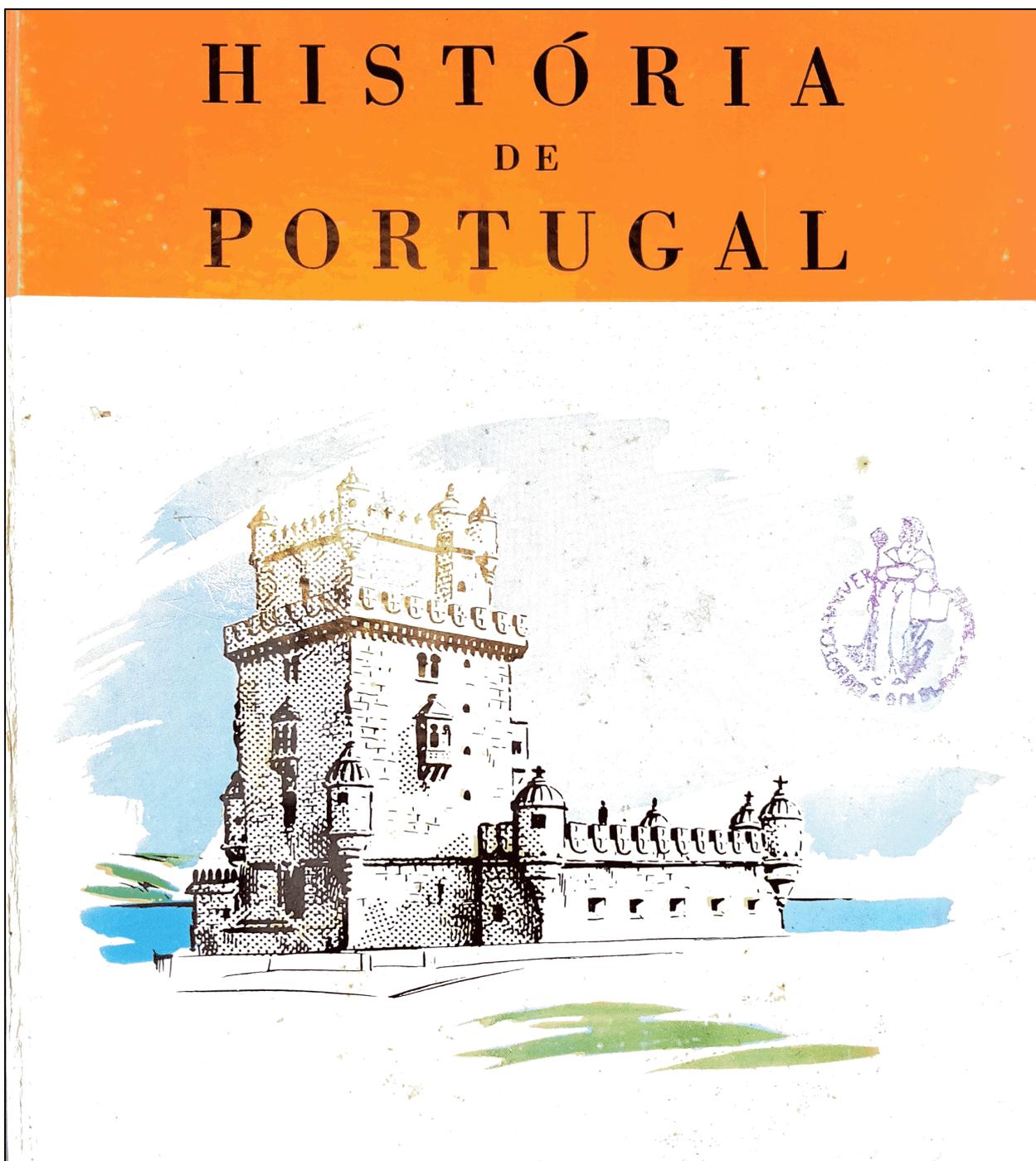
Anexo 2: Capa do livro: *História do Brasil*, de A. Souto Maior, pela Companhia Editora Nacional, de 1968.



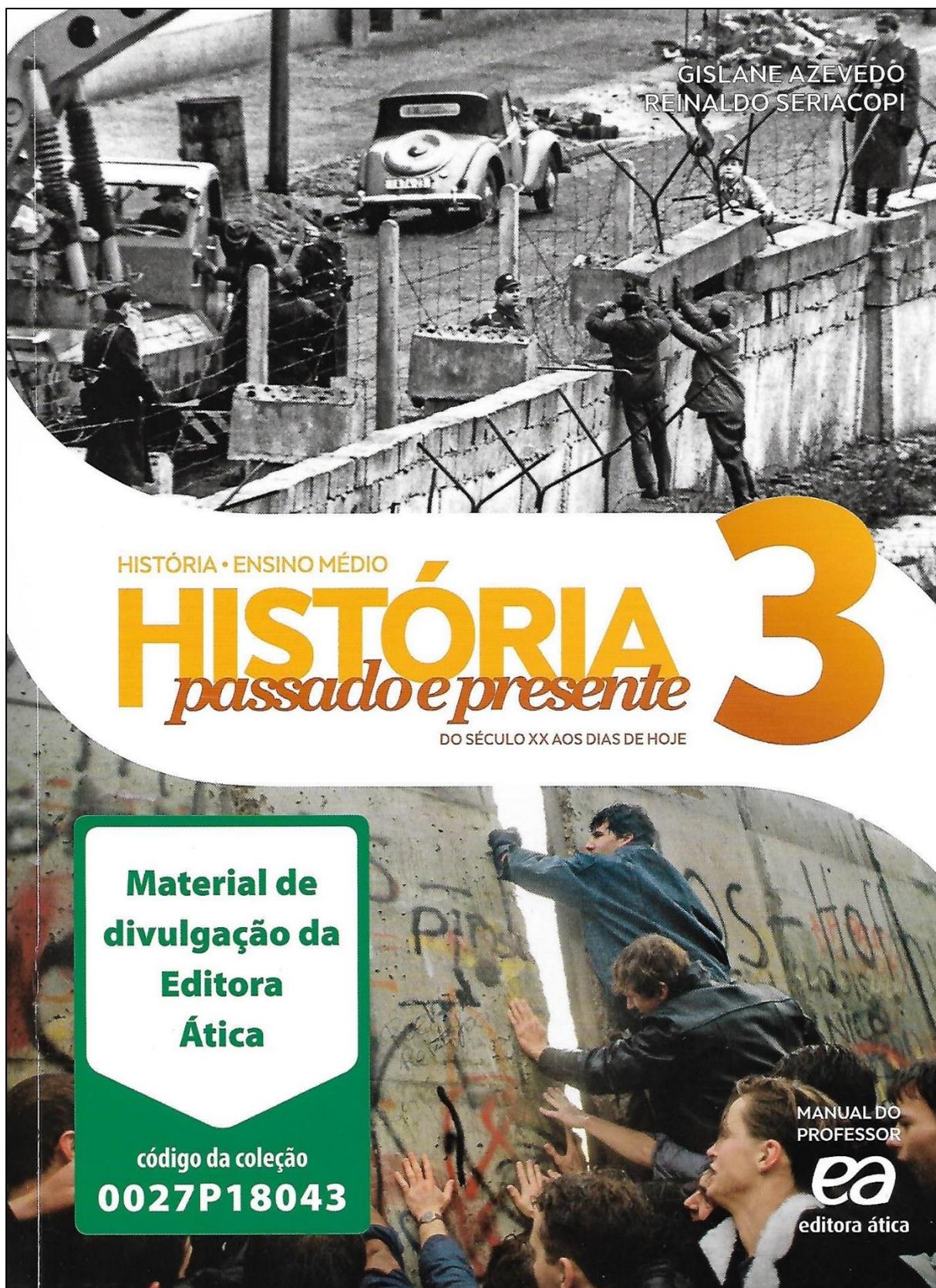
Anexo 3: Capa do livro: - **História do Brasil 3**, Cadernos MEC, ano 1968



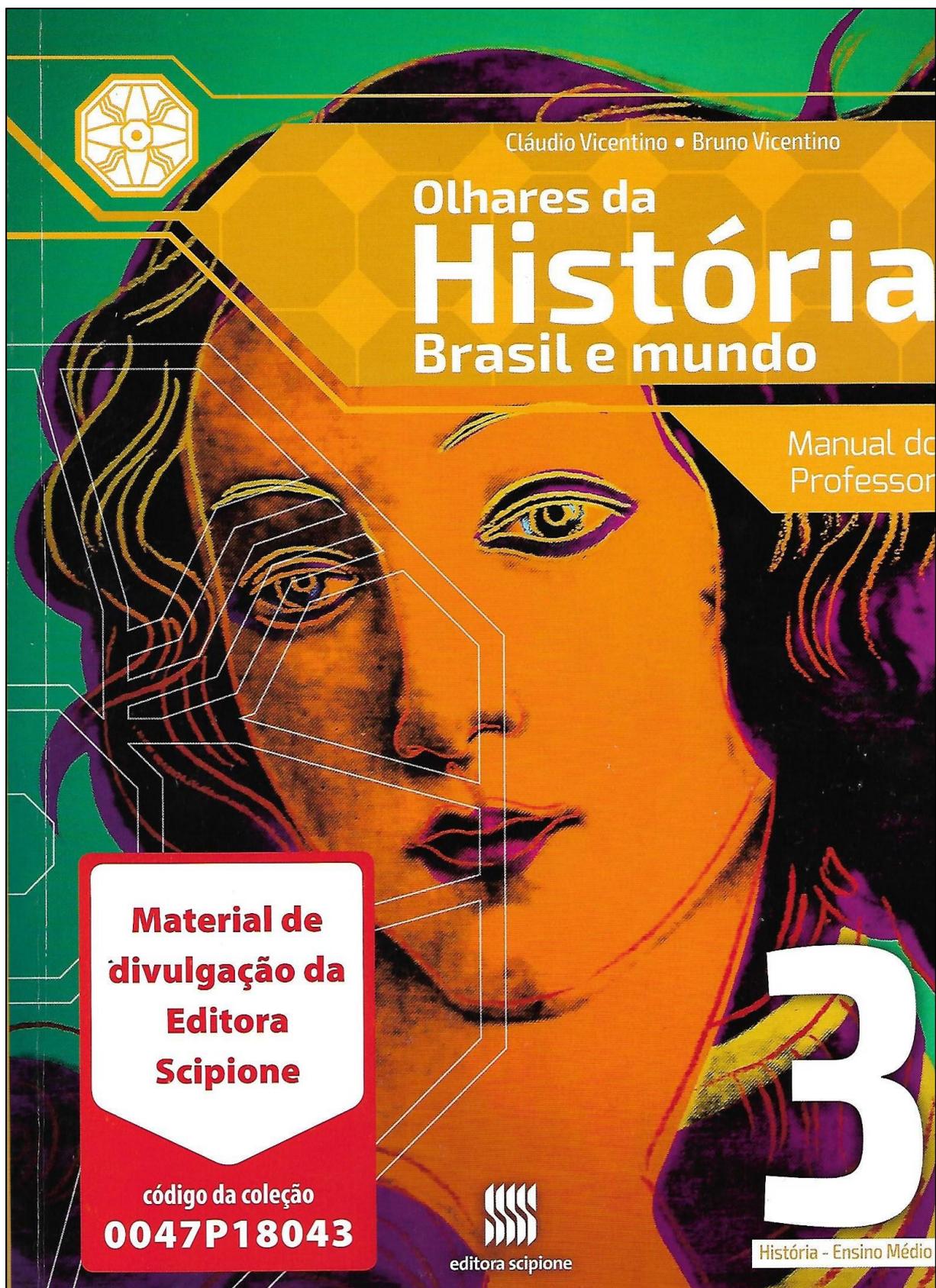
Anexo 4: Capa do livro: **História de Portugal**, escrito por António G. Matoso e António Henriques, pela Livraria Didáctica Editora, Lisboa em 1970.

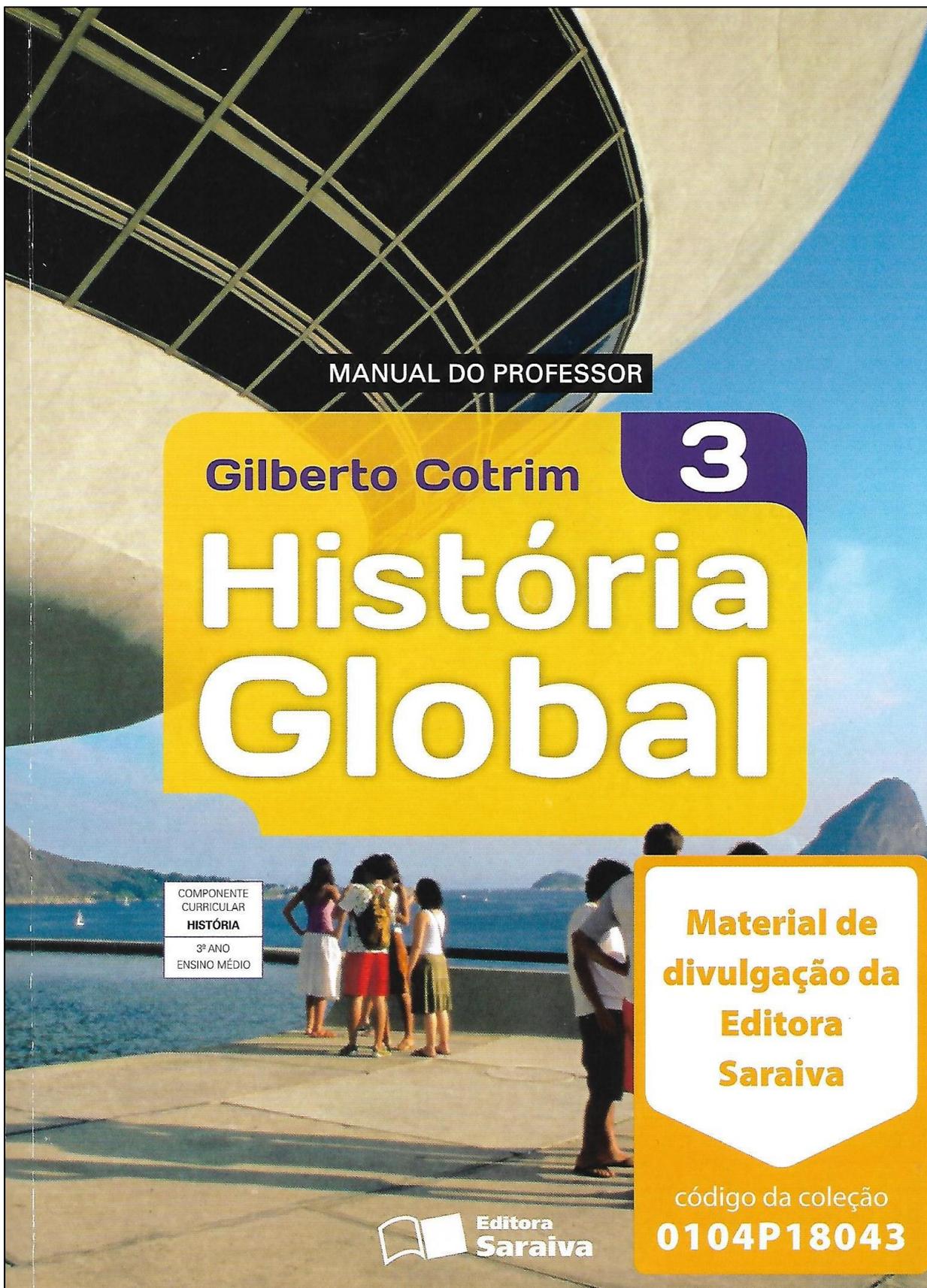


Anexo 5: Capa do livro: **História Passado e Presente 3: do século XX aos dias atuais**, os autores são Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi e a editora Ática, ano 2017.

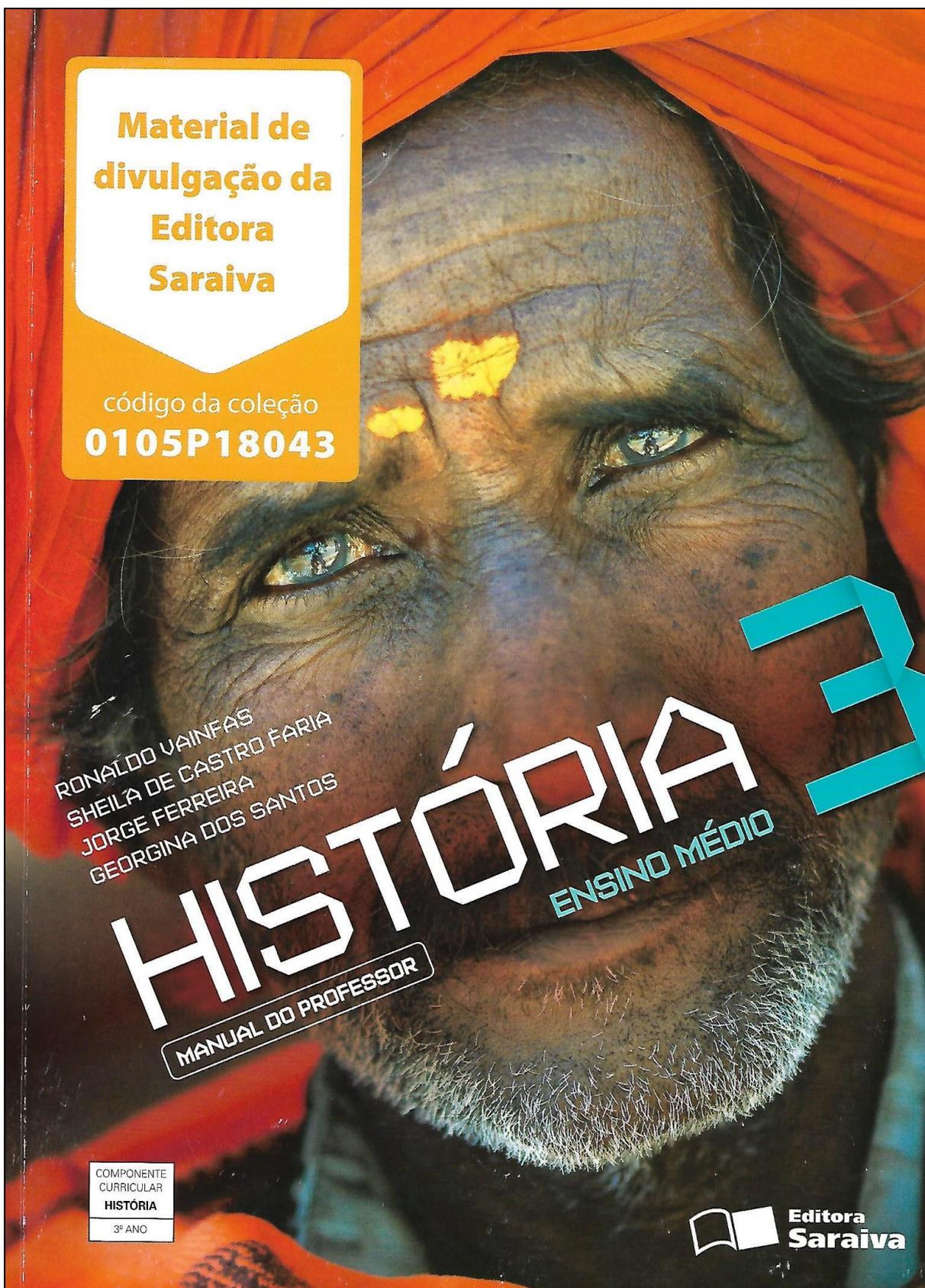


Anexo 6: Capa do livro: **Olhares da História: Brasil e mundo 3**, os autores são Cláudio Vicentino e Bruno Vicentino, Editora Scipione, 2017.

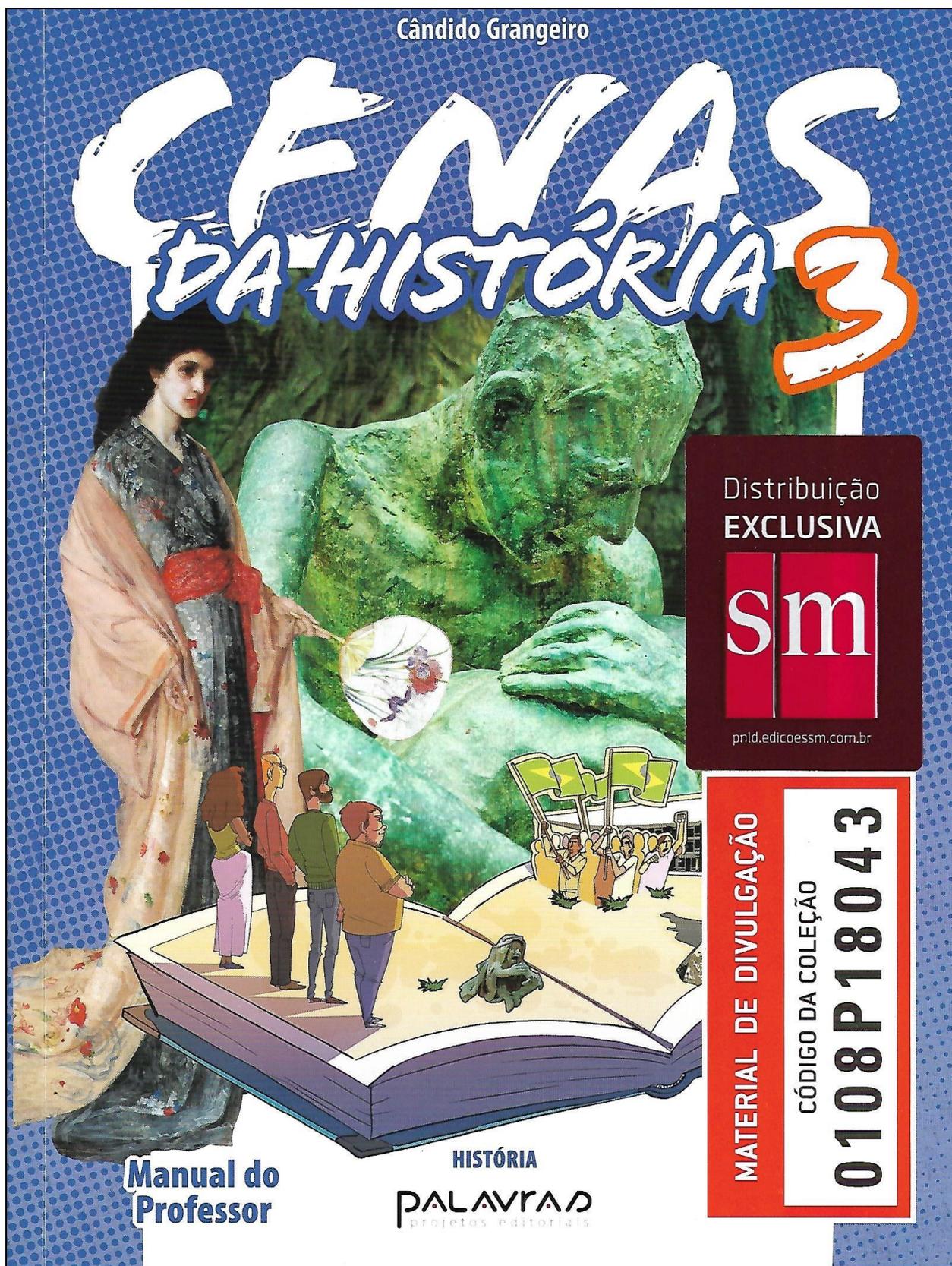


Anexo 7: Capa do livro: **História Global**, escrito por Gilberto Cotrim, Editora Saraiva, 2016.

Anexo 8: Capa do livro: **História 3**, autores: Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos, pela editora Saraiva, ano 2016.



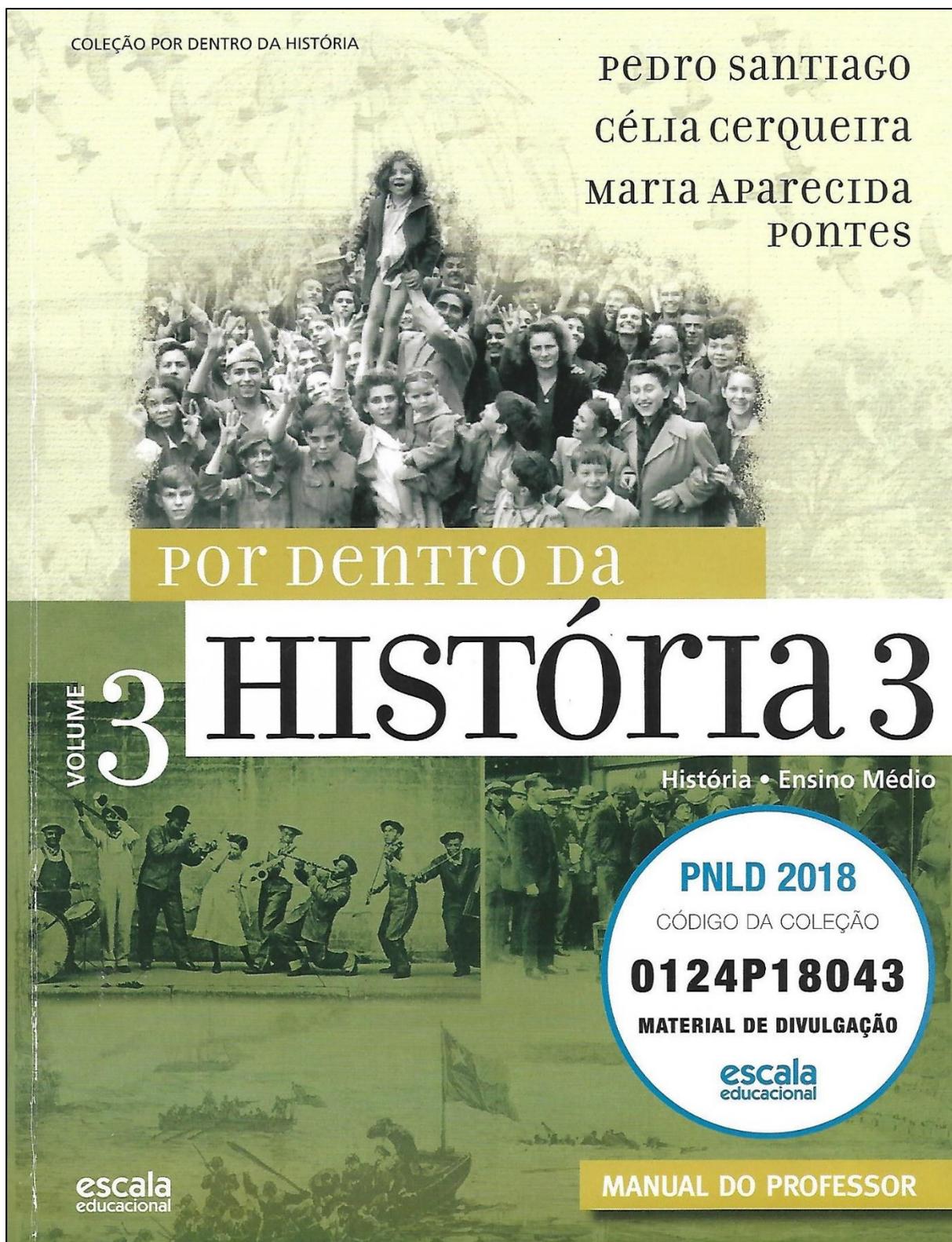
Anexo 9: Capa do livro: **Cenas da História 3**, de Cândido Grangeiro, da editora Palavras Projetos Editoriais, ano de 2016.



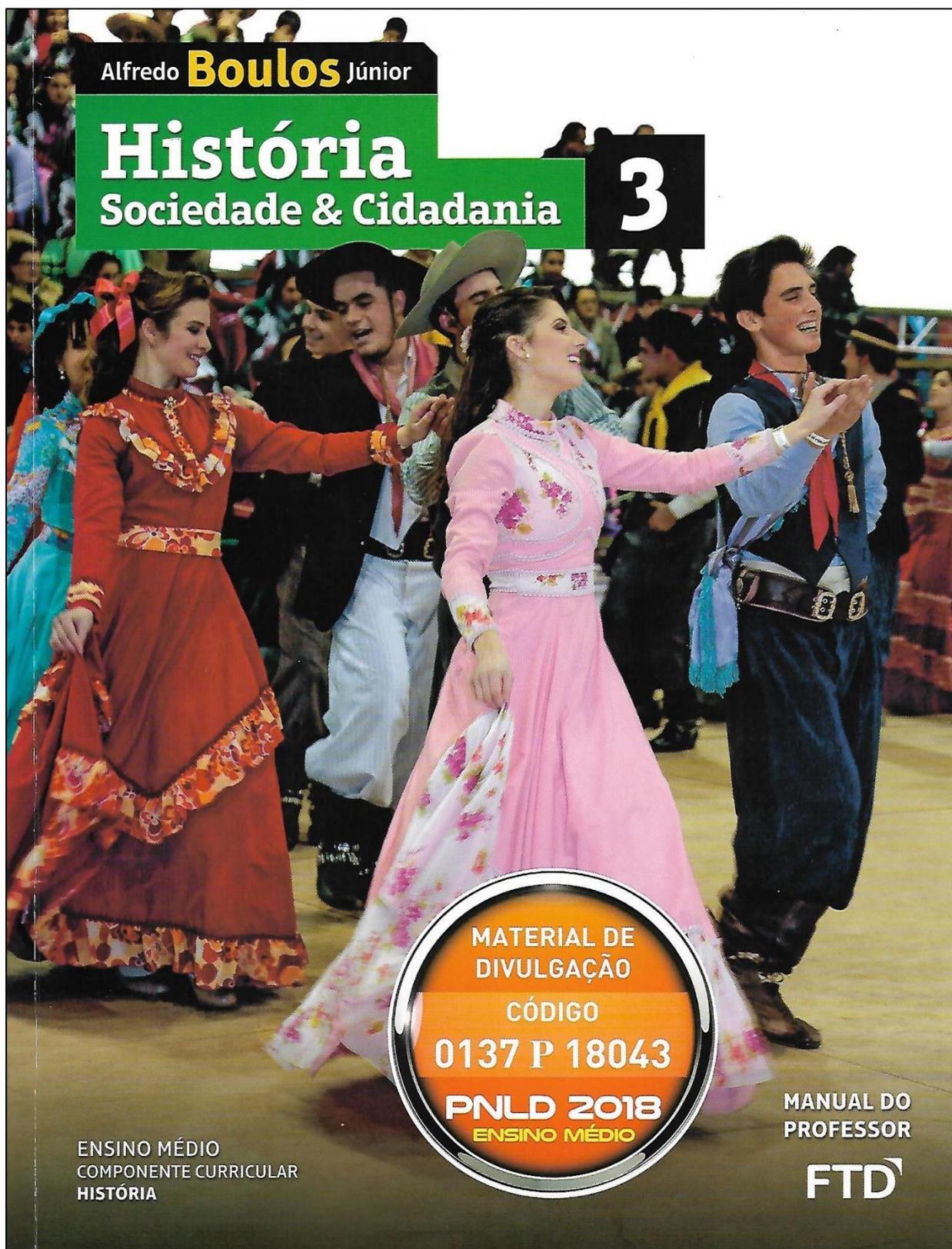
Anexo 10: Capa do livro: **Conexões com a História 3**, escrito por Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira, pela editora Moderna, 2016.



Anexo 11: Capa do livro: **Por dentro da História**, escrito por Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes, Editora Escala Educacional, ano de 2016.



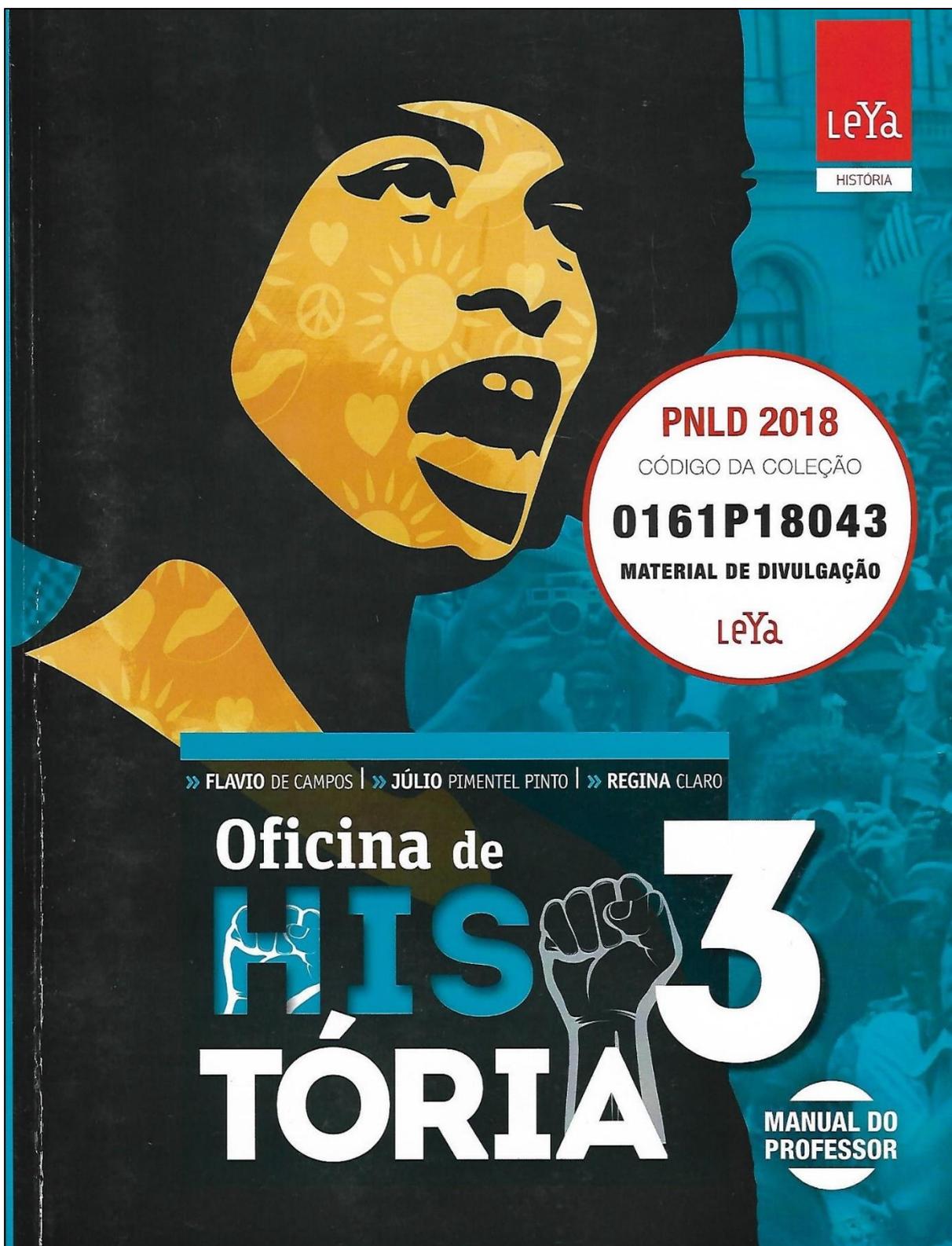
Anexo 12: Capa do livro: **História Sociedade & Cidadania**, Alfredo Boulos Júnior, Editora FDT, ano de 2016.



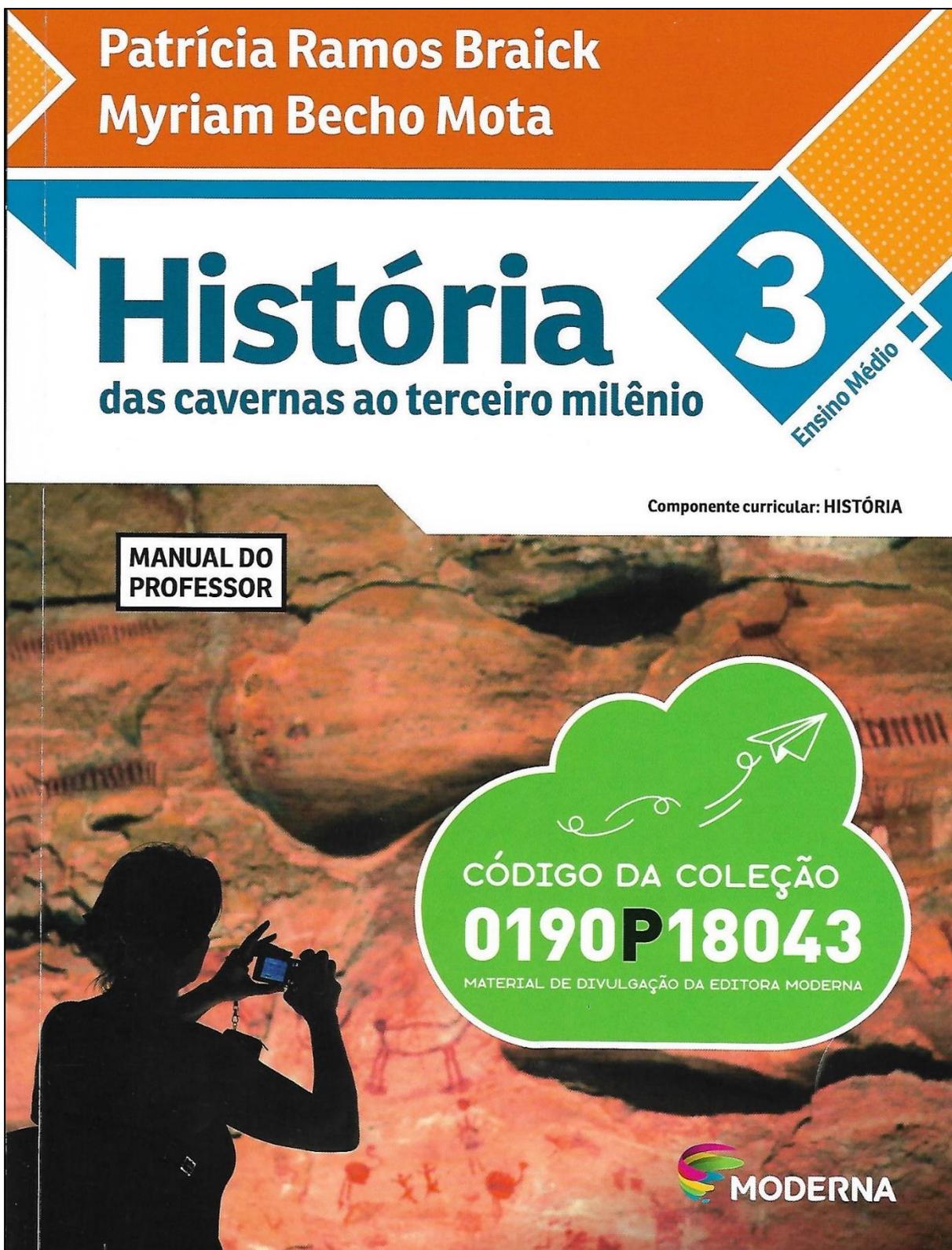
Anexo 13: Capa do livro: #Contato História 3, escrito por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, Editora Quinteto, ano de 2016.



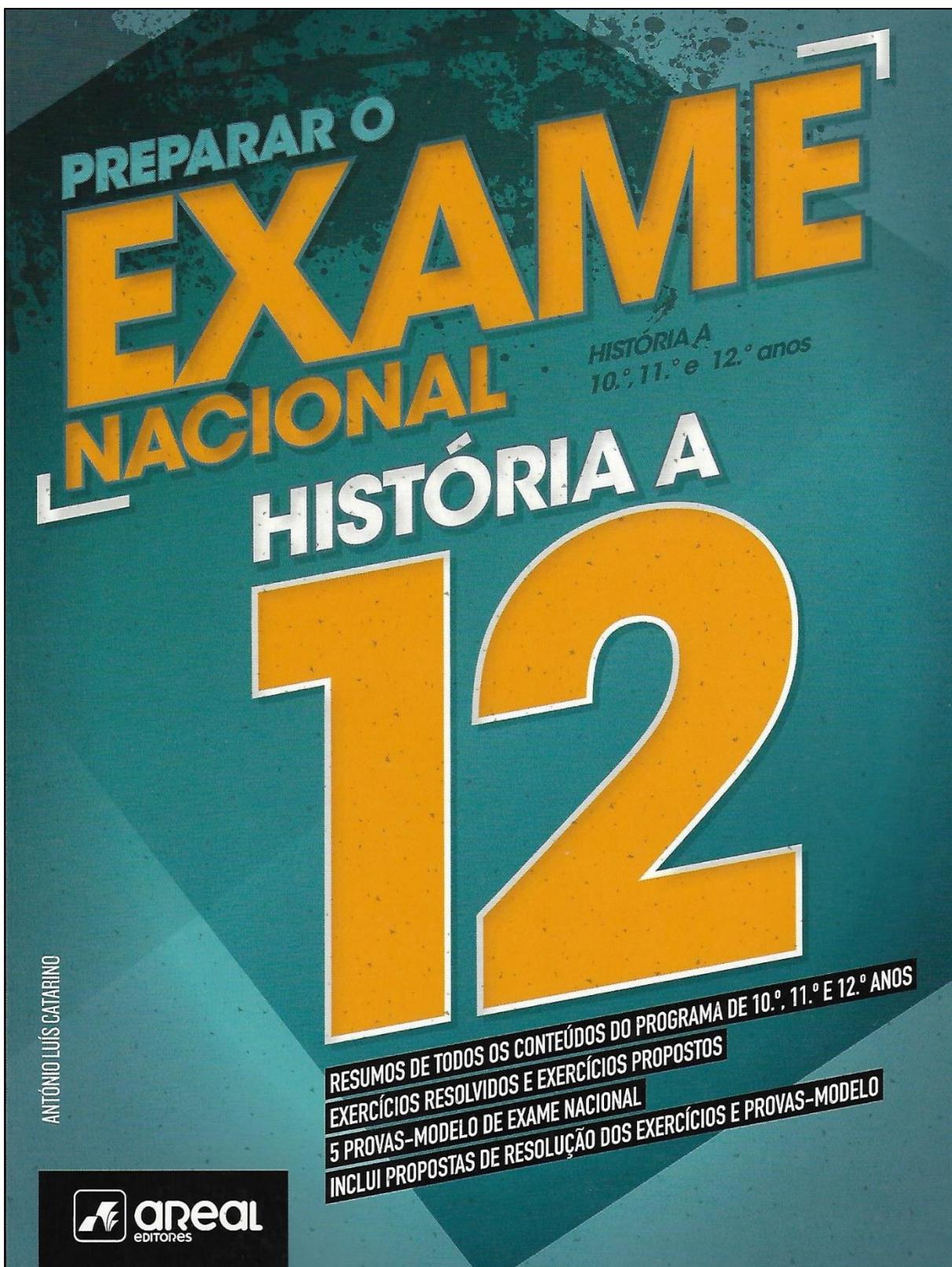
Anexo 14: Capa do livro: **Oficina de História 3**, autores: Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro, Editora LeYa, ano de 2016.



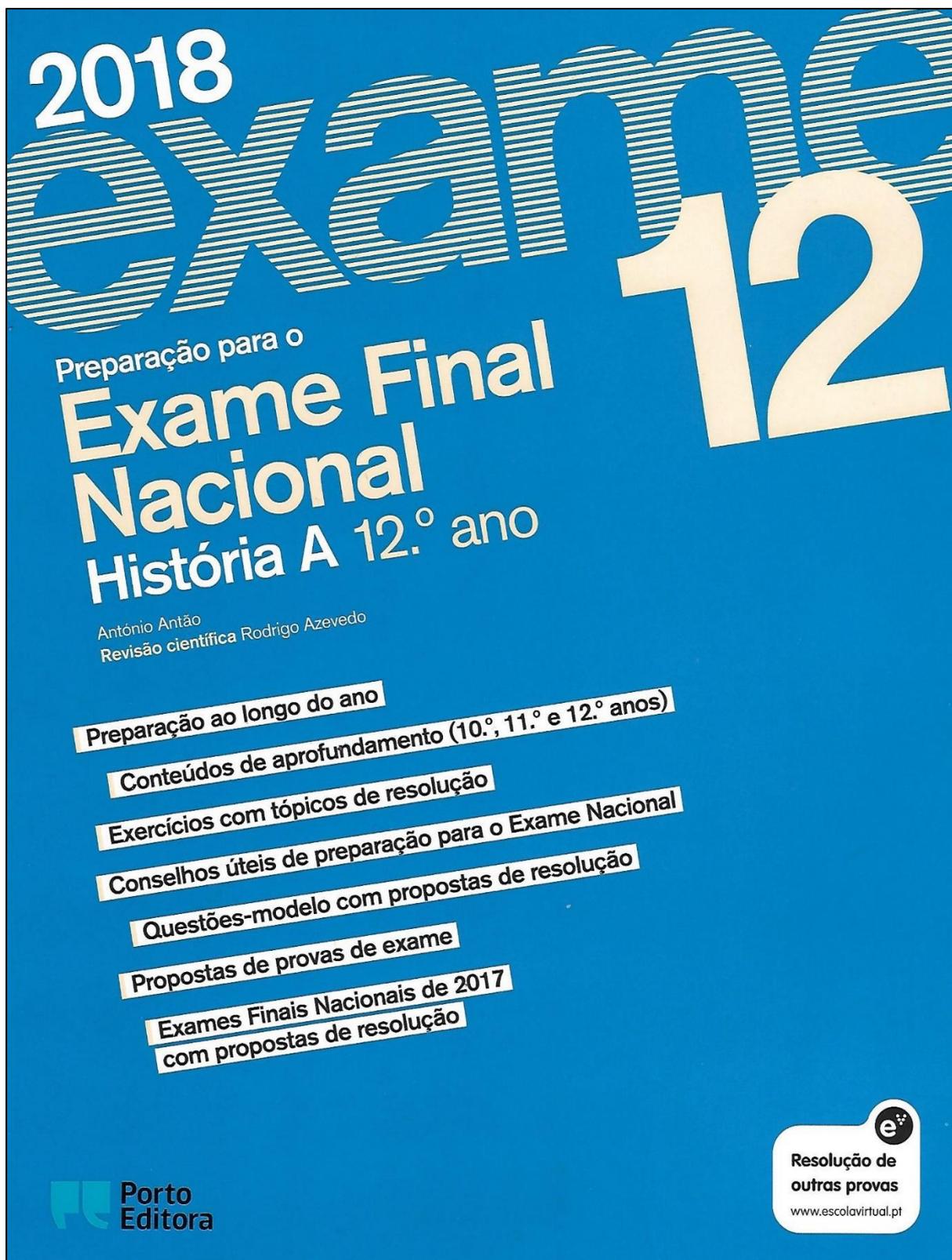
Anexo 15: Capa do livro: **História das cavernas ao terceiro milênio 3**, escrita por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, Editora Moderna, ano 2016.



Anexo 16: Capa do livro: **Preparar o Exame Nacional de História A 12**, escrito por António Luís Catarino, Editora Areal, 2017.



Anexo 17: Capa do livro: **Preparar para o Exame Final Nacional 2018 - História**, António Antão, Rodrigo Azevedo, Porto Editora, 2017.



Anexo 18: Capa do livro: **Testes e Exame 12 História A**, Avelino Ribeiro, 2016

TESTES E EXAME

Revisão científica:
Prof. Doutor Manuel Loff e
Arq. Ilídio Silva

12 História A

Avelino Ribeiro

INCLUI
CONTEÚDOS DE
10.º E 11.º
ANOS

PREPARAÇÃO PARA TESTES E EXAME NACIONAL

- Informações e conselhos úteis.
- Sistematização dos conteúdos de 10.º, 11.º e 12.º anos.
- Questões com tipologia semelhante à do Exame Nacional.
- Acesso *online* aos cenários de resposta de todas as atividades propostas.
- Exames, critérios de classificação e propostas de resolução disponíveis *online*.

<http://exame.leyaeducacao.com>

ASA

Anexo 19: Quadro 5: Biografia de A. Souto Maior e António G. Matoso

<p>Armando de Albuquerque Souto Maior</p> <p>Possui graduação em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1948) e graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1947). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Atuando principalmente nos seguintes temas: Revoltas Sociais, Nordeste, Brasil-Império. Suas áreas de atuação são: Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: Teoria e Filosofia da História. (LATTES, 2018)</p> <p>Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0940246266097579 Acesso em: 18/06/2018</p>
<p>António G. Matoso</p> <p>Foi como autor de manuais de História para o ensino liceal, adotados durante várias décadas, desde 1938, que se tornou uma figura de referência da historiografia e do ensino da História. Entre vários títulos, evidenciam-se o Compêndio de História de Portugal, que conheceu 11 edições, em 11 anos, entre 1938 e 1949; o Compêndio de História Universal, publicado pela primeira vez também em 1938, foi reeditado 9 vezes, até 1967; a História da Civilização, editada 12 vezes, desde 1938 até 1964. Destacam-se ainda, na sua produção bibliográfica os títulos História de Portugal, Erros de História: resposta a um crítico, Compêndio de geografia económica, Mesteirais que ajudaram a fazer Portugal, entre outros. (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2018)</p> <p>Disponível em: http://fcsb.unl.pt/faculdade/bibliotecas/bmsc/espaios/antonio-g.-mattoso Acesso em: 18/06/2018</p>